

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol. 10, Nº 24 | Janeiro/Abril 2022

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2021-2023)

Presidente
Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente
Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente
Helena Maria Bomeny Garchet, UERJ

Secretário Geral
Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro
Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário
Marco Aurélio Santana, UFRJ

2º Secretário
José Miguel Rasia, UFPR

Diretores
Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM
Cristiano W. Noberto Ramalho, UFPE
Maria Carolina Tomás, PUC-MG
Paula Cristina da Silva Barreto, UFBA
Lorena Cândido Fleury, UFRGS

Conselho Fiscal
Bianca Freira Medeiros, USP
Danyelle Linin Gonçalves, UFC
Fabricio Monteiro Neves, UnB

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Editores
Lorena Cândido Fleury, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Maurício Hoelz Veiga Jr., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rodrigo da Rosa Bordignon, Universidade Federal de Santa Catarina

Comissão Editorial
Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasilia
Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Irlys Barreira, Universidade Federal do Ceará
Rogerio Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe
Sergio Tavolaro, Universidade de Brasilia
Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Assessoria Editorial
Regina Vargas

Conselho Editorial
Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade Federal do Paraná
Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I
André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Arturo Morato, Universidad de Barcelona
Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra
Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará
Charles C. Lemert, Yale University
Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos
José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo
Margaret Archer, EPFL- University of Warvick
Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília
Michael Burawoy, Berkeley University
Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe
Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS
Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Revisão: Liana Fernandes
Diagramação: Carolina Fernandes

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – v. 1 n.1 (2013-) – Sergipe: SBS, 2013.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2017.
IISSN 2317-8507 (impresso)
ISSN 2318-0544 (Eletrônico)
1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO
TABLE OF CONTENTS

5 **Editorial**

8 **Crises, ciclos de acumulação e fortalecimento fiscal dos estados na América do Sul (1914-1950)**
Crises, cycles of accumulation and fiscal strengthening of South American states (1914-1950)
Rodrigo Cantu, UFPEL, Kaline Honorio, Unicamp, Benjamín Cuevas, Unila

35 **Noturno do Brasil: Fernando Henrique Cardoso entre a sociologia política e a ciência política**
Noturno do Brasil: Fernando Henrique Cardoso between political sociology and political science
Karim Abdalla Helayel, UFRJ

61 **Yo sé, yo puedo, yo temo: la subjetivación política de médicos y médicas en ejercicio durante la pandemia en Mendoza-Argentina**
I know, I can, I fear: Medical practitioners' political subjectivity during pandemic in Mendoza-Argentina
Patricia Alejandra Collado, CONICET, Univ. Nac. De Cuyo, Argentina

87 **Enfermagem no Brasil: perspectiva sociológica de uma trajetória de sucesso (1920-1950)**
Nursing in Brazil: a sociological perspective on a successful journey (1920-1950)
Luiz Antonio de Castro-Santos, Universidade Federal do Sul da Bahia

112 **Examinando a relação entre proximidade espacial e integração socioeconômica a partir das articulações entre a população de dois bairros populares e os condomínios fechados de elite em Salvador, Brasil**
Assessing the relation between spatial proximity and socioeconomic integration along interactions between inhabitants of two shanty-towns and their surrounding affluent gated communities in Salvador, Brazil
Stephan Treuke, Ruhr University Bochum, Alemanha

144 **O Instagram como dispositivo de construção de mercado nas redes sociais: A intimidade distinta como variável central junto aos influenciadores de fitness**
Instagram as a market-building device on social media: distinct intimacy as a central variable along fitness influencers
Maria Jardim, Luana Di Pires, UNESP

Editorial

Em sua edição de número 24, a RBS traz uma coletânea diversificada de artigos cobrindo diferentes áreas de conhecimento e abordagens metodológicas.

Ao convidar à leitura dessa produção, que inclui pesquisas empíricas e reflexões teóricas, a equipe editorial incentiva, também, potenciais colaboradores e colaboradoras à leitura atenta de nossa política editorial e diretrizes para submissão. Como o periódico da Sociedade Brasileira de Sociologia, a RBS está comprometida com a difusão de trabalhos de ponta nesse campo de conhecimento e em suas interfaces, buscando contribuir para o avanço da Sociologia brasileira. Nesse sentido, rigor teórico e metodológico, abordagens inovadoras, revisões bibliográficas produzidas em diálogo com a literatura selecionada são aspectos fundamentais para a aceitação de manuscritos. Enfatizamos esses aspectos aqui, tendo em vista o grande número de rejeições que tem resultado do processo de avaliação das submissões e que, possivelmente, decorre das pressões crescentes por publicação e de desatenção às políticas da revista e diretrizes para submissão.

A RBS é ciosa de seus critérios de excelência acadêmica que refletem o compromisso da SBS com o fortalecimento qualitativo e institucional da Sociologia no Brasil e a difusão e divulgação do conhecimento científico produzido nesse campo.

Este número da revista abre com o trabalho de Rodrigo Cantu (UFPEL), Kaline Honorio (Unicamp) e Benjamin Cuevas (Unila), "Crises, ciclos de acumulação e fortalecimento fiscal dos estados na América do Sul (1914-1950)". Nele, os autores examinam o crescimento da arrecadação fiscal nos países da América Latina, com foco em Argentina, Brasil, Chile e Colômbia, explicando esse crescimento com base na pressão fiscal resultante da adversidade no comércio internacional, em um contexto de rarefação da força dos parâmetros de organização política e econômica do ciclo de acumulação sob hegemonia britânica.

Karim Helayel traz o estudo "Noturno do Brasil: Fernando Henrique Cardoso entre a sociologia política e a ciência política", em que reflete sobre a inserção de FHC no campo da Ciência Política, argumentando que sua passagem da sociologia para essa disciplina se deu sem, contudo, abandonar a perspectiva da sociologia política, particularmente, a de orientação histórica e comparativa.

Em "Yo sé, yo puedo, yo temo: la subjetivación política de médicos y médicas en ejercicio durante la pandemia en Mendoza-Argentina", Patricia Collado reflete sobre a ausência de ações coletivas e de recusa às condições de trabalho impostas às equipes médicas na cidade de Mendoza, Argentina, no contexto da pandemia da Covid-19. Sua análise recorre a uma dupla abordagem – por um lado, uma reflexão teórica sobre a dimensão política da questão laboral, focada nas categorias de gestão da força de trabalho e de subjetivação política; por outro, uma abordagem empírica, focada na percepção de médicas e médicos sobre os riscos inerentes ao trabalho em situação de pandemia e os recursos disponíveis para o enfrentamento da Covid-19. Os achados de pesquisa sugerem um grau elevado de autorresponsibilização individual, escassa noção de coletividade e externalidade do risco em relação ao âmbito do trabalho.

Luiz Antonio de Castro Santos revisita a história da formação da profissão de enfermagem no Brasil sob uma perspectiva da Sociologia. Em "Nursing in Brazil: a sociological perspective on a successful journey (1920-1950)", o autor retraça o histórico de institucionalização da profissão no âmbito mundial para, então, analisar seu desenvolvimento no Brasil.

O artigo "Examinando a relação entre proximidade espacial e integração socioeconômica a partir das articulações entre a população de dois bairros populares e os condomínios fechados de elite em Salvador, Brasil", de Stephan Treuke, investiga o *efeito-território* na vida de populações de baixa renda vivendo no entorno de condomínios fechados de classe alta, a partir de dois casos, um em um bairro central e outro em um bairro periférico da cidade de Salvador, Bahia. Treuke identifica uma série de fatores, para além da proximidade espacial, que afetam a relação entre proximidade e integração socioeconômica, como a existência de espaços públicos, a autonomia funcional do bairro e o impacto do crime.

Fechando este número, Maria Chaves Jardim e Luana Di Pires apresentam "O Instagram como dispositivo de construção de mercado nas redes sociais:

a intimidade distinta como variável central junto aos influenciadores de *fitness*". No artigo, as autoras buscam identificar novas formas de mercado que vêm sendo criadas dentro das redes sociais, focando o papel de *influencers* no Instagram, particularmente no mercado associado à noção de *fitness* – boa forma e vida saudável. Entre as variáveis que operam para a criação desse mercado, as autoras identificam que a intimidade, representada na exibição do cotidiano de vida das pessoas tidas como *influencers*, desempenha um papel importante.

As contribuições que compõem esta edição trazem reflexões originais e relevantes para aprofundar o conhecimento sociológico, sob perspectivas teórica e empírica, no âmbito da América Latina. Esperamos que nossas leitoras e leitores apreciem a leitura e considerem dialogar com essas visões, fomentando um debate criativo.

Boa leitura!

A equipe editorial

https://doi.org/10.20336/rbs.861

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Crises, ciclos de acumulação e fortalecimento fiscal dos estados na América do Sul (1914-1950)◊

Crises, cycles of accumulation and fiscal strengthening of South American states (1914-1950)

Rodrigo Cantu[*]
Kaline Honorio[**]
Benjamín Cuevas[***]

RESUMO
O presente artigo aborda o crescimento da arrecadação fiscal nos países da América do Sul em perspectiva histórica. Enfocam-se os casos de Argentina, Brasil, Chile e Colômbia, com ênfase na conjuntura 1914-1950, quando todos esses países apresentaram uma importante inflexão em suas receitas. Uma das principais contribuições da sociologia histórica para o entendimento da construção estatal e fortalecimento fiscal no contexto europeu está no estudo do efeito da pressão fiscal motivada pela guerra em um quadro de condições historicamente particulares de fragmentação política, livre competição violenta e emergência do sistema-mundo capitalista. Transportamos essa forma de raciocínio para o estudo da América Latina, propondo três períodos – inspirados na formulação de Giovanni Arrighi –, nos quais vigoram distintas configurações de condições. Como resultado, explica-se o crescimento na arrecadação dos países da região ao longo da primeira metade do século XX pela pressão fiscal oriunda da adversidade no comércio internacional, em um contexto no qual se tornam rarefeitas as forças dos parâmetros da organização política e econômica do ciclo de acumulação sob hegemonia britânica.

Palavras-chave: Estado, América do Sul, sociologia histórica, sociologia fiscal, finanças públicas.

◊ O presente artigo é resultado de uma pesquisa que contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. Uma versão prévia do artigo foi apresentada no GT 16 - Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais, no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, em 2021. Agradecemos aos coordenadores e aos participantes do GT pelos comentários e pelo diálogo. Agradecemos ainda a leitura e as sugestões de Simone Gomes e Pedro Borba.

[*] Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

[**] Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

[***] Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

ABSTRACT
This article addresses the growth of tax revenue in South American countries in a historical perspective. I focus on the cases of Argentina, Brazil, Chile and Colombia, with emphasis on the 1914-1950 period, when all these countries experienced an important inflection point in their revenues. One of the main contributions of historical sociology to the understanding of state-building and fiscal strengthening in Europe lies in the study of the effect of war-motivated fiscal pressure against the backdrop of particular historical conditions of political fragmentation, violent free competition, and the emergence of the capitalist world-system. I apply this framework to the study of Latin America and propose three periods – following Giovanni Arrighi – in which distinct configurations of conditions prevail. I argue that the growth in tax revenue during the first half of the twentieth century is explained by the fiscal pressure from the turmoil in international trade in a context of declining force of the political and economic parameters of the British cycle of accumulation.

Keywords: State, South America, historical sociology, fiscal sociology, public finance.

Introdução

O presente artigo aborda o tema do crescimento da arrecadação fiscal nos países da América do Sul, interpelando algumas temáticas caras às sociologias histórica e fiscal. O prisma sociopolítico e histórico das finanças públicas é uma das bases da nova sociologia fiscal (Campbell, 1993; Martin *et al.*, 2009; Martin & Prasad, 2014), um campo temático que começa a se consolidar no Brasil (Falcão, 2018; Tavares, 2019). Para essa emergente agenda de investigação, o fortalecimento fiscal do Estado – entendido como o aumento consistente e não apenas conjuntural da arrecadação – é uma questão chave para o entendimento do desenvolvimento e das relações Estado-sociedade (Martin & Prasad, 2014).

Entre as várias razões para se pesquisar a trajetória das finanças públicas, uma das principais se encontra na relação entre desenvolvimento econômico e o vigor fiscal dos Estados. Distintas literaturas sobre a história do desenvolvimento apontam que trajetórias bem-sucedidas tiveram como base a construção de capacidades estatais, seja pela criação de uma institucionalidade de garantias de propriedade (North, 1981; Acemoglu & Robinson, 2012), ou por meio de políticas industriais (Amsden, 2004; Evans, 2004; Reinert, 2016). Países de desenvolvimento pioneiro podem ter

se favorecido de um Estado capaz de fazer valer direitos de propriedade em uma economia crescentemente mercantil. Países de desenvolvimento tardio, tais como Japão, Taiwan e Coreia do Sul, alcançaram os pioneiros por meio de ações estatais de promoção de exportações e do avanço tecnológico. Em ambos os casos, foi necessário um Estado suficientemente forte para desempenhar essas funções. Assim, a força fiscal é um pré-requisito essencial para habilitar um país para o sucesso econômico.[1]

A temática do nível de arrecadação nos países sul-americanos deve ser entendida no quadro de sua grande variedade. A alegada unidade cultural e linguística da região dissimula heterogeneidades marcantes, como atesta, por exemplo, a literatura focada na classificação de regimes de proteção social (ver Antía, 2018). As diferenças se estendem também às receitas estatais. Sabaini (2006) divide os países da região em três grupos: um de alta arrecadação (Brasil, Argentina e Uruguai), cuja média das receitas é de 25% do PIB na virada do milênio; um intermediário (Chile, Colômbia, Peru e Bolívia), com média de 15%; e um de baixa arrecadação (Paraguai, Equador e Venezuela), com média de 10%. Em 2019, países como Argentina e Brasil arrecadaram, respectivamente, 29% e 33% do PIB, com políticas sociais abrangentes do lado da despesa. Por outro lado, Chile (21%) e Colômbia (20%) apresentam arrecadações menores, com Estados de bem-estar reduzidos, alicerçados em políticas focalizadas.[2] A fraqueza fiscal relativa de Colômbia e Chile – associada à maior mercantilização da proteção social – é um dos elementos de base para, por exemplo, a reflexão sobre as recentes ondas de protestos nesses países.

Por que, então, alguns Estados são fortes e outros são fracos fiscalmente? É bastante conhecida a tese da origem militar do Estado moderno no Norte Global ou, pelo menos, na Europa Ocidental (Hintze, 1906/1975; Schumpeter, 1918/1991; Elias, 1939/1976; Giddens, 1985). Associando algumas das

---

[1] Conhecer a história da arrecadação oferece ainda novas perspectivas sobre algumas dinâmicas das disputas políticas. Essa temática remete à discussão de Habermas (1973/2002), sobre a questão da legitimidade estatal: no contexto capitalista, o Estado enfrenta pressões contraditórias, com exigências funcionais à reprodução desse sistema econômico e com demandas distributivas e compensatórias. Assim, as finanças públicas são cruciais para a compreensão dos conflitos instaurados em torno dessas atividades do Estado, como sugere o importante trabalho de James O'Connor (1977) sobre a pressões sociais e militares envolvidas na crise fiscal dos Estados Unidos na década de 1970. Importantes acontecimentos recentes da América Latina podem ser mais adequadamente examinados por essa perspectiva, tais como as ondas de protesto no Chile em 2019 e na Colômbia em 2021.

[2] As informações para 2019 são de OECD (2021, p. 31).

intuições sobre a "revolução militar" (Roberts, 1995; Parker, 2005) à dinâmica política mais abrangente, Charles Tilly (1975, 1990) consolidou uma agenda de pesquisa sobre o papel da guerra na formação do Estado. Como desfecho histórico, esses países constituíram Estados fortes fiscalmente e, associado à dinâmica da contestação nessa trajetória, políticas sociais abrangentes. Além de uma proeminente linha da sociologia histórica, essa perspectiva é também considerada uma das agendas centrais da nova sociologia fiscal (Martin *et al.*, 2009).

O trabalho de Miguel Ángel Centeno (2002), que reflete sobre a hipótese bélica na história latino-americana, parte de um desfecho distinto: Estados fracos fiscalmente, com baixas capacidades administrativas, excludentes politicamente, com políticas sociais restritas comparativamente. A forma da guerra nessa região foi limitada, segundo o autor, ao contrário das guerras totais empreendidas na Europa Ocidental. Desse modo, a guerra produziu apenas sangue e dívida, legando Estados fracos fiscalmente. Com relação à fiscalidade na América Latina, o argumento de Centeno ilumina as raízes da conhecida baixa arrecadação de alguns países subdesenvolvidos (Kaldor, 1963).

O fato de que alguns países da América do Sul elevaram substantivamente suas arrecadações ao longo do século XX leva à necessidade de se complementar esse quadro de análise da sociologia histórica. Com uma receita estatal de 30% do PIB, alguns países – tais como Argentina e Brasil – possuem receitas similares à média dos países da OCDE, rompendo com o legado previsto nas conclusões de Centeno. Como foi possível o crescimento nas arrecadações de países sul-americanos, observado ao longo do século XX? O quadro de análise de Tilly-Centeno se mostra incompleto para apreender essa transformação. A fim de desdobrar essa problemática, retornamos a uma de suas intuições básicas: se as crises fiscais por conta da guerra estiveram associadas à construção fiscal do Estado moderno, poderiam crises com outras origens – desenrolando-se em contextos distintos – também estimular o crescimento da arrecadação?

Com base nessa conjectura, o presente trabalho busca examinar as causas do crescimento arrecadatório entre os Estados da América do Sul. Os países com as maiores economias da região serão o foco da análise: Argentina, Brasil, Chile e Colômbia. Como será esclarecido adiante, o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (e seus anos subsequentes, nos quais os efeitos de seu desfecho ainda se desdobram) é uma conjuntura chave

para a inflexão na arrecadação dos países sul-americanos. Entre 1914 e 1950, a carga fiscal de todos os países estudados aumenta – em contraste com um século pregresso de inércia fiscal – junto a mudanças importantes na estrutura das receitas. Por essa razão, o foco recai principalmente nesta conjuntura histórica.[3]

O argumento deste artigo busca renovar e expandir algumas teses da sociologia histórica e fiscal. Partimos dos já mencionados trabalhos de Charles Tilly e Miguel Ángel Centeno, que discutem como a guerra, em diferentes condições históricas de formação dos Estados, esteve relacionada com a consolidação fiscal no caso europeu e com seu inverso no caso latino-americano. Para entender a reversão da fraqueza fiscal sul-americana ao longo da primeira metade do século XX, realizamos dois esforços de análise e combinação teórica. Primeiro, concebemos a guerra como uma forma específica de pressão fiscal. Na história dos países aqui examinados, há outras formas de pressão, que eventualmente – assim como no caso da guerra – dão origem a crises fiscais profundas. Segundo, inspiramo-nos na noção de ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi para elaborar um quadro das mudanças nas condições que pesam sobre os países periféricos, como os sul-americanos. Examinamos, então, como diferentes pressões fiscais interagem com novas condições contextuais, produzindo resultados distintos do marasmo fiscal do século XIX, identificado por Centeno. O fortalecimento fiscal dos países analisados é, finalmente, entendido a partir de experimentos tributários em um cenário de crise, mas de menor peso das injunções sistêmicas prévias.

O restante do texto está organizado em mais cinco seções. Na segunda seção, aprofundamos o problema de pesquisa e apresentamos as referências metodológicas que nos orientam. Na terceira, discutem-se com mais profundidade a tese da origem bélica e sua relação com a trajetória fiscal dos Estados. O modelo teórico, que reformula alguns parâmetros da literatura da sociologia histórica para a análise do caso sul-americano, é apresentado na seção 4. Na seção 5, são examinados alguns resultados fundamentados no material empírico (séries estatísticas e historiografia). A última seção traz algumas considerações finais, resumindo os pontos principais do trabalho.

---

[3] No final do artigo, com base nos argumentos aqui desenvolvidos, apontam-se também algumas pistas para investigações futuras sobre a trajetória fiscal dos países sul-americanos no período pós-1950.

Problema e elementos metodológicos

Neste artigo, enfocam-se os casos de Argentina, Brasil, Chile e Colômbia. Além de constituírem as quatro maiores economias da região – marcadas por experiências de industrialização similares durante o século XX (Bulmer-Thomas, 2014, p. 298-309) –, eles também se distribuem em dois diferentes grupos fiscais de Sabaini (2006): Argentina e Brasil entram no grupo de alta arrecadação; Chile e Colômbia no de arrecadação moderada. Essa seleção permite explorar trajetórias que, ao longo do século XX, não apenas incrementaram a arrecadação, mas também acabaram constituindo diferentes níveis fiscais.

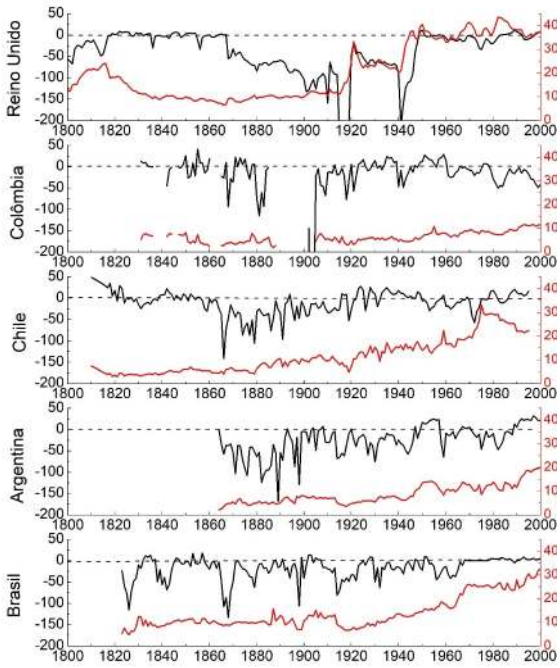
Como material de base para esse exame, além do recurso à literatura histórica geral e econômica, foi elaborado um conjunto de dados que reúne séries históricas sobre a fiscalidade dos países nos séculos XIX e XX, encontradas dispersas em diferentes publicações e repositórios (ver detalhamento no Apêndice). O Gráfico 1 apresenta duas das séries: um indicador do déficit (ou, alternativamente, superávit) fiscal (em preto) e a receita como proporção do PIB (em vermelho).

Em um primeiro olhar, é possível destacar diferenças marcantes entre os casos sul-americanos e o Reino Unido. As séries desse país expressam nitidamente o modelo bélico de construção do Estado fiscal. Contextos de déficits acentuados ocorrem durante guerras: as Guerras Napoleônicas no início do século XIX e as duas Guerras Mundiais do século XX. A dinâmica de concessões políticas e sociais, aprofundada pela necessidade da mobilização em massa nesses últimos dois conflitos, faz com que o aumento da arrecadação – que, de início, é motivado pelo custo das atividades militares – não retorne ao patamar prévio. Ao longo dessa trajetória, a arrecadação do Estado britânico sai de cerca de 10% do PIB no início do século XX para cerca de 35% na década de 1950.

As séries dos países sul-americanos apresentam trajetórias marcadamente distintas (Gráfico 1). Durante o século XIX e início do século XX, a constante baixa arrecadação dos Estados sul-americanos (entre 5% e 10% do PIB) acompanha a tendência dos países europeus. Cardoso e Lains (2010) mostram como os segundos também apresentam cargas tributárias entre 5% e 10% do PIB para esse período. A grande divergência entre Europa e América do Sul é produzida ao longo do século XX. Não há evento similar, na última região,

que produza as inflexões fiscais sofridas pelo Reino Unido, por exemplo, nas duas Guerras Mundiais. O que se observa são pressões fiscais – expressas por déficits em longos períodos ou por recorrentes crises – acompanhadas por ondas de fortalecimento fiscal.

Gráfico 1. Déficits (% da receita) [preto] e receita estatal (% do PIB) [vermelho]



Fontes: Ver Apêndice, com o detalhamento das fontes das séries históricas e observações.

Uma primeira onda pode ser identificada após um longo período adverso entre as duas Guerras Mundiais. Após essa conjuntura, as ondas não obedecem a uma sincronicidade e a divergência entre os países sul-americanos começa a se revelar. Durante a conjuntura 1914-1950, a arrecadação de todos os países estudados se eleva. Trata-se de um momento chave para compreender a trajetória fiscal dos Estados da região.

A discussão metodológica que inspirou a construção do enquadramento teórico exposto abaixo destaca a relevância da complexidade causal em estudos de *N* pequeno, em contraste com a ênfase em efeitos líquidos de variáveis independentes em estudos de *N* grande (Ragin, 2009). Tal perspectiva se mostra cada vez mais consolidada nas abordagens da sociologia

histórica e da análise histórica comparada (Mahoney & Rueschemeyer, 2003; Mahoney & Thelen, 2015). Nesse sentido, para o exame dos quatro países propostos, recorremos à noção de configuração causal (Ragin, 2009, cap. 6; Ragin & Amoroso, 2011, p. 145-161): um conjunto de condições que, em determinado recorte temporal, produz os resultados de interesse historicamente observados.[4] Na próxima seção, discutem-se os fatores que compõem as configurações propostas para explicar as distintas trajetórias dos países sul-americanos.

A sociologia histórica da guerra e das trajetórias fiscais

A tese da origem bélica do Estado moderno assenta-se sobre variantes da ideia de revolução militar, tal como discutida, por exemplo, por Roberts (1995) e Parker (1996). Ela se refere a mudanças nas tecnologias e técnicas da guerra: armas de fogo, artilharia, associadas à profissionalização das tropas e à renovação das fortificações – para se proteger dessa artilharia – mudaram o panorama das disputas violentas na Europa ocidental a partir do século XIV. A manutenção de exércitos permanentes e profissionais e o desenvolvimento e aquisição dos novos armamentos exigiam uma enorme e concentrada quantidade de recursos. Somente organizações abrangentes, mas centralizadas, logravam captar recursos dispersos para aplicá-los dessa maneira. Assim, em um jogo competitivo pela existência, a guerra fomentou a criação de aparatos administrativos e coercitivos para a coleta e gestão desses recursos – como atividades-meio –, além do desenvolvimento militar ampliado – como atividade-fim. A questão fiscal, nessa conjectura, é indissociável da dinâmica bélica e da construção do Estado.

O contexto histórico desses processos importa por várias razões, notoriamente por oferecer os parâmetros nos quais a guerra se torna um motor da formação estatal. Três dimensões contextuais podem ser destacadas. Primeiro, é marcante a fragmentação política no ponto de partida da Europa central no século XIII. Como discutida por Elias (1993, cap. 2), essa condição permitiu a livre competição violenta entre uma grande quantidade de unidades concorrentes, donas de seus próprios meios

[4] Byrne (2005 p. 106) reconhece o parentesco entre a noção de configuração causal das metodologias de análise comparada e a noção de configuração em Norbert Elias. Pode-se dizer que a primeira expande algumas das intuições de Elias para um quadro comparativo.

de coerção. Nessa perspectiva, a formação do Estado nessa região consiste na crescente monopolização da autoridade coercitiva, onde antes vigorava um regime de "concorrência perfeita". Segundo, economicamente tratava-se de sociedades predominantemente agrárias, em uma posição preterida nas redes de comércio afroeuroasiáticas do século XIII (Abu-Lughod, 1989; Chase-Dunn & Hall, 1997). Nessa posição, os europeus não podiam contar com empréstimos de "conhecimento técnico ou financiamento de Estados vizinhos. Eles não podiam presumir a existência de um mercado para seus produtos" (Tilly, 1975, p. 81). Nesse sentido, a formação dos Estados na Europa é parte da emergência de um sistema-mundo capitalista, um quadro hierárquico das regiões mundiais qualitativamente distinto da história prévia (Wallerstein, 1974, 1991). Essa hierarquia pesa sobre a formação de Estados "tardios" de uma forma que não pesava sobre a Europa. Por último, culturalmente, é relevante distinguir as condições propícias na Europa – com a emergência do mercantilismo e do absolutismo como ideologias – daquelas vigentes para as comunidades políticas que entraram tardiamente no processo de formação estatal, com o surgimento do liberalismo.

Dentro desses parâmetros, as exigências da guerra colocam em marcha o ciclo extrativo-coercitivo (Finer, 1975): a retroalimentação entre a dominação política e a reivindicação compulsória de recursos. Por um lado, esse mecanismo tece uma densa rede de interdependência social, complexificando o exercício do poder. Em um resumo eliasiano: "no fim desse desenvolvimento, o governante absoluto, com seu poder aparentemente ilimitado, era, num grau extraordinário, governado, sendo funcionalmente dependente da sociedade a que governava" (Elias, 1993, p. 102). É o cenário da emergência de diferentes camadas de direitos garantidas pela organização estatal, engendradas pela dinâmica da contestação entre governantes extratores e governados expropriados (Tilly, 1998). Além disso, o ciclo extrativo-coercitivo, por outro lado, pode ser considerado como um mecanismo de estratificação, distribuindo desigualmente os favores e o ônus da imposição e da dominação política (Borba, 2019, p. 62-73). Novamente, a dimensão fiscal é central, pois modula as intensidades da interdependência e as incidências da dominação do poder central.

Com base nessa discussão, pode-se propor um resumo da tese da origem bélica, com relação à construção da fiscalidade, nos seguintes termos: fortalecimento fiscal = tipo de pressão fiscal + configuração contextual. No

caso da Europa ocidental, o Estado reagiu à pressão fiscal da guerra, dadas condições políticas, econômicas e ideológicas historicamente específicas, aumentando consistentemente sua arrecadação. Por essa ótica, um modelo explicativo abrangente do fortalecimento fiscal de um Estado pode ser idealizado, examinando-se a diversidade de interações entre diferentes formas da pressão fiscal e as variações dos parâmetros contextuais em resultados de fortalecimento, estagnação e decadência fiscal.

O influente trabalho de Miguel Ángel Centeno (2002) serve como ilustração desse modelo, ao examinar como a pressão fiscal da guerra interage com os parâmetros contextuais da América Latina no século XIX. Politicamente, o contexto é definido pela imitação institucional e manutenção relativa de fronteiras coloniais. O Estado moderno como forma política desenvolvida na Europa serve de modelo para as estruturas administrativas que se tenta implantar em territórios com os quais há pouca relação orgânica, ou seja, redes de interdependência ainda frágeis. A competição geopolítica tem balizas muito estreitas no âmbito da Pax Britannica (Centeno, 2002, p. 23-26). Economicamente, os Estados latino-americanos independentes surgem no século de inconteste hegemonia europeia dentro de um já articulado sistema-mundo capitalista. Sua infraestrutura econômica – no sentido de Ardant (1975), a forma que assume o conjunto de atividades econômicas que se prestam à extração – constitui-se, nesse regime assimétrico, com obstáculos bem instalados ao desenvolvimento. As economias primário-exportadoras aparecem, então, como um entrave à construção fiscal dos Estados latino-americanos (Centeno, 2002, p. 130-131). Em termos ideológicos, valores subjacentes ao despotismo esclarecido são contestados pelo liberalismo ascendente no século XIX. Nesse sentido, o contexto cultural é menos favorável à centralização da autoridade e ao fortalecimento organizacional do Estado no âmbito do liberalismo e suas convicções políticas associadas, tais como o constitucionalismo e o republicanismo (Centeno, 2002, p. 139).

Em interação com esse conjunto de fatores, as crises fiscais provocadas pela guerra não promoveram o crescimento da arrecadação. Para caracterizar os conflitos internacionais da América Latina, Centeno propõe a ideia de guerra limitada: embates com um teatro de operações circunscrito e com restrições em termos de recursos e agressividade, que não motivaram o crescimento da receita estatal. Como ilustra nitidamente, para o caso brasileiro, a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) – o maior conflito internacional da

região –, a crise fiscal decorrente pouco influenciou na trajetória da receita estatal (ver Gráfico 1). A fraqueza fiscal se relaciona ainda com o malogro nas reivindicações do monopólio da coerção, cuja expressão se encontra nos conflitos internos, geralmente contra o poder central. Tampouco esse tipo de conflito se constituiu em um motor da consolidação fiscal, a julgar pela sequência das crises que marcaram os conflitos do período regencial no Brasil e a Guerra dos Mil Dias na Colômbia (1899-1902). Ademais, as condições ideológicas, como mencionado, tampouco favoreciam iniciativas de crescimento do Estado, junto a cenários econômicos com restrições para o avanço da tributação. Com o desenvolvimento das altas finanças europeias e de subsistências mais monetizadas, os Estados lançaram mão da emissão monetária e do endividamento internacional como subterfúgios à extração.

Renovação de um enquadramento teórico: configurações e crises na trajetória fiscal dos países sul-americanos

Compreender a transição do panorama de sangue e dívida para aquele de fortalecimento fiscal, com alguns Estados capazes de arrecadar uma importante proporção das riquezas, exige uma recalibragem no modelo analítico, tanto nas formas da pressão fiscal quanto nos elementos da configuração contextual. A fim de examinar a trajetória dos países selecionados, recorremos à noção de ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi (1996) para duas tarefas: primeiro, para dividi-la em distintos períodos e, ainda, para indicar parâmetros contextuais relevantes em cada um dos períodos. A formulação de Arrighi se enquadra nos esforços aqui empreendidos por se concentrar na variação de longo prazo das características que regulam o sistema-mundo capitalista, levando em consideração suas dimensões econômicas, políticas e ideológicas.

Seguindo Borba (2019), entendemos a trajetória dos Estados latino-americanos no âmbito dos movimentos do sistema-mundo capitalista a partir do início do século XIX. Esse recorte tem a virtude de enfatizar as distintas injunções que pesam sobre essas organizações de acordo com a etapa de desenvolvimento de tal sistema. Os ciclos sistêmicos de hegemonia britânica e estadunidense, entremeados pela conjuntura de crise e transição hegemônica da primeira metade do século XX, compõem o cenário com base no qual nos indagamos sobre a consolidação fiscal dos Estados.

No presente texto, enfocamos dois aspectos contextuais para caracterizar cada ciclo, com relação às balizas vigentes para os países sul-americanos: a ideologia prevalente e o modo de inserção internacional, este último condensando preocupações econômicas e políticas. Ideologicamente, o ciclo britânico é inspirado pelo liberalismo – como bem aponta Centeno – ou pelo imperialismo de livre comércio, no comentário de Arrighi (1996, p. 55). Conforme Dumont (1977), Hirschman (1979) e Rosanvallon (2002), o surgimento do liberalismo está associado à autonomização da esfera econômica, como uma filosofia política da ação descentralizada. Sua imagem de uma ordem social virtuosa é a de uma comunidade de atores em interação no mercado, cuja harmonia emerge espontaneamente na ausência da intercessão de um poder central considerado subótimo ou ilegítimo. Nesses termos, a ampliação da ação do Estado, bem como sua consequente ampliação extrativa, não encontra lugar no enquadramento ideológico dominante.

Em contraste com o liberalismo unilateral e categórico do século XIX, o ciclo hegemônico estadunidense é marcado por compromissos que levam em consideração as disfunções do livre mercado, vindicando uma espécie de autoproteção da sociedade polanyiana. Ruggie (1982) resume tal compromisso no termo "liberalismo incrustado" ou *embedded liberalism*: "ao contrário do nacionalismo econômico dos anos 30, ele teria caráter multilateral; distinto do liberalismo do padrão-ouro e do livre comércio, seu multilateralismo seria baseado no intervencionismo doméstico" (p. 393). No Norte global, esse amálgama ideológico emergente dá anuência, nos planos domésticos, à "era dourada" do Estado de bem-estar (Kerstenetzky, 2012, p. 16) e à consolidação de diferentes arranjos de coordenação e planejamento (não mais apenas competição) entre atores econômicos. No Sul global, políticas de desenvolvimento não apenas foram toleradas, como também, às vezes, estimuladas pelos países ricos (Helleiner, 2006, 2019) – vide, por exemplo, o Ponto IV do discurso inaugural de Harry Truman.

A variável contextual da inserção internacional é delineada pelo paradigma primário exportador na hegemonia britânica e pelo investimento direto externo (IDE) na hegemonia estadunidense. Seguindo a intuição de algumas abordagens dependentistas basilares (Cardoso & Faletto, 1977; Santos, 1968), é possível assinalar uma mudança significativa na integração da América Latina com o mundo no pós-Segunda Guerra, a partir da assente presença de empresas multinacionais na região. Tal inflexão favorece a ampliação estatal

em função das exigências de infraestrutura e do investimento estatal em setores de pouco interesse privado. Evans (1980), por exemplo, desdobra a ideia de Gerschenkron (2015) para esse contexto, sugerindo que projetos e iniciativas de alto investimento inicial foram ocupados pelo Estado, diante do desinteresse dos grupos internacionais e da incipiência do setor financeiro doméstico para arrolar os vultosos montantes exigidos.

O liberalismo incrustado (LI) e o desenvolvimento dependente (DD) podem parecer miragens distantes para o leitor do século XXI. Por essa razão, cabe ainda um aparte sobre a delimitação temporal dessa conjuntura. Recorrendo novamente a Arrighi (1996), é preciso destacar a divisão do ciclo de acumulação em sua fase de expansão, calcada em atividades produtivas, e sua fase de declínio, marcada pela crescente financeirização. Se o casamento LI-DD serve como configuração durante os Trinta Gloriosos, não é possível estendê-lo para depois da década de 1980, quando, primeiramente no Chile e depois no restante da região, o neoliberalismo se torna cada vez mais influente. Desse modo, os sinais de declínio do ciclo estadunidense a partir de meados da década de 1970 definiriam novos parâmetros contextuais para o destino do Estado fiscal sul-americano, a serem explorados em um trabalho futuro.

A conjuntura de crise e transição hegemônica, delimitada aproximadamente entre 1914 e 1945, merece ainda algum comentário. Como precisam sociologias de influência pragmatista, crises são momentos de indeterminação, nos quais os parâmetros organizadores da realidade, que servem de apoio ao cálculo estratégico dos atores ou de retrospecto fundamentador da tradição, deixam de valer (Barthe *et al.*, 2016; Lemieux, 2018). Elas são conjunturas de provação de uma realidade que se mostra fluida (Dobry, 2014), marcadas pelo experimentalismo e pela criatividade. Nesse sentido, sugerimos que esse intervalo histórico é caracterizado pela suspensão dos parâmetros vigentes no ciclo de acumulação britânico, o que não significa que já estejam sólidos os traços do ciclo posterior. Se, na proposta de Polanyi (2000, p. 17), o século XIX foi caracterizado pelo equilíbrio de poder no tabuleiro europeu, o padrão ouro, o mercado autorregulável e o Estado liberal, no período de crise hegemônica ainda não eram definidos os contornos da expansão liderada pelos EUA: Guerra Fria, Bretton Woods e keynesianismo somado ao Estado de bem-estar como orientação institucional econômica e estatal.

A última condição a ser discutida são as pressões fiscais. Tal ideia busca captar o tipo de força por trás de uma crise fiscal. Trata-se do fator desestabilizador – ora latente, como uma ameaça em um transitório período de estabilidade fiscal; ora manifesto, em conjunturas de crise patente – que incita os atores a investigar e a modificar a estrutura fiscal, a fim de dominá-la. Com base no exame das séries históricas, junto com a leitura da historiografia política e econômica da América Latina, é possível indicar as principais pressões fiscais em cada período proposto. Durante o ciclo hegemônico britânico, a baixa arrecadação crônica de alguns países contribui com déficits duradouros, como visível especialmente nos casos da Argentina e Chile. Entretanto, destacam-se duas pressões, associadas a pioras fiscais agudas: a guerra, já aludida acima, e as crises no comércio internacional. À inserção primário-exportadora corresponde uma alta volatilidade das taxas de crescimento econômico, de acordo com flutuações das economias centrais; mas também a uma volatilidade saliente da arrecadação, baseada predominantemente na tributação do comércio externo, como enfatizado por Centeno (2002, p. 116-127). Não se trata apenas de crises na demanda pelos produtos exportados pela América Latina, mas também de um conjunto de fatores associados de modo pró-cíclico na volatilidade e nas crises da região: "houve uma importante convergência entre os ciclos de comércio exterior e os fluxos de capitais. Normalmente, as crises são produzidas por bloqueios repentinos às exportações em meio a situações internacionais críticas (1873, 1890, 1913, 1929, 1973, 1979, 1997, 2008), que geram retrações no comércio e forte deterioração dos preços dos produtos básicos, que por sua vez se traduzem em saldos comerciais negativos" (Bértola & Ocampo, 2010, p. 33).[5]

Durante o período de crise hegemônica, as guerras internas e externas na América do Sul deixam de ser pressões fiscais relevantes, ao passo que as crises no comércio internacional seguem pertinentes e com maior intensidade. A lista de momentos críticos de Bértola e Ocampo pode ser expandida e detalhada, destacando-se a desorganização do comércio nas duas guerras mundiais e durante a Grande Depressão da década de 1930.

[5] Certo é que as cíclicas crises nos mercados internacionais não são as únicas responsáveis por choques nas exportações, como salienta Bulmer-Thomas (2014, p. 73-77). A exaustão de recursos exportáveis não renováveis, a exaustão do solo, instabilidade política e a guerra também contam como fatores associados ao declínio do setor exportador.

O período ascendente do ciclo hegemônico estadunidense introduz novas formas de pressão fiscal na região, nomeadamente as despesas com o esforço de industrialização e com a expansão do Estado de bem-estar. Apesar de o modelo primário-exportador persistir em várias partes da América Latina após 1945, os países selecionados para este estudo se diferenciam por sua conhecida conversão a um modelo de desenvolvimento *hacia adentro* (Pinto, 1971) ou *inward-looking development* (Bulmer-Thomas, 2014). Ademais, como argumenta Mesa-Lago (1985), nessa conjuntura não apenas acontecem ajustes e a ampliação de programas de proteção social em países pioneiros em seu estabelecimento (Argentina, Brasil e Chile), mas também demais países iniciam a construção de suas políticas sociais (Colômbia). Objeto de pesquisas futuras, tais pressões exigem um exame mais detalhado, uma vez que tanto os esforços de industrialização quanto a criação ou ampliação da política social ocorrem em diferentes intensidades e, às vezes, em cronologias distintas.

A Tabela 1 (linhas 1 e 2) apresenta esquematicamente os principais pontos do enquadramento teórico proposto. Na próxima seção, confrontam-se essas proposições com informações das séries estatísticas e da historiografia. O objetivo é avaliar a pertinência das distintas configurações causais propostas para o entendimento das trajetórias fiscais: em distintas condições, que tipos de pressões fiscais desencadeiam o crescimento da arrecadação?

Tabela 1. Configurações históricas em distintos períodos

		Hegemonia britânica (1815-1914)	Crise hegemônica (1914-1945)	Hegemonia EUA (1945-1980)
(1) Parâmetros contextuais	Ideologia	Liberalismo	Suspensão dos parâmetros	*Embedded liberalism*
	Inserção internacional	Exportação de primários		IDE
(2) Pressões fiscais		Guerra, crises no comércio internacional		Industrialização, Estado de Bem-Estar
(3) Países com fortalecimento fiscal		Nenhum	Todos	Brasil e Chile

Fonte: Elaboração dos autores.

Condições sistêmicas, crises fiscais e o fortalecimento fiscal dos países sul-americanos

Partindo do conjunto de condições vigentes no ciclo de acumulação britânico – liberalismo e inserção primário-exportadora –, as pressões fiscais da guerra e das crises no comércio internacional não resultaram em qualquer fortalecimento fiscal (ver Gráfico 1), como reconhecido por Centeno (2002). Entretanto, o período de crise hegemônica na primeira metade do século XX introduz mudanças marcantes. Quando se contrasta a receita estatal na primeira década do século XX e na década de 1950, nota-se um salto da arrecadação de todos os países examinados (Tabela 2).[6]

Tabela 2. Receita (% do PIB) - Médias decenais

	Argentina	**Brasil**	**Chile**	**Colômbia**
1900-1909	7,3	12,5	10,4	5,8
1950-1959	12,5	16,1	15,5	7,9
1980-1989	12,1	24,9	26,9	8,2

Fonte: Ver Apêndice para fontes das séries históricas.

É possível buscar uma explicação para esse fortalecimento fiscal na suspensão dos parâmetros vigentes no ciclo britânico. Os fortes choques fiscais por conta de conjunturas muito desfavoráveis no comércio internacional encontravam um liberalismo em crise. A substituição de importações espontânea é acompanhada por um experimentalismo no terreno fiscal, visando a superação da calamidade na arrecadação. Em resumo, neste episódio de fortalecimento fiscal, uma mudança nos parâmetros contextuais alterou o desfecho das crises fiscais.

Várias medidas e transformações econômicas constituíram o impulso experimentalista da conjuntura da crise hegemônica. Na Argentina, a criação e a reformulação de tributos transfiguraram o sistema tributário baseado na arrecadação aduaneira, que se tornava insuficiente para sustentar tanto os gastos públicos quanto a confiança dos credores no país (Lynch & Dania, 2000). Em 1917, apareciam as primeiras reações tributárias do governo de Hipólito Yrigoyen, no intuito de extrair recursos de outros

[6] A dimensão do crescimento da arrecadação é distinta em cada país. Em média, o acréscimo na arrecadação entre as décadas de 1900 e 1950 foi de 46% para todos os países examinados. Mesmo nos casos de crescimento apenas moderado, como no Brasil, o acréscimo foi de quase 30%, representando um incremento considerável na arrecadação.

setores. Propôs-se, pela primeira vez, o imposto de renda de imóveis, a fim de obter recursos provenientes de bens patrimoniais localizados no país. Apesar de muita polêmica, o tributo não provocou grandes mudanças na carga tributária. Porém, sua implementação manifestava os primeiros sinais concretos da necessidade de abandonar o sistema tributário aduaneiro. A Grande Depressão da década de 1930 significou uma nova desaceleração dos mercados mundiais e, consequentemente, impactou na receita fiscal argentina. Nessa conjuntura, a Direção Nacional Impositiva (DGI) implementou, como recurso de emergência e pela primeira vez no país, o imposto de renda. Outras inovações, tais como o novo imposto sobre transações (vendas e serviços), o aumento das taxas aduaneiras e consulares e, também, a unificação dos impostos internos, fizeram com que a arrecadação aumentasse consideravelmente.

No Brasil, a conjuntura fiscal encetada pela Primeira Guerra Mundial estimulou a elevação de alíquotas e a ampliação do repertório de produtos taxados (Villela & Suzigan, 1977, p. 102). Ademais, também houve no Brasil a introdução do Imposto de Renda (IR) em 1922 – o qual passou a ser cobrado efetivamente em 1924 (Nóbrega, 2014). A tributação sobre alguns tipos de rendimento já existia anteriormente, mas se limitava especialmente aos ordenados do serviço público. Foi em 1922 que, de transitório e seletivo, o IR passou a ser permanente e geral. A resistência parlamentar à sua criação – ativa desde as primeiras iniciativas, logo da proclamação da República – parece ter esmorecido diante das sucessivas crises fiscais e, em particular, diante da situação excepcionalmente grave dos anos 1914-19. Sua instauração – apesar da baixa arrecadação em seus primeiros anos – abriu uma nova e importante fonte de financiamento para o Estado.

O efeito da Primeira Guerra Mundial na economia e na fiscalidade chilena foi igualmente catastrófico. Além das consequências fiscais da paralisação do comércio internacional em um país dependente dos impostos aduaneiros, nesse período também se desenvolveu um processo capaz de produzir nitrato sintético, substituto perfeito para o salitre, principal produto de exportação do Chile à época (Couyoumdjian, 1975). A situação da arrecadação externa piorou severamente com a Grande Depressão da década de 1930, quando o valor das exportações de salitre caiu quase ao nível de 1880. O Estado respondeu à crise por meio do fortalecimento de atividades independentes da demanda externa, com o propósito de criar empregos e receitas que permitissem compensar a restrição no âmbito da exportação-importação, bem como de prover ao país as mercadorias e serviços que

não podiam mais ser obtidos diante da redução da capacidade de importar. Houve, portanto, uma mudança radical do padrão de desenvolvimento do país, que passou a orientar-se *hacia adentro* via aumento da proteção e do estímulo às atividades produtivas que atendiam as necessidades nacionais sem depender do mercado exterior (Pinto, 1959). Nesse sentido, o aumento da arrecadação após as crises no comércio internacional em meados do século XX mistura-se ao processo de industrialização chileno, que iniciou suas manifestações nesse mesmo período.

Na Colômbia, diante da queda da receita aduaneira e dos termos de intercâmbio decorrentes da Primeira Guerra Mundial, autorizações extraordinárias foram concedidas ao executivo para tomar as medidas consideradas necessárias para reduzir os potenciais efeitos de uma nova crise fiscal. Destaca-se o estabelecimento de novos tributos internos sobre o consumo de luxo e sobre os vícios, bem como sobre a exportação de madeiras e pesca. Em 1918, o Congresso instituiu o imposto sobre a renda e estabeleceu alíquotas sobre a venda de medicamentos, fósforos e bebidas como o refrigerante e a cerveja (Junguito & Rincón, 2004). Na sequência da eclosão da Grande Depressão da década de 1930, assumiu o poder Alfonso López Pumarejo, trazendo um novo programa econômico que incluía, entre outras medidas, o fortalecimento de alguns impostos indiretos como cigarros, selos e refrigerantes, além da consagração do imposto progressivo sobre a renda e da reorientação da estrutura tributária no sentido dos impostos diretos, colocando a taxação aduaneira em segundo plano. Até o fim dos anos 1940, a estrutura tributária colombiana expandiu-se tanto na tributação direta por meio do Imposto de Renda, da taxação ao excesso de lucros e do imposto ao patrimônio, quanto na tributação indireta, que compreendia os impostos ao consumo e a receita aduaneira, agora inserida em um quadro mais complexo de arrecadação.

Considerações finais

É possível especular que a suspensão dos parâmetros prévios que organizavam a economia e a política no século XIX deu ensejo ao fortalecimento fiscal na América do Sul por duas razões em particular. Primeiro, as turbulências nos mercados que sustentavam o setor exportador dos países da região motivaram transformações na infraestrutura econômica da tributação (Ardant, 1965, livro III; 1975). O mercado interno tornou-se

gradualmente foco da dinâmica econômica e, por consequência, da tributação, no eclipse da influência ideológica do liberalismo. Houve uma metamorfose da estrutura da arrecadação, na qual os impostos aduaneiros deram lugar à extração interna (Tabela 3). Segundo, na conjuntura de indeterminação multidimensional, o experimentalismo com novas formas da fiscalidade se respaldou frequentemente no mimetismo – no sentido de Dimaggio e Powell (1983), em sua preocupação com a isomorfia institucional. Além da expansão de tributos sobre vendas e produção já existentes domesticamente e alhures, a criação do imposto de renda é uma das marcas da experiência sul-americana. Nessa região, não demorou para que se seguisse o exemplo dos casos pioneiros do Reino Unido, onde o moderno IR foi introduzido em 1909, e dos EUA, onde ele foi aprovado em 1913 (Steinmo, 1993). Onde foi instaurada, essa nova tributação serviu para apaziguar a ameaça do déficit crônico. Para encerrar, cabe ainda reforçar que, com a mudança dos parâmetros contextuais, a pressão fiscal das crises internacionais – em contraste com sua impassibilidade no século XIX – incitou o fortalecimento fiscal dos Estados sul-americanos.

Tabela 3. Receitas sobre o comércio exterior (% da receita total) - Médias decenais

	Argentina	**Brasil**	**Chile**	**Colômbia**
1900-1909	60,7	52,2	31,5	62,5
1950-1959	5,2	6,9	14,7	22,6

Fonte: Ver Apêndice para fontes das séries históricas.

Enquanto o período de crise hegemônica se caracteriza por um fortalecimento fiscal geral dos Estados sul-americanos, a fase de expansão do ciclo hegemônico estadunidense resulta em trajetórias divergentes. De acordo com as informações da Tabela 2, apenas Brasil e Chile apresentaram crescimento quando contrastamos as receitas estatais nas décadas de 1950 e 1980. Argentina e Colômbia seguiram com os mesmos patamares do pós-Segunda Guerra. Tal variedade de trajetórias fiscais nessa conjuntura desloca o quadro de investigação anterior: de um exame da mudança dos parâmetros contextuais na variável dependente, coloca-se a questão de uma investigação comparativa no âmbito de uma nova configuração de condições. Essa discussão será desenvolvida em trabalhos futuros.

Este trabalho buscou examinar as diferentes forças fiscais dos Estados sul-americanos, com base em elementos das sociologias histórica e fiscal.

O tema se insere em uma agenda de investigação sobre a formação dos Estados na periferia do capitalismo e sobre o cenário complexo e diverso, que se desenvolveu na América Latina ao longo do século XX. Argumenta-se que uma das principais contribuições da sociologia histórica para o entendimento da construção estatal no contexto europeu está no estudo do efeito da pressão fiscal motivada pela guerra em um quadro de condições historicamente particulares de fragmentação política, livre competição violenta e emergência do sistema-mundo capitalista. Transportamos essa forma de raciocínio para o estudo da América Latina, propondo três períodos – inspirados na formulação de Arrighi (1996) –, nos quais vigoram distintas configurações de condições. Como resultado, explica-se o crescimento na arrecadação dos países da região ao longo da primeira metade do século XX pela pressão fiscal oriunda da adversidade no comércio internacional, em um contexto no qual se tornam rarefeitas as forças dos parâmetros da organização política e econômica do ciclo de acumulação sob hegemonia britânica. Apontamos, ademais, que o material levantado indica ainda trajetórias divergentes no período seguinte, de hegemonia ascendente dos EUA, a serem investigadas em uma pesquisa futura.

Referências

Abu-Lughod, Janet. (1989). *Before European hegemony: the world system AD 1250-1350*. Oxford University Press.

Acemoglu, Daron & Robinson, James. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Elsevier Campus.

Amsden, Alice. (2004). *A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. Unesp.

Antía, Florencia. (2018). Regímenes de política social en América Latina: una revisión crítica de la literatura. *Desafíos, 30*(2), 193-235.

Ardant, Gabriel. (1975). Financial policy and economic infrastructure of modern states and nations. In C. Tilly (ed.), *The formation of national states in Western Europe* (pp. 164-242). Princeton University Press.

Ardant, Gabriel. (1965). *Théorie sociologique de l'impôt* (2 vol.). S.E.V.P.E.N.

Arrighi, Giovanni. (1996). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Contraponto.

Barthe, Yannick *et al.* (2016). Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias, 18*(41), 84-129. https://doi.org/10.1590/15174522-018004104

Bértola, Luis, & Ocampo, José Antonio. (2010). *Desarrollo, vaivenes y desigualdad: una historia económica de América Latina desde la independencia*. Secretaría-general Iberoamericana.

Borba, Pedro. (2019). *A construção da ordem política como processo de longa duração: estados pós-coloniais e desenvolvimento desigual na América Latina – c. 1770 a 1945*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro]. https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16381

Braun-Llona, Juan, Braun-Llona, Matías, Briones, Ignacio, Díaz-Bahamonde, José, Luders, Rolf, & Wagner, Gert. (2000). *Economía Chilena 1810-1995: estadísticas históricas*. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile.

Bulmer-Thomas, Victor. (2014). *The economic history of Latin America since independence*. 3. ed. Cambridge University Press.

Byrne, David. (2005). Complexity, configurations and cases. *Theory, culture & society, 22*(5), 95-111. https://doi.org/10.1177/0263276405057194

Campbell, John L. (1993). The state and fiscal sociology. *Annual review of sociology, 19*(1), 163-185. https://doi.org/10.1146/annurev.so.19.080193.001115

Cardoso, Fernando H., & Faletto, Enzo. (1977 [1969]). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 4. ed. Zahar Editores.

Cardoso, José L. & Lains, Pedro. (ed.). (2010). *Paying for the liberal state: the rise of public finance in nineteenth-century Europe*. Cambridge University Press.

Carvalho, José M. (2010). *A Construção da ordem / Teatro de sombras*. Civilização Brasileira.

Centeno, Miguel A. (2002). *Blood and debt: War and the nation-state in Latin America*. Penn State Press.

Chase-Dunn, Christopher, & Hall, Thomas D. (1997). *Rise and demise: comparing world-systems*. Westview.

Couyoumdjian, Juan Ricardo. (1975). El mercado del salitre durante la primera guerra mundial y la postguerra, 1914-1921: notas para su estudio. *Revista História, 12*, 13-55.

Dimaggio, Paul J., & Powell, Walter W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American sociological review, 48*(2), 147-160.

Dobry, Michel. (2014 [1986]). *Sociologia das crises políticas: a dinâmica das mobilizações multissetoriais*. Edusp.

Dumont, Louis. (1977). *Homo Æqualis: génèse et épanouissement de l'idéologie économique*. Gallimard.

Elias, Norbert. (1976). *Über den Prozess der Zivilisation: Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen. Zweiter Band. Wandlungen der Gesellschaft, Entwurf zu einer Theorie der Zivilisation*. Suhrkamp.

Evans, Peter. (1980). *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Zahar.

Evans, Peter. (2004). *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. UFRJ.

Falcão, Maurin A. (org.). (2018). *Anais do I Colóquio Internacional de Sociologia Fiscal*. Universidade Católica de Brasília.

Ferreres, Orlando (org.). (2005). *Dos siglos de economía argentina (1810-2004)*. El Ateneo / Fundación Norte y Sur.

Finer, Samuel. (1975). State- and nation-building in Europe: the role of the military. In C. Tilly (ed.), *The formation of national states in Western Europe*. Princeton University Press.

Gerschenkron, Alexander. (2015 [1962]). *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Contraponto.

Giddens, Anthony. (1985). *A contemporary critique of historical materialism* (Vol. 2: The nation state and violence). Polity.

Habermas, Jürgen. (2002 [1973]). *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Editora Tempo Brasileiro.

Helleiner, Eric. (2019). The life and times of embedded liberalism: legacies and innovations since Bretton Woods. *Review of International Political Economy*, 26 (6), 1112-1135.

Helleiner, Eric. (2006). Reinterpreting Bretton Woods: international development and the neglected origins of embedded liberalism. *Development and Change, 37*(5), 943-967. https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2006.00508.x

Hintze, Otto. (1975). Military organization and the organization of the State. In F. Gilbert (ed.), *The Historical Essays of Otto Hintze*. Oxford University Press.

Hirschman, Albert. (1979). *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Paz e Terra.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1990). *Estatísticas históricas do Brasil*. IBGE.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Estatísticas do século XX*. IBGE.

Jofré, J., Lüders, R., & Wagner, G. (1998). *Ingresos y Gastos Fiscales, 1833-1995*. Instituto de Economía Pontificia Universidad Católica de Chile (mimeo).

Junguito, Roberto, & Rincon-Castro, Hernan. (2004). La política fiscal en el siglo XX en Colombia. *Borradores de Economía, 318*.

Kaldor, Nicholas. (1963). Will underdeveloped countries learn to tax? *Foreign Affairs, 41*(2), 410-419.

Kalmanovitz, Salomón, & López, Edwin. (2010). The public finances of the "Confederación Granadina" and the "Estados Unidos de Colombia", 1850-1886. *Revista de Economía Institucional, 12*(23), 199-228.

Kerstenetzky, Celia L. (2012). *O Estado do bem-estar social na idade da razão*. Campus.

Lemieux, Cyril. (2018). *La sociologie pragmatique*. La Découverte.

Lynch, A. B., & Dania, R. (2000). Sistemas tributarios: un análisis en torno al caso argentino. *Revista Libertas*, 33.

Mahoney, James, & Rueschemeyer, Dietrich (eds). (2003). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge University Press.

Mahoney, James, & Thelen, Kathleen. (ed.). (2015). *Advances in comparative-historical analysis*. Cambridge University Press.

Martin, Isaac W., Mehrotra, Ajay. K., & Prasad, Monica (ed.). (2009). *The new fiscal sociology: Taxation in comparative and historical perspective*. Cambridge University Press.

Martin, Isaac W., & Prasad, Monica. (2014). Taxes and fiscal sociology. *Annual review of sociology, 40*, 331-345. https://doi.org/10.1146/annurev-soc-071913-043229

Mesa-Lago, Carmelo. (1985). Visión general del desarrollo de la seguridad social en América Latina y problemas que confronta. In C. Mesa-Lago, *Desarrollo de la seguridad social en América Latina* (pp. 5-42). Cepal.

Mitchell, Brian R. (1988). *British historical statistics*. Cambridge University Press.

Nóbrega, Cristóvão Barcelos da. (2014). *História do imposto de renda no brasil: um enfoque da pessoa física (1922-2013)*. Brasília: Receita Federal.

North, Douglas. (1981). *Structure and change in economic history*. Norton.

O'Connor, James. (1977). *USA: a crise do Estado capitalista*. Paz e Terra.

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2021). *Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2021*. OECD Publishing.

Parker, Geoffrey (ed.). (2005). *The Cambridge history of warfare*. Cambridge University Press.

Parker, Geoffrey. (1996). *The military revolution: military innovation and the rise of the West, 1500-1800.* Cambridge University Press.

Pinto, Aníbal. (1971). El modelo de desarrollo reciente de la América Latina. *El trimestre económico, 38*(150), 477-498.

Pinto, Anibal. (1959). *Chile: un caso de desarrollo frustrado*. Editorial Universitaria S.A.

Polanyi, Karl. (2000 [1944]). *A grande transformação*. Elsevier.

Ragin, Charles. (2009). *Redesigning social inquiry: fuzzy sets and beyond*. University of Chicago Press.

Ragin, Charles, & Amoroso, Lisa M. (2011). *Constructing social research: the unity and diversity of method*. Pine Forge Press.

Reinert, Erik. (2016). *Como os países ricos ficaram ricos ...e por que os países pobres continuam pobres*. Contraponto.

Roberts, Michael. (1995 [1956]). The military revolution, 1560–1660. In C. Rogers (ed.), *The military revolution debate: readings on the military transformation of early Modern Europe* (pp. 13-36). Avalon Publishing.

Rosanvallon, Pierre. (2002). *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. EDUSC.

Ruggie, John G. (1982). International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. *International organization, 36*(2), 379-415.

Santos, Theotonio dos. (1968). El nuevo carácter de la dependencia. *Cuadernos del Centro de Estudios Sociológicos, 10*, 1-25.

Sabaini, Juan C. G. (2006). Evolución y situación tributaria actual en América Latina: una serie de temas para la discusión. In O. Cetrángolo & J. C. G. Sabaini, *Tributación en América Latina. En busca de una nueva agenda de reformas* (pp. 39-130). Cepal.

Schumpeter, Joseph A. (1991). The crisis of the tax State. In R. Swedberg (ed.), *The economics and sociology of capitalism* (pp. 99-141). Princeton University Press.

Steinmo, Sven. (1993). *Taxation and democracy: Swedish, British and American approaches to financing the modern State*. Yale University Press.

Tavares, Francisco. (2019). A nova sociologia fiscal: contribuições de um estudo de caso de tipo público para uma promissora subdisciplina na sociologia brasileira. *Sociedade e Estado, 34*(3), 835-865. https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934030009

Tilly, Charles. (1998). Where do rights come from? In T. Skocpol (org.), *Democracy, revolution, and History* (pp. 55-72). Cornell University Press.

Tilly, Charles. (1990). *Coercion, capital, and European States, AD 990–1990*. Basil Blackwell.

Tilly, Charles (ed.). (1975). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton University Press.

Tombolo, Guilherme. (2013). *O PIB brasileiro nos Séculos XIX e XX: duzentos anos de ciclos econômicos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná]. http://dx.doi.org/10.5380/re.v39i3.31283

Villela, Annibal, & Suzigan, Wilson. (1977). *Government policy and the economic growth of Brazil, 1889-1945*. IPEA/INPES.

Wallerstein, Immanuel. (1991). World system versus world-systems: a critique. *Critique of Anthropology, 11*(2), 189-194.

Wallerstein, Immanuel. (1974). The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis. *Comparative studies in society and history, 16*(4), 387-415. https://doi.org/10.1017/S0010417500007520

Recebido: 2 fev. 2022
Aceito: 6 mar. 2022.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

Apêndice - Informações sobre as séries históricas

Foram elaboradas duas séries que permitem abordar o tema das pressões e trajetórias fiscais: uma que enfoca os déficits públicos e outra que capta a noção de crescimento fiscal e construção fiscal do Estado. A fim de examinar as crises fiscais, foram elaboradas, para cada país, séries com base em dados da receita (R) e da despesa pública (D). A diferença entre o montante da despesa e da receita constitui o resultado fiscal. A maior parte dos resultados fiscais para as séries elaboradas é negativo, configurando déficit fiscal. Para compreender a relevância desse déficit para cada contexto, foi acrescentado como denominador o montante da receita fiscal, obtendo-se a seguinte razão:

$$Déficit\ fiscal\ (\%\ da\ receita) = \frac{R - D}{D}$$

Foi escolhida a receita fiscal, e não o PIB (indicador tipicamente utilizado), como denominador, porque: 1) essa razão expressa o déficit com relação à capacidade arrecadatória do Estado em determinado momento e 2) a maior disponibilidade dos dados referentes à receita fiscal permite a construção de séries mais longas.

$$Carga\ fiscal = \frac{R}{PIB}$$

As séries da carga fiscal dos países em questão foram elaboradas a partir da porcentagem da arrecadação tributária (R) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB):

As fontes para os dados, assim como comentários sobre as séries se encontram na Tabela 4.

Tabela 4. Fontes das séries históricas

País	Fontes	Períodos	Observações
Argentina	Ferreres (2005)	1864-2004	Não há definição do nível, se a arrecadação que serve como base para as séries se refere ao governo central ou geral.
Brasil	IBGE (1990, 2006) e Tombolo (2013)	1823-2009 (déficit), 1823-2000 (carga fiscal)	A carga fiscal para o período 1901-2000 se refere à carga do governo geral e foi retirada de IBGE (2006). Para o período 1823-1900, a carga fiscal se refere ao governo central. Essa parte da série foi construída com base na receita do governo central para o período encontrada em IBGE (1990) e nas estimativas do PIB de Tombolo (2013). É necessário sinalizar essa subestimação para o período 1823-1900, pois trata-se da carga fiscal do governo central somente. De acordo com Carvalho (2010, p.266), as receitas do governo central no Império respondiam por cerca de 75-80% das receitas do governo geral.
Chile	Braun-Llona *et al.* (2000)	1910-1995	Governo central. Metodologia em Jofré, Lüders e Wagner (1998)
Colômbia	(a) Kalmanovitz e Lopez (2010), (b) Junguito e Rincon-Castro (2004)	1831-1897(a) / 1898-2016(b)	Governo central.
Reino Unido	(a) Mitchell (1988), (b) Office for National Statistics	1800-1946 (a) / 1947-2010 (b)	Governo geral. Séries compiladas nas páginas web https://ukpublicspending.blogspot.com e https://www.ukpublicspending.co.uk/

https://doi.org/10.20336/rbs.863

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Noturno do Brasil: Fernando Henrique Cardoso entre a sociologia política e a ciência política

Noturno do Brasil: Fernando Henrique Cardoso between political sociology and political science

Karim Helayel[*]

RESUMO

Procurarei aquilatar a inserção de Fernando Henrique Cardoso na ciência política entre os anos 1960-1970, tomando como ponto de partida sua aprovação no concurso da Cadeira de Política da USP, realizado em 1968. Levarei em consideração a relação da perspectiva sociológica histórico-comparada de Cardoso, desenvolvida em seu exílio, com o contexto de institucionalização da ciência política no Brasil, contrastando-a com as formulações de Paula Beiguelman e Wanderley Guilherme dos Santos. A hipótese discutida é a de que a mudança disciplinar de Cardoso, da sociologia à ciência política, além de marcar seu relativo afastamento em relação à Cadeira de Sociologia I da USP, foi efetuada sem deixar de lado uma perspectiva mais próxima do que entendemos como sociologia política. Ainda que Cardoso flerte, nos anos 1970, com uma perspectiva institucionalista, sua vinculação à ciência política se encontra próxima da sociologia política de orientação histórica e comparativa, que se torna perdedora com o predomínio do institucionalismo.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso, Paula Beiguelman, Wanderley Guilherme dos Santos, Ciência Política, Sociologia Política.

[*] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), com bolsa do CNPq.

ABSTRACT

I shall try to analyze the insertion of Fernando Henrique Cardoso in political science between the years 1960-1970, taking as a starting point his approval in the contest for the Policy Chair at USP, held in 1968. I shall consider the relationship of Cardoso's historical-comparative sociological perspective, developed in his exile, with the institutionalization context of Political Science in Brazil, contrasting it with the formulations of Paula Beiguelman and Wanderley Guilherme dos Santos. The hypothesis discussed is that Cardoso's disciplinary change, from Sociology to Political Science, in addition to marking his relative distance from the Sociology Chair I at USP, was carried out without leaving aside a perspective closer to what we understand as Political Sociology. Although Cardoso flirts, in the 1970s, with an institutionalist perspective, his connection to Political Science is close to Political Sociology with a historical comparative orientation, which becomes a loser with the predominance of institutionalism.

Keywords: Fernando Henrique Cardoso, Paula Beiguelman, Wanderley Guilherme dos Santos, Political Science, Political Sociology.

Ao retornar do exílio (1964-1968), Fernando Henrique Cardoso formaliza sua passagem para a ciência política, ao participar do concurso da Cadeira de Política da Universidade de São Paulo (USP), realizado em 1968. É em seu exílio, no Chile, que Cardoso constrói, em coautoria com Enzo Faletto, aquele que podemos considerar o ponto de chegada de sua sociologia histórico-comparada, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (Helayel, 2019) – doravante *DDAL* –, livro publicado originalmente em 1969. Nele, a política constitui, em chave sociológica histórico-comparada, dimensão fundante na análise sobre o desenvolvimento dependente nos diferentes países da região.

Não por acaso, a fortuna crítica destaca a política como aspecto central das reflexões de Cardoso (Leme, 2015), chegando a qualificar sua perspectiva como "politicista" (Lahuerta, 1999; Cotrim, 2001). Formulações recentes têm se debruçado ainda sobre a dimensão da política para qualificar a relação de Cardoso com o marxismo (Lima, 2015; Gonçalves, 2018; Belinelli, 2019). Assim, cumpre ressaltar que a inserção de Cardoso na Cadeira de Política da USP ocorre em um momento no qual a institucionalização da ciência política enquanto disciplina autônoma se encontrava em curso no Brasil. Ou seja, em um contexto intelectual no qual a "profissionalização" ganhava força nas

ciências sociais ao longo dos anos 1970-1980, o que não excluiu a intervenção política da intelectualidade (Pécaut, 1990). Sua institucionalização teria sido capitaneada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG) (Forjaz, 1997). A disciplina se constitui, portanto, na conjuntura do golpe civil-militar de 1964, contra a qual os cientistas políticos do país teriam reagido tanto para entender o processo de ascensão do autoritarismo quanto para construir uma plataforma política capaz de subsidiar a recomposição da democracia (Keinert & Silva, 2010).

A análise engendrada por Cardoso, sobretudo nos anos 1970, malgrado conferir certa autonomia à política, não deixa de pensá-la em suas interações com o plano socioeconômico (Cardoso, 1977, p.1-2), além de não prescindir da história, estando em consonância com a abordagem historicizada levada à frente no momento de institucionalização da ciência política (Forjaz, 1997). Em *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* – doravante *PDSD* –, livro que é fruto da tese apresentada no concurso da Cadeira de Política, Cardoso (1978) elabora uma sociologia política que mobiliza a história e a comparação como recursos teóricos heurísticos, ao reconstituir o processo de industrialização na Argentina e no Brasil, analisando as representações que orientavam as condutas dos empresários urbano-industriais de ambos os países. Ao tratar de *PDSD* e de alguns de seus artigos dos anos 1970, procurarei ampliar o escopo das análises que qualificam sua sociologia como histórico-comparada, cujos trabalhos tendem a analisar, sobretudo, *DDAL* (Giordano, 2014; Villegas, 2014). Portanto, oponho-me às narrativas sobre a construção da sociologia histórica centradas no hemisfério norte, que ignoram as formulações de Cardoso (Delanty & Isin, 2003; Skocpol, 1984; Smith, 1991), ou que as tratam de modo lateralizado, enfatizando *DDAL* (Adams *et al.*, 2005).

Para aquilatar suas reflexões na virada dos anos 1960-1970, tratarei do debate de *PDSD* com a ciência política norte-americana, tomando como contraponto a tese de cátedra da cientista política Paula Beiguelman, publicada com o título *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos* (1968), apresentada no concurso da Cadeira de Política. O caso de Beiguelman se afigura emblemático, por ela ter sido, como observa Silva (2008), uma intelectual inserida em um momento de transição entre a geração de fundadores da "Política" da USP e a geração que participaria

ativamente da institucionalização da ciência política. Posteriormente, discutirei a interpretação de Cardoso sobre a ditadura civil-militar brasileira, em trabalhos publicados nos anos 1970, contrapondo-a à perspectiva do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos sobre a crise de "paralisia decisória", que teria culminado no golpe de 1964. Ao lado de Bolívar Lamounier, Santos é considerado um dos principais responsáveis tanto pela fundação da área de ciência política no Brasil quanto pela criação do campo de estudos conhecido como "pensamento político brasileiro" (Lynch, 2016). Santos é tido ainda, ao lado de Cardoso, como construtor de uma interpretação contundente da democracia brasileira e de uma linguagem capaz de interpelar o debate nacional (Moreira, 2013). Assim, o objetivo aqui não será reforçar a importância da política para Cardoso, mas mostrar como tal dimensão ganha inteligibilidade através de uma perspectiva sociológica da política, na qual a história e a comparação cumprem papéis decisivos.

A despeito da ênfase institucional característica da ciência política contemporânea (Lessa, 2011; Limongi *et al.*, 2016; Marenco, 2016), a hipótese que discutirei é a de que a mudança disciplinar de Cardoso, além de marcar certo afastamento em relação à Cadeira de Sociologia I da USP, na qual foi orientando e assistente de Florestan Fernandes, mostra como sua inserção na ciência política se encontra orientada por uma perspectiva mais próxima do que entendemos como sociologia política, disciplina essa que, segundo Botelho (2019), possui como eixo analítico a relação Estado e sociedade. Ainda que Cardoso se aproxime, nos anos 1970, de uma perspectiva institucionalista (Lahuerta, 1999; Ribeiro, 2010), sua vinculação à ciência política ocorre com base em uma formulação mais próxima de uma sociologia política de orientação histórica e comparativa, que se torna perdedora com o predomínio da ênfase exclusiva nas instituições.

Teoria e história no concurso da Cadeira de Política

A história surge como componente decisiva na análise dos processos políticos nos trabalhos apresentados por Fernando Henrique Cardoso e Paula Beiguelman no concurso da Cadeira de Política da USP, aberto em decorrência da morte de seu catedrático, Lourival Gomes Machado. Cardoso concorre contra Beiguelman, que havia sido assistente na Cadeira, trabalhando sistematicamente com Machado desde 1954, na qual obteve ainda seu

doutorado em Política no ano de 1961, o que a tornava candidata potencial à vaga (Spirandelli, 2008). Entre 1962 e 1968, por conta do afastamento de Machado, Beiguelman assume a regência da Cadeira de Política, tornando-se a única mulher a ter ocupado, ainda que interinamente, a posição de catedrática (Silva, 2008).

Em *A formação do povo no complexo cafeeiro*, identifica-se a preocupação de Beiguelman com a conexão entre uma abordagem institucional e uma perspectiva histórica, que confere inteligibilidade à reconstituição do processo político-institucional no Império. Retomo a hipótese de Barbosa (2016), para quem o projeto intelectual proposto por Beiguelman enfatiza a dimensão histórica da análise política no Brasil, ou seja, o processo histórico encerraria uma dimensão heurística em seus trabalhos. Em balanço a respeito da produção da ciência política sobre o Brasil, Lamounier e Cardoso (1978, p. 8) destacam o trabalho de Beiguelman, ressaltando que uma das virtudes do livro *Formação política do Brasil*, publicado originalmente em 1967, seria sua "sólida base de conhecimento histórico, identificando progressivamente na análise os elementos constitutivos do sistema político imperial". Em *A formação do povo*, Beiguelman mobiliza uma perspectiva diacrônica, reconstituindo o processo histórico que culminaria na formação do proletariado urbano-industrial, que começa a se delinear embrionariamente no complexo cafeeiro do Oeste paulista. O acúmulo de suas reflexões sobre a dinâmica da organização política do Império foi imprescindível em sua análise sobre os tipos de trabalho predominantes no contexto posterior à abolição: o estrangeiro, decorrente do fluxo imigratório europeu, e o nacional, livre e liberto. Não à toa, um de seus principais objetivos seria o de entender "*como foi politicamente possível* a extinção do tráfico [de escravos]" (Beiguelman, 1978, p. 6, grifos da autora).

A perspectiva histórica de Beiguelman não se concentra unicamente na análise interna do processo político brasileiro. A autora destaca também as transformações econômicas ocorridas no cenário externo, as quais impactaram a dinâmica institucional no país. Beiguelman assinala que a revolução industrial teria contribuído para a alteração do quadro em que a acumulação capitalista se dava com base em um "esquema protecionista-mercantilista", envolvendo o intercâmbio da metrópole inglesa com suas colônias norte-americana e antilhana. A indústria inglesa passa a reunir condições, por um lado, para competir de modo livre no mercado mundial, abrindo mão do controle de um "mercado consumidor forçado" e, por outro,

com a força do capital industrial, o excedente gerado pelo tráfico de escravos perde importância no processo de acumulação de capital. A escravidão se torna dispensável, ou seja, haveria uma *relação de indiferença*, que se traduz em um processo que daria curso à destruição do "escravismo capitalista", o qual poderia ser reconstituído analiticamente através da "extinção do tráfico" e da "abolição" (Beiguelman, 1978).

Beiguelman tece os fios do processo político-partidário que culminaria na extinção do tráfico de escravos, na lei do ventre livre, na lei dos sexagenários e na abolição da escravidão. Analisando o "jogo político" e as disputas interpartidárias, seu objetivo consiste na discussão das relações entre "abolicionismo" e "imigrantismo", uma vez que os europeus passaram a compor – principalmente a corrente imigratória italiana – a mão-de-obra nas fazendas de café da parte nova do *Oeste paulista*. Beiguelman internaliza a historicidade do processo social em sua análise ao qualificar o Oeste paulista enquanto categoria analítica, no intuito de captar a particularidade de sua área mais nova. Diferentemente do "Oeste paulista mais antigo", que continuaria a utilizar mão-de-obra escrava obtida através do tráfico interprovincial, o "Oeste mais novo" teria investido maciçamente na imigração europeia. Beiguelman assinala que, na lavoura cafeeira do Oeste paulista, algum tempo antes da extinção do tráfico de escravos, teria sido adotado um modo de orientação da conduta avesso às prerrogativas escravocratas, de modo a inverter seus capitais de forma distinta. Assim, teria havido uma certa *correspondência* entre o encerramento do tráfico e o desinteresse demonstrado pela economia do Oeste paulista, principalmente a do "Oeste mais novo", pelo negócio decorrente da especulação de escravos (Beiguelman, 1978).

A correspondência aventada por Beiguelman guarda relação com a constituição dos germes que dinamizariam a formação de um mercado interno, uma vez que a corrente imigratória subvencionada pelo Estado, absorvida em larga medida pelas fazendas de café do "Oeste mais novo", introduziria o "trabalhador-consumidor" na economia da região. No "Oeste mais novo", a imigração teria possibilitado a consolidação de um mercado de trabalho estrangeiro abundante, cuja promoção se daria por intermédio do Estado. O estabelecimento da corrente imigratória tornaria possível, de um lado, o suprimento de mão-de-obra no setor cafeeiro vanguardista e, de outro, em relação à economia global, seriam introduzidos grupos de trabalhadores que poderiam constituir um mercado consumidor.

Assim, para pensar a formação do mercado interno, Beiguelman reconstitui a organização política imperial, destacando os interesses político-partidários em jogo na extinção do tráfico de escravos, na formulação da lei do ventre livre e na abolição da escravidão, consubstanciados pelas disputas entre os partidos Liberal e Conservador. Beiguelman investe em uma operação analítica que articula a *construção do sistema político* à definição das "categorias de trabalho". Boa parte de sua preocupação consiste na "capacidade de consumo" da força de trabalho, tendo em vista as possibilidades de formação de um mercado interno com alguma solidez. A autora reformula, dessa maneira, a antinomia corrente entre *trabalho escravo-trabalho livre*, propondo três categorias específicas de trabalho: o "escravo", o "semi-servil (ou semilivre)" e o "livre (assalariado)" (Beiguelman, 1977, p. 53). O trabalho livre ganha preponderância na análise, posto que seria ele que implicaria diretamente na capacidade de consumo do trabalhador, gerando os requisitos necessários para a formação do mercado interno. Sintetizando, a formulação dos tipos de trabalho procedida por Beiguelman permite a internalização do processo político e social em curso, no qual estariam sendo gestados os atores sociais da ordem urbano-industrial de São Paulo. Beiguelman não se concentra exclusivamente em aspectos institucionais, perscrutando as relações entre as instituições políticas, os interesses dos setores sociais agrários e os "movimentos sociais" (Cazes, 2011).[1] Ou seja, a dinâmica político-institucional tem precedência, embora Beiguelman não se confine a ela, já que se volta para a análise de seus fundamentos sociais.

Portanto, Beiguelman discute o processo que resultaria na abolição da escravidão, conectando-o ao fluxo imigratório europeu, que abasteceu o quadro de trabalhadores das fazendas de café do "Oeste mais novo" para pensar a formação do operariado urbano-industrial em São Paulo. É a partir da análise do complexo cafeeiro do "Oeste mais novo" que Beiguelman se volta tanto para a formação do operariado quanto para seus conflitos com o empresariado industrial nascente, examinando as sucessivas greves ocorridas entre os últimos anos do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Assim, a análise política da forma pela qual ocorreu a transição da escravidão ao trabalho livre tem grande importância para Beiguelman, conferindo-lhe as balizas para uma análise mais aprofundada da história do operariado urbano-

[1] Malgrado Cazes (2011) se debruçar sobre *Formação política do Brasil*, sua proposição pode ser estendida ao livro *A formação do povo no complexo cafeeiro*.

industrial (Barbosa, 2016). Dessa maneira, podemos perceber a importância do registro histórico em *A formação do povo no complexo cafeeiro*.

Em *PDSD*, a relação entre "ideologias" e "estruturas" é central para a construção da problemática proposta por Fernando Henrique Cardoso para pensar, em perspectiva histórico-comparada, os empresariados urbano-industriais argentino e brasileiro. Diferentemente de Beiguelman, Cardoso estabelece um diálogo crítico com as teorias então em voga na ciência política norte-americana, localizando-se diante do que havia de mais moderno na bibliografia especializada da disciplina. Cardoso se opõe a perspectivas teórico-metodológicas que seriam constituídas por categorias e esquemas formais com suporte histórico insuficiente. Para Cardoso, a abordagem a-histórica de Talcott Parsons seria emblemática da falta de historicidade dessas perspectivas, haja vista sua capacidade de interpelação sobre a ciência política produzida nos Estados Unidos. Cardoso sublinha que o sistema conceitual forjado por Parsons se encontraria articulado por categorias e combinações de variáveis universais que não possuiriam lastro histórico algum. Crítica que recairia sobre as proposições de David Easton, mais precisamente, sobre seu "modelo cibernético", que não faria mais do que acompanhar e repor a metodologia parsoniana (Cardoso, 1978).

Convém observar que a crítica de Cardoso ao caráter a-histórico da ciência política norte-americana se encontra vinculada a um contexto intelectual que vinha impondo limites ao universalismo abstrato proveniente do hemisfério norte. A Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) – instituição na qual Cardoso lecionou em sua passagem pelo Chile – teria sido interpelada pela orientação teórico-metodológica norte-americana, dando atenção à "articulação entre o trabalho teórico e a referência empírica, acompanhado da ênfase no treinamento em metodologia" (Reis, 2016, pos. 276). Contudo, segundo Lynch (2017), a assimilação das técnicas de pesquisa norte-americanas, por parte da nova geração de cientistas políticos que se pós-graduaram na FLACSO, não teria se dado de forma acrítica. Para o autor, a preocupação com as especificidades latino-americanas teria permitido a essa geração a construção de críticas às teorias da modernização em voga nos anos 1950 (Lynch, 2017). Assim, Cardoso não apenas circulou nesse ambiente intelectual, como foi professor da disciplina "Sociologia do Desenvolvimento" na FLACSO (Leoni, 1997, p. 121), período no qual concebe *DDAL*.

Em *PDSD*, Cardoso argumenta que a proposição de modelos supostamente universais teria sua construção norteada por um sistema de "tipo democrático",

o que desnudaria a posição ideológica e conservadora de Easton. Posição essa que se materializaria no modo pelo qual Easton enfrenta a problemática da mudança política, através das noções de "*persistência*" e "*manutenção*". A primeira noção estaria referida a uma ideia de "mudança sob controle, reforma e não revolução", enquanto a segunda suporia "estagnação ou apego estático às fórmulas e soluções estabelecidas" (Cardoso, 1978, p. 33). Ambas seriam limitadas, ao retornarem à ideia dos famosos "requisitos funcionais", o que restringiria o potencial da "análise cibernética" para a compreensão da "mudança com persistência". Para Cardoso, o "paradigma cibernético" não poderia ser generalizado para a análise de casos empíricos díspares, já que sua construção suporia um sistema político historicamente circunstanciado.

Cardoso assinala ainda que o livro *The civic culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), sofreria com problemas similares, ao configurar seu ponto de partida ideológica e normativamente, tomando a "cultura cívica" estadunidense como padrão para mensurarem o seu distanciamento em relação a casos empiricamente discrepantes. Os tipos construídos pelos autores padeceriam de certo formalismo, uma vez que sua sistematização não internalizaria a componente da historicidade, o que se relaciona à sua preocupação imediata, que residiria na busca de invariâncias. Cardoso (1978, p. 41) salienta que nem mesmo o caráter empírico do trabalho lograria validar seus tipos, por conta da "inexistência de passos metodológicos entre a maneira de construir os tipos e sua relação com a 'situação empírica' ou com a história". Cardoso destaca o imperativo de uma reflexão rigorosa no campo da teoria, algo que importantes autores da ciência política, como Easton, Almond e Verba e Robert Dahl,[2] deixariam a desejar, submergindo em confusões no que se refere à relação entre ideologia e ciência. A contrapelo da petição de princípios desses trabalhos, em prol da efetivação de uma análise científica com base em técnicas de investigação sofisticadas e realização de pesquisa empírica sistemática, Cardoso argumenta que tais formulações não fariam mais do que repor perspectivas ideologicamente orientadas.[3]

---

[2] Destaco os trabalhos de Easton e Almond e Verba, posto que é sobre eles que Cardoso se debruça mais sistematicamente em *PDSD*.

[3] Esse parece ser também o sentido da crítica de Feres Jr. (2000, p. 100) à ciência política estadunidense e, em particular, ao livro *Regime and discipline: Democracy and development of Political Science*, organizado pelo próprio Easton, em parceria com John Gunnell e Michael Stein, que correlaciona universal e normativamente o desenvolvimento da ciência política à emulação do modelo democrático liberal estadunidense.

Passando aos aspectos substantivos de *PDSD*, Cardoso (1978, p. 46) ressalta que as "estruturas ideológicas" incidem efetivamente sobre a "história". A temática mais geral se refere às representações assumidas como válidas pelos empresariados argentino e brasileiro. Cardoso (1978, p. 48) objetiva "descobrir as 'estruturas ideológicas' pelas quais os empresários expressam inconscientemente um modo de relação social e, ao nível de suas experiências, imaginam qual seja o mundo em que vivem". Assim, reafirma sua proposta de "análise integrada do desenvolvimento" (Cardoso & Faletto, 2004), salientando como a teoria política fundada em uma perspectiva sobre a dependência teria que levar em consideração a interação entre as ordens política e econômica (Cardoso, 1978). Sua ideia seria conferir dignidade à dimensão da política, procurando não a subsumir a mero epifenômeno decorrente do sistema econômico. Assim, manter-se-ia a perspectiva que incide sobre a articulação entre o tipo de inserção dependente das economias latino-americanas no mercado mundial e as relações de interesses dos grupos econômicos internos. Cardoso argumenta que tanto a atuação das "burguesias nacionais" quanto suas "ideologias" teriam expressão diferenciada nos distintos países da região, haja vista seu tipo de vinculação dependente com as economias centrais. Sistematizando, no século XIX, período no qual são construídos os Estados-nação na América Latina, economias nas quais teria sido possível o controle nacional do processo produtivo ou constituídas pela presença de enclaves econômicos engendrariam formas distintas de orientação das condutas por parte das burguesias locais, bem como orientações ideológicas diferenciadas.

Aqui, a perspectiva histórica de Cardoso opera de forma decisiva, pois o processo de transição da "situação colonial" para a de "dependência nacional" seria resultante da atuação de "movimentos sociais" que contribuiriam para a alteração das relações de poder, tanto interna quanto externamente. Os vínculos entre os grupos e classes sociais das economias dependentes, entre si e com aqueles pertencentes aos países de capitalismo originário, definiriam as "possibilidades históricas de mudança e de desenvolvimento econômico, político e social" (Cardoso, 1978, p. 67). Para Cardoso, a inscrição da categoria "dependência" no léxico da ciência política se justificaria por conta da sua ênfase na diferenciação sociopolítica para pensar as especificidades da mudança social na região. Cardoso retoma seu diagnóstico sobre a compatibilização entre dependência e

desenvolvimento para desconstruir perspectivas esquemáticas que tenderiam a relacionar diretamente desenvolvimento/mudança social e dependência/tradicionalismo (Cardoso & Faletto, 2004).

Cardoso afirma, em *PDSD*, que as alterações estruturais e as diferenciações internas às economias dependentes seriam interpeladas por sua modalidade básica de dependência (controle nacional do processo produtivo ou economias de enclave), bem como pelo tipo de crise política particular a cada uma delas. O sentido assumido pelo processo histórico-social de transição nas sociedades dependentes não seria imediatamente decorrente da crise "externa", encontrando-se condicionado pela reação dos grupos econômicos locais à conjuntura do mercado mundial. Assim, empreende uma análise comparativa não apenas das ideologias dos empresariados urbano-industriais argentino e brasileiro, mas também da mudança social em ambos os países, ressaltando suas diferenças no processo de construção de seus Estados-nação, na industrialização e na constituição das classes sociais. Cardoso aprofunda, portanto, sua discussão sobre o desenvolvimento dependente, focalizando as diferenças entre duas economias nas quais teria sido possível o controle do processo produtivo por parte de algum grupo econômico local, o que incidiria, diferenciadamente, sobre suas ideologias.

Apesar de suas diferenças, os trabalhos de Beiguelman e Cardoso reivindicam uma perspectiva histórica para a análise dos processos políticos, sendo representativos do momento de institucionalização da ciência política no Brasil, no qual, segundo Forjaz (1997), o recurso à história tem importância. No contexto uspiano, pode-se lembrar ainda da perspectiva historicizada de Campello de Souza (1976), que discute a relação entre o Estado e o sistema partidário no Brasil, no período 1945-1964, articulando a análise institucional, de modo a conferir autonomia relativa à esfera político-partidária, ao exame dos fatores socioeconômicos de um país em processo de mudança social. Assim, não seria exagero afirmar que as perspectivas de Cardoso e Beiguelman parecem ser representativas de um certo modo de fazer "política" enquanto disciplina na USP, tornando o concurso da Cadeira de Política paradigmático nesse sentido. Segundo Sallum Jr. (2002), até o início dos anos 1980, sociologia política e ciência política tendiam a se confundir, dada a até então precária indistinção entre fronteiras disciplinares. Tanto *A formação do povo no complexo cafeeiro* quanto *PDSD* foram produzidos

em um contexto intelectual no qual tais fronteiras no campo das ciências sociais ainda estavam sendo desenhadas e, nesse sentido, suas perspectivas acabariam perdendo espaço com o avanço da autonomização da ciência política. Portanto, a ênfase nos fundamentos sociais e econômicos para a explicação da vida política, importante em ambos os trabalhos, perde força diante do crescimento da perspectiva institucionalista. Vale lembrar que, para Lamounier (1982), o "sociologismo" teria sido uma marca da produção intelectual da USP, instituição na qual o desenvolvimento das ciências sociais teria se dado a contrapelo da ciência política.

Segundo Limongi, Tavares de Almeida e Freitas (2016), assim como vem se dando internacionalmente, a abordagem política que valoriza a ótica das instituições domina atualmente o campo da ciência política produzida no Brasil. Em decorrência da ruptura operada pelo neoinstitucionalismo em relação à sociologia política praticada em décadas anteriores, argumentam os autores, a ênfase analítica teria recaído na dinâmica institucional. O papel de Lamounier na abertura do caminho para a valorização da engenharia institucional na análise da vida política brasileira durante a ditadura teria sido fundamental, ao preconizar "a importância do mecanismo eleitoral e seus efeitos para a transformação do regime autoritário" (Limongi *et al.* 2016, pos. 1310).

Malgrado não abdicar de uma perspectiva que integra as dimensões política, econômica e social, Cardoso se aproxima, nos anos 1970, da abordagem institucionalista, produzindo trabalhos nos quais seu objetivo era compreender e explicar o "modelo político brasileiro". Cardoso teria deslocado seu foco dos problemas estruturais, voltando-se para a problemática da representação política, dos aspectos institucionais e do fortalecimento da sociedade civil (Lahuerta, 1999). Sintomático dessa aproximação é o livro *Os partidos e as eleições no Brasil*, publicado em 1975, organizado por Lamounier e Cardoso. Além da introdução ao livro, escrita em parceria com Lamounier, Cardoso publica capítulo no qual trata de temas caros à ciência política contemporânea, como voto, participação e representação política, de modo a construir uma reflexão sobre as possibilidades de democratização no país. Cardoso (1975b) reconstitui o sistema político-partidário engendrado após à Constituição de 1946 para analisar o êxito eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974, examinando a estrutura/composição partidária, as características dos deputados eleitos pelo MDB e pela Aliança Renovadora

Nacional (Arena) e suas bases eleitorais. Assim, vale a pena discutir, a partir do contraponto com a perspectiva de Wanderley Guilherme dos Santos, a forma pela qual Cardoso se aproxima do paradigma institucionalista na década de 1970, localizando-se entre a sociologia política e a ciência política.

A "paralisia decisória" e a revolução com aspas

Wanderley Guilherme dos Santos foi figura central na institucionalização da ciência política no Brasil, tendo sido um dos fundadores do IUPERJ e da revista *Dados*, na qual teria atuação como editor, além de publicar artigos seminais para a consolidação da subárea conhecida como "pensamento político brasileiro" (Moreira, 2020). Em seu diagnóstico sobre a "paralisia decisória", que culminaria no golpe civil-militar de 1964, Santos articula teoria e história para a análise do processo político-institucional. O autor inicia a apresentação ao livro *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*, de 2003 – versão revista e ampliada de sua tese de doutoramento, defendida em 1979, na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos (Lynch, 2020b) –, afirmando: "Por meio da história a teoria se faz vida, orientando-se esta por conceitos, crenças, associações suspeitas e, às vezes, por destroços de segmentos causais" (Santos, 2003, p. 17). Santos ressalta a necessidade de uma "teoria historicamente embebida", que jogue papel decisivo na interpretação da crise institucional que teria precedido o golpe de 1964. Não à toa, Lynch (2020a) argumenta que, tendo em vista a valorização do caráter interdisciplinar da ciência política, a história parece ter sido o campo que Santos mais preconizou na maturidade. Conforme Moreira (2020), a tese de Santos seria representativa de um momento de sua produção intelectual (1965-1989) no qual a especificidade da política emerge através do recurso à pesquisa empírica e à metodologia da ciência política contemporânea.

Em *O cálculo do conflito*, Santos (2003, p. 22) circunstancia empírica e historicamente suas principais hipóteses sobre a "paralisia decisória", qualificada como "um colapso do sistema político, resultante de sua cadente capacidade operacional (isto é, de tomar decisões sobre questões conflitantes), antes que a consequência de algum programa governamental consistentemente implementado". Santos alia a análise institucional à reconstituição histórica do período que antecede ao golpe de 1964, reforçando

os vínculos entre fundamentos teóricos e pesquisa empírica sistemática. Ao mobilizar a tipologia proposta pelo cientista político italiano Giovanni Sartori para a análise de sistemas "pluralistas altamente polarizados", Santos indica seus limites históricos, ainda que o sistema político brasileiro entre 1960 e 1964 pudesse ser qualificado como "pluralista polarizado". Santos sugere que a tipologia de Sartori teria validade, embora não pudesse ser aplicada indiscriminadamente, haja vista a necessidade de historicizá-la, movimento que permitiria captar a particularidade da crise institucional no Brasil dos anos 1960.

Assim, a despeito de muitas das características do modelo de Sartori surgirem no Brasil pré-golpe de 1964, o mesmo apresentaria insuficiências operacionais. Para Santos, o aspecto decisivo para um sistema se tornar polarizado não seria propriamente a quantidade de legendas partidárias atuantes, mas o nível de radicalização de suas posições políticas. Sua preocupação diz respeito à "estrutura do conflito", considerada pelo autor a principal causa do processo de radicalização. Santos (2003, p. 189) acrescenta ainda outra variável ao modelo de Sartori, a saber, o "controle dos recursos políticos", aspecto fundamental para a análise sobre a possibilidade de ocorrência de uma "paralisia decisória" em um sistema político. Os "sistemas pluralistas polarizados" seriam aqueles nos quais "os recursos estão fragmentados entre um grande número de atores políticos altamente comprometidos com suas hierarquias de preferências privadas" (Santos, 2003, p. 197). Caso a coalizão no poder não tenha forças suficientes para superar a oposição, haveria margem para um certo "movimento circular" de formação de "coalizões *ad hoc*" com potencial para vetar políticas propostas, o que tornaria o sistema propenso a uma paralisia do processo decisório.

O recurso à história é importante em suas formulações, que reconstituem o processo institucional que teria levado à "paralisia decisória", a fim de mostrar como ocorreram a fragmentação e a radicalização do sistema político brasileiro, bem como a constituição de coalizões *ad hoc* e o padrão de rotatividade das elites (Santos, 2003, p. 199). Seu ponto é o de que o impasse teria sido consequência de um "conflito *político*" definido pela "dispersão de recursos" entre atores políticos fortemente radicalizados, o que impediria que o sistema operasse de modo adequado. O processo de radicalização é decisivo na análise, pois os sistemas qualificados como "pluralistas polarizados" padeceriam de certa vulnerabilidade em

relação à crise de "paralisia decisória". Ou seja, "fragmentação política" e "radicalização" seriam elementos que permitiriam compreender e explicar a "paralisia decisória". A hipótese de Santos seria a de que, durante o governo de João Goulart, "o sistema partidário brasileiro definitivamente acercou-se da condição de pluralismo partidário, ou seja, estava sendo corroído por simultâneo processo de fragmentação e radicalização" (Santos, 2003, p. 231).

Como mostra Santos, a tendência à fragmentação parlamentar não teria sido idiossincrasia do governo Goulart, pois seu recrudescimento teria se dado de forma gradativa no sistema político brasileiro entre 1946 e 1962. As posições assumidas pelos partidos políticos no Congresso, em relação às propostas de Goulart, seriam reveladoras da centralidade do conflito institucional e da ordenação do sistema partidário através de um "*continuum* ideológico esquerda-direita" (Santos, 2003, p. 262). Levando em conta a distribuição de cadeiras parlamentares no que se refere às posturas ideológicas, Santos afirma que o sistema político brasileiro se encontraria inapelavelmente atravessado por um "pluralismo polarizado" ao longo do governo Goulart.

Santos se contrapõe ainda a uma certa literatura que, segundo ele, teria reduzido os impasses ocorridos no parlamento ao colapso da coalizão entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Contrariamente, Santos entende que a crise teria afetado não apenas uma coalizão particular, mas integralmente o sistema partidário brasileiro e, por esse motivo, coalizão alguma teria reunido condições para substituir aquela formada por PSD e PTB. Para Santos, tal substituição não teria sido possível, por haver uma certa fluidez por parte dos partidos, que poderiam atuar conjuntamente no que tange a um tema particular, mas se oporem em relação a outro. Como as coalizões parlamentares frequentemente se alteravam entre uma questão e outra, a instabilidade governamental ganharia contornos dramáticos, pois o Executivo não poderia contar de modo algum com o apoio constante do Congresso.

Santos destaca a rotatividade ministerial como indicativa da instabilidade que atravessou o governo Goulart. Quando comparado aos governos de Dutra, Vargas e Kubitschek, a instabilidade ganharia amplitude ainda maior. Isso se deve ao fato de que a rotatividade ministerial do governo Goulart teria produzido uma dinâmica que, não sem dificuldades, poderia ser qualificada como "anarquia governamental", pois nem mesmo o aparelho

descentralizado do Estado teria permanecido resguardado da desordem. No intuito de angariar apoio político para seu programa reformista, ao empreender manobras de rotatividade, Goulart teria conduzido seu governo próximo a um caos administrativo sem precedentes após 1946. O Banco do Brasil, o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Petrobras, a Vale do Rio Doce e a Siderúrgica Nacional foram instituições mobilizadas como moeda de troca para obtenção de apoio político, o que levaria Santos (2003, p. 329) a concluir que "a captura do aparelho de Estado pela lógica da competição política resultou nas maiores taxas de rotatividade de elites ocorridas no Brasil pós-46".

As propostas de reforma agrária e de extensão do direito ao voto aos analfabetos dependeriam, lembra Santos, de complexas emendas constitucionais que demandariam inequívoco apoio político. Entretanto, grande parte do Congresso era contrária a tais medidas, devido ao receio de que elas abrissem brechas para a formulação de outras consideradas ainda menos desejáveis. O resultado teria sido, assinala Santos, a composição de ampla coligação parlamentar conservadora em prol da manutenção do *status quo* constitucional, a qual atuaria no sentido de impedir a ampliação do raio de ação do Executivo. Em relação ao governo Kubitschek, Goulart não teria sido apto na obtenção da confiança dos partidos políticos, o que teria implicações no "padrão *ad hoc* das coalizões de veto articuladas para deter as propostas de reforma agrária e outras" (Santos, 2003, p. 335).

Assim, a historicidade constitui componente fundamental das formulações de Santos, calibrando o modelo de Sartori, ao conceder ênfase às particularidades da dinâmica institucional brasileira. Ou seja, se a singularidade da tese de Santos consiste no fato de ter "levado às últimas consequências a especificidade da esfera político-institucional ou, se se prefere, a autonomia relativa dos processos instaurados pela vigência de um sistema de representação" (Lamounier, 1982, p. 428), sua ênfase não se deu sem a internalização de uma perspectiva histórica do processo político.

Após Cardoso ser aposentado compulsoriamente pelo AI-5, fundando posteriormente o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) (Sorj, 2001), sua atenção se volta para a análise do autoritarismo. Malgrado se debruçar sobre essa questão, que interpelou os cientistas políticos no processo de institucionalização da ciência política no país (Keinert & Silva, 2010), sua perspectiva sociológica histórico-comparada não é deixada de

lado em prol de uma análise eminentemente institucional. Um corpo-a-corpo entre os trabalhos de Santos e Cardoso permite perceber diferenças significativas em seus aportes analíticos, ainda que ambos se valham do recurso à história. Se, de um lado, como vimos, Santos investe na análise da dinâmica institucional político-partidária, Cardoso enfatiza, por outro, em seus trabalhos dos anos 1970 – assim como em *DDAL* e *PDSD* –, os conflitos e acomodações entre grupos e classes sociais, procurando articular as dimensões econômica, social e política. Assim, o ponto de chegada de sua sociologia histórico-comparada lhe confere a entrada para discutir a questão da "revolução econômica burguesa" do "movimento politicamente reacionário de 1964" (Cardoso, 1977, p. 71). Embora efetue sua passagem para a ciência política, debruçando-se sobre a dinâmica institucional, Cardoso não abandona o ângulo analítico da relação entre Estado e sociedade, que confere, como observa Botelho (2019), a forma da sociologia política.

Em "O modelo político brasileiro", texto publicado em 1972, no livro *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, Cardoso analisa os principais efeitos políticos e econômicos da ditadura civil-militar brasileira, matizando suas especificidades enquanto processo social. Cardoso argumenta que o caráter da ditadura seria eminentemente moderno, insistindo na sua ruptura histórica, pois ela não corresponderia a um retorno ao passado, como argumentavam Celso Furtado e Hélio Jaguaribe. Cardoso (1977) dialoga criticamente com os artigos de Furtado e Jaguaribe, publicados originalmente na revista *Les Temps Modernes*, em 1967, em número especial sobre o Brasil. Cardoso se contrapõe diretamente às noções de "pastorização", proposta por Furtado (1979), e "colonial-fascismo", formalizada por Jaguaribe (1979), argumentando que ambos suporiam, cada qual a seu modo, que o modelo econômico implementado pela ditadura não teria o dinamismo necessário para efetivar o desenvolvimento do país, que tenderia à estagnação econômica. Cardoso entende que a ditadura expressaria uma "rearticulação política", ancorada em mudanças no modelo econômico e social de desenvolvimento até então vigente. Seria mais acurado afirmar que "o golpe de 1964 acabou por ter consequências 'revolucionárias', no plano econômico" (Cardoso, 1977, p. 53), por ele se encontrar inscrito em um momento no qual estava em curso uma reorientação da divisão internacional do trabalho. Retomando a categoria "internacionalização do mercado interno" (Cardoso & Faletto, 2004), Cardoso (1977, p. 64) salienta que "parte do sistema industrial dos países

hegemônicos é transferida, sob controle das corporações internacionais, para as economias periféricas que lograram alcançar previamente certo avanço no desenvolvimento industrial".

Divergindo de Furtado e Jaguaribe, Cardoso entende que o desenvolvimento dependente posto em prática pela ditadura teria permitido dinamizar economicamente o setor urbano-industrial, malgrado seus efeitos contraditórios, ao gerar concentração de renda e miséria. O golpe de 1964 teria deslocado o "setor nacional-burguês" e o "grupo estatista-desenvolvimentista", beneficiando o setor burguês internacionalizado, circunscrito ao sistema de produção do capitalismo internacional. A ditadura teria recrudescido os vínculos dependentes do país com as economias centrais, integrando-o profundamente a um sistema internacionalizado de produção e comercialização, o que não inviabilizaria seu desenvolvimento industrial e financeiro. Entretanto, o aprofundamento dos liames de dependência não teria se limitado ao setor urbano-industrial, já que no setor primário também teriam se articulado "monopólios internacionais", "empresas locais" e "empresas públicas", engendrando "formas de exploração associada" (Cardoso, 1977, p. 70). Constata Cardoso (1977, p. 71) que

> [é] neste sentido limitado de uma "revolução econômica burguesa" que se pode pensar nas consequências revolucionárias do movimento politicamente reacionário de 1964. Ele pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica. Neste sentido modernizou a máquina estatal e lançou as bases para a implementação de um setor público da economia, que passou a integrar-se no contexto do capitalismo internacional.

Cardoso sublinha que seria equivocado supor que as burguesias nacionais das economias dependentes pudessem efetuar revoluções burguesas nos moldes daquelas que ocorreram nos países de capitalismo originário. Não à toa, mobiliza o termo revolução com as suas devidas aspas, pois a "revolução" das burguesias periféricas teria consistido na sua integração ao capitalismo internacional como associadas e dependentes. "Revolução" bastante limitada, já que a acumulação de capital nos países dependentes teria sido marcada por sua incompletude, decorrente da inexistência de um setor forte destinado à produção de bens de capital. O golpe de 1964 teria colocado em curso uma "revolução limitada", reprimindo as camadas trabalhadoras, comprimindo salários e desenvolvendo mecanismos de

acumulação que estimulariam a associação entre o Estado, as empresas nacionais – públicas ou privadas – e os consórcios internacionais. Articular-se-ia o modelo de desenvolvimento dependente-associado e a atuação de um Estado forte, capaz de assegurar efetivamente a acumulação de capital, o que marca as particularidades de nossa "revolução" em relação às experiências de modernização originárias. Como reafirma em *Autoritarismo e democratização*, livro de 1975, o sentido da "*revolução burguesa dos países dependentes*" (Cardoso, 1975a, p. 130, grifos do autor) diferiria daquele assumido nos países que empreenderam revoluções burguesas clássicas, encontrando-se referido à "internacionalização do mercado interno" sucedida no pós-guerra. Em economias dependentes, como a brasileira, teria havido um deslocamento no interior do "bloco de poder", através do qual os interesses dos setores vinculados à burguesia nacional-populista teriam sido substituídos por uma "*burguesia-internacionalizada*" e por um "*tecnocratismo civil-militar*" (Cardoso, 1975a, p. 130, grifos do autor).

Assim, Cardoso analisa as engrenagens do "Estado burocrático-autoritário" para compreender e explicar o autoritarismo vigente e o modelo de desenvolvimento da ditadura. Em "Estado e sociedade no Brasil", texto recolhido em *Autoritarismo e democratização*, Cardoso caracteriza a luta política como uma disputa entre grupos e classes sociais com interesses conflitantes, discutindo a formação de uma aliança entre os setores mais modernos do empresariado e da classe média sob a hegemonia das Forças Armadas, que deteriam o controle do aparelho estatal. O que se encontra em jogo, para Cardoso, é a estreita relação entre uma "burguesia empresarial", que teria se organizado em torno da "Grande Empresa", e setores da classe média a ela vinculados ou ligados ao "Estado Empresarial", com destaque para os militares, "que assumiram como missão própria alcançar e fortalecer o desenvolvimento capitalista" (Cardoso, 1975, p. 178).

Cardoso assinala que a estrutura estatal teria sido ordenada para garantir o dinamismo das empresas públicas e privadas, o que não excluiria as possibilidades de choques e contradições no interior do Estado. Sua análise busca ressaltar a dimensão do conflito político, uma vez que o Estado seria a expressão de uma "aliança *contraditória* de grupos" (Cardoso, 1975, p. 181, grifo do autor). Cardoso privilegia a noção de "anéis burocráticos", pensando os vários setores que compõem o aparato estatal como facções que se encontrariam em luta política. Assim, ressalta a existência de duas

burocracias distintas, a saber, a "Grande Empresa Privada", inscrita em um contexto supranacional, e a "Burocracia Pública", na qual inclui as Forças Armadas, que se definiriam em relação à "Nação". Cardoso destaca a imbricação entre os grupos que compõem essas burocracias, mobilizando a categoria "anéis burocráticos", que seria representativa do baralhamento entre público e privado, problemática recorrente, como mostra Botelho (2019), em nosso pensamento social. Cardoso aponta que parte da burocracia das empresas estatais poderia ser captada pelos interesses das empresas multinacionais, bem como o inverso seria possível. Para Cardoso, a variedade de alianças seria viável na cúpula desde que não colocasse em risco os requisitos do "Estado de Desenvolvimento Capitalista", garantindo a manutenção da acumulação.

Em "A questão do Estado no Brasil", texto também recolhido em *Autoritarismo e democratização*, Cardoso (1975a, p. 198) avança na caracterização do quadro institucional do Estado brasileiro, afirmando que este teria gerado um "sistema híbrido", que, ao atender "aos interesses do capital oligopólico [...] tratou de fortalecer, ao mesmo tempo, a Empresa Pública e de ampliar a área decisória do Governo e sua capacidade de controle sobre a sociedade civil". Ao discutir os "anéis burocráticos", Cardoso sublinha as particularidades das relações entre empresas e Estado, afirmando que as empresas públicas teriam logrado considerável aumento em seu raio de influência. O que não significa que elas atuassem contrariando os interesses privados, mas que ganharam força própria no interior do Estado, já que as empresas privadas que se beneficiariam com o regime também teriam sido incorporadas por meio da constituição dos "anéis burocráticos". Não obstante o Estado se encontrar vedado aos influxos e pressões da sociedade civil, ele teria sido flexível, cooptando e incorporando "as pressões de parte dela que representa os interesses do desenvolvimento-associado, tanto no que se refere ao grande capital quanto aos setores profissionais de altas rendas que se beneficiam com o modelo vigente" (Cardoso, 1975a, p. 207).

Cardoso mobiliza a ideia de "ideologia de Estado", amparando-se nas reflexões de Lamounier, em sua tese de doutoramento.[4] Cardoso ratifica o diagnóstico de Lamounier, afirmando não haver, no Brasil, uma ideologia nacionalista, e sim, uma "ideologia de Estado" que suporia, ao contrário da primeira, uma "desarticulação ideológica da massa" (Cardoso, 1975a,

[4] Cardoso dialoga com a tese defendida por Lamounier nos Estados Unidos, em 1974, e intitulada *Ideology and authoritarian regimes: theoretical perspectives and a study of the Brazilian case.*

p. 214). Para além da força e da repressão, o grupo no poder surgiria como proposta "em benefício da comunidade" (Cardoso, 1975a, p. 192), camuflando, portanto, a parcialidade de seus interesses. Assim, a interlocução com Lamounier, que aparece não apenas na mobilização do conceito de "ideologia de Estado", como, sobretudo, no livro *Os partidos e as eleições no Brasil*, organizado por eles, pode ser emblemática do flerte de Cardoso com uma perspectiva institucionalista.

Considerações finais

Fernando Henrique Cardoso se inscreve no campo da ciência política, porém sem abandonar sua preocupação com certo imperativo da historicidade na análise sociológica. Se, no que diz respeito ao concurso da Cadeira de Política da USP, Cardoso sai vencedor em relação a Paula Beiguelman, com uma tese na qual estabelece um diálogo crítico com a bibliografia mais moderna da ciência política à época, sua aproximação ao paradigma institucionalista ocorre na contramão do sentido que a disciplina assumiria no país. Ao articular a dimensão da política às esferas da economia e da sociedade, Cardoso mobiliza sua perspectiva sociológica histórico-comparada, discrepando da abordagem de Wanderley Guilherme dos Santos, que constrói seu diagnóstico da "paralisia decisória" enfatizando os mecanismos institucionais. Malgrado Santos não descurar das dimensões da sociedade e da economia em sua obra, afasta-se de uma perspectiva que tenda a vincular diretamente a análise dos processos políticos às forças econômicas e sociais (Moreira, 2020). Ainda que Santos tenha se preocupado com a articulação entre teoria e história, o seu mérito teria sido, segundo Lamounier (1982), o de levar ao primeiro plano a análise da esfera político-institucional. Mesmo sendo considerado um "pensador de transição", entre a "velha" e a "nova" ciência política, Santos é concomitantemente qualificado como um dos pais-fundadores da disciplina no país (Moreira, 2020), diferentemente de Beiguelman e Cardoso, próximos de uma perspectiva sociológica da política – característica da "política" enquanto disciplina na USP –, derrotada nesse processo de institucionalização.

Assim, se Cardoso, por um lado, confere importância à análise da dinâmica institucional, debruçando-se sobre a constituição do Estado, por outro, não perde de vista as relações do regime autoritário com o desenvolvimento

dependente-associado. Não obstante o reconhecimento internacional obtido por Cardoso através de *DDAL* (Sorj, 2001; Garcia Jr., 2004), talvez seja possível afirmar que, no plano da ciência política brasileira, sua perspectiva sai perdedora no processo de institucionalização da disciplina. Cardoso parece se localizar, nos anos 1970, entre a sociologia política histórico-comparada e a abordagem da ciência política contemporânea. Concordando com Botelho (2019, p. 20), a dissociação entre Estado e sociedade, operada pelo institucionalismo predominante na ciência política contemporânea, teve como um de seus principais resultados a perda de uma "visão de conjunto do movimento mais amplo da política".

Referências

Adams, Julia, Clemens, Elisabeth, & Orloff, Ann S. (2005). *Remaking modernity: politics, history, and sociology*. Duke University Press.

Barbosa, Carla C. (2016). *Aziz Simão e Paula Beiguelman: uma contribuição à sociologia política brasileira* [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal Fluminense]. Não publicada.

Beiguelman, Paula. (1976). *Formação política do Brasil*. Pioneira.

Beiguelman, Paula. (1978). *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. Pioneira.

Belinelli, Leonardo. (2019). *Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz* [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-09082019-112520

Botelho, André. (2019). *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Vozes.

Campello de Souza, Maria do C. (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. Alfa-Omega.

Cardoso, Fernando H. (1975a). *Autoritarismo e democratização*. Paz e Terra.

Cardoso, Fernando H. (1975b). Partidos e deputados em São Paulo: passado e presente. In: B. Lamounier & F. H. Cardoso (orgs.), *Os partidos e as eleições no Brasil*. Paz e Terra.

Cardoso. Fernando H. (1977). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Difel.

Cardoso, Fernando H. (1978). *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Zahar Editores.

Cardoso, Fernando H., & Faletto, Enzo. (2004). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Civilização Brasileira.

Cazes, Pedro. (2011). Estado e sociedade em Maria Sylvia de Carvalho Franco e Paula Beiguelman [Pôster]. In *XV Congresso Brasileiro de Sociologia*.

Cotrim, Ivan. (2001). *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso* [Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas]. http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281743

Delanty, Gerard, & Isin, Engin (orgs). (2003). *Handbook of historical sociology*. Sage.

Feres Jr., João. (2000). Aprendendo com o erro dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, (15), 97-110. https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000200007

Forjaz, Maria C. (1997). A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 12*(35), 1-22. https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007

Furtado, Celso. (1979). Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar. In C. Furtado (org.), *Brasil: tempos modernos*. Paz e Terra.

Garcia Jr., Afrânio. (2004). A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. *Tempo Social, 16*(1), 285-300. https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000100014

Giordano, Verónica. (2014). La sociología histórica y la sociología latinoamericana. La comparación en nuestras ciencias sociales. *Revista de la Red Intercátedras de América Latina Contemporánea (Segunda Época), 1*(1), 14-29.

Gonçalves, Rodrigo S. (2018). *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)* [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-29102018-161356

Helayel, Karim. *Um sociólogo na periferia do capitalismo: a sociologia histórico-comparada de Fernando Henrique Cardoso*. [Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Jaguaribe, Hélio. (1979). Brasil: Estabilidade Social pelo Colonial-Fascismo? In C. Furtado (org.), *Brasil: tempos modernos* (pp. 49-76). Paz e Terra.

Keinert, Fábio C., & Silva, Dimitri P. (2010). A gênese da ciência política brasileira. Tempo Social, 22(1), 79-98. https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000100005

Lahuerta, Milton. (1999). *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo]. https://repositorio.usp.br/item/001070671

Lamounier, Bolívar. (1982). A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In B. Lamounier (org.), *A ciência política nos anos 80* (pp. 15-46). Editora Universidade de Brasília.

Lamounier, Bolívar, & Cardoso, Fernando H. (1978). A Bibliografia de Ciência Política Sobre o Brasil (1949-1974). *DADOS, 18*, 3-32.

Lamounier, Bolívar, & Cardoso, Fernando H. (orgs.). (1975). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Paz e Terra.

Leme, Alessandro. (2015). La centralidad de la política para pensar lo económico en Fernando Henrique Cardoso. *Revista Mexicana de Sociología, 77*(3), 357-384.

Leoni, Brigitte. (1997). *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Nova Fronteira.

Lessa, Renato. (2011). Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova*, (82), 17-60.

Lima, Pedro L. (2015). *As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)*. [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].

Limongi, Fernando, Tavares de Almeida, Maria H., & Freitas, Andrea. (2016). Da sociologia política ao (neo)institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil. In L. Avritzer *et al.* (org.), *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. FGV Editora. [edição eBook Kindle]

Lynch, Christian. (2020a). Um pensador da democracia: a ciência política de Wanderley Guilherme dos Santos. *DADOS, 63*(1), 1-46. https://doi.org/10.1590/001152582020002

Lynch, Christian (2020b). Um pensador da democracia: Wanderley Guilherme dos Santos – 1935-2019. In M. S. Moreira (org.), *O pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos*. Appris.

Lynch, Christian. (2017). Entre a 'velha' e a 'nova' ciência política: continuidade e renovação acadêmica na primeira década da revista DADOS (1966-1976). *DADOS, 60*(3), 663-702. https://doi.org/10.1590/001152582017132

Lynch, Christian. (2016). Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (19), 75-119. https://doi.org/10.1590/0103-335220161904

Marenco, André. (2016). Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In L. Avritzer *et al.* (org.), *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. FGV Editora. [edição eBook Kindle]

Moreira, Marcelo S. (2020). *O pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos*. Appris.

Moreira, Marcelo S. (2013). *Raízes intelectuais da democracia brasileira: linguagens políticas e a formação da república*. [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais].

Pécaut, Daniel. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Editora Ática.

Reis, Fábio W. (2016). Huis clos no Chile e ciência política no Brasil. In L. Avritzer *et al.* (org., *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. FGV Editora. [edição eBook Kindle]

Ribeiro, Marcos A. (2010). O patrimonialismo na sociologia de Fernando Henrique Cardoso e o atraso brasileiro. *CSOnline, 4*(9), 179-205.

Sallum Jr., Brasílio. (2002). Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo. *Política & Sociedade*, (1), 73-86.

Santos, Wanderley G. (2003). *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Editora UFMG; IUPERJ.

Silva, Dimitri P. (2008). *Da política à ciência política, da ciência política à política: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969).* [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo]. https://repositorio.usp.br/item/002259139

Skocpol, Theda (org). (1984). *Vision and method in Historical Sociology*. Cambridge University Press.

Smith, Dennis. (1991). *The rise of Historical Sociology*. Temple University Press.

Sorj, Bernardo. (2001). *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Jorge Zahar.

Spirandelli, Claudinei. (2008). *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. [Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-18082009-122601

Villegas, Miguel Ángel B. (2014). El análisis comparativo: algunos aportes latinoamericanos en la segunda mitad del siglo XX. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, LIX*(221), 145-174.

Recebido: 26 fev. 2022
Aceito: 23 maio 2022

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.850

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Yo sé, yo puedo, yo temo: la subjetivación política de médicos y médicas en ejercicio durante la pandemia en Mendoza-Argentina

I know, I can, I fear: Medical practitioners' political subjectivity during pandemic in Mendoza-Argentina

Patricia Alejandra Collado[*]

RESUMEN

Este escrito refiere a una línea de investigación que enlaza reflexiones teóricas con labor empírica. Preocupados por la escasa emergencia de acciones colectivas y recusación de las condiciones de trabajo nos propusimos indagar los modos en los que la gestión sobre la fuerza de trabajo construye una subjetividad que acepta, se sobrepone y adapta a las condiciones, relaciones y situaciones laborales que les son impuestas. Para ello desarrollamos dos formas de acercamiento integradas. La primera, trata la cuestión laboral desde su dimensión política, a partir de las categorías de gestión de la fuerza de trabajo y subjetivación política, a fin de mostrar la incidencia de estas en las formas de ser, estar y hacer en el trabajo. La segunda de tipo empírico se basó en un sondeo realizado a 335 médicos y médicas en ejercicio en la provincia de Mendoza-Argentina durante los meses de junio y julio de 2020 con el objetivo de identificar desde su perspectiva, los riesgos percibidos con relación a trabajar en situación de pandemia y los recursos disponibles para afrontar el COVID-19. Aplicamos un cuestionario estructurado breve (18 preguntas categorizadas), con consentimiento informado de las personas encuestadas. Los resultados arrojaron una importante autoresponsabilización individual, escasa percepción colectiva, la 'ubicación del riesgo' por fuera del ámbito de trabajo y la responsabilidad centrada en "sí mismo".

Palabras clave: subjetivación, *management*, pandemia, riesgo, profesionales de la medicina.

[*] Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Mendoza, Argentina.

ABSTRACT

This work refers to a specific research area that connects theoretical insights with empirical knowledge. Concerned about the scarcity of collective actions and challenges to working conditions, we decided to enquire about how workforce management builds a subjectivity that accepts, overcomes and adapts to the conditions, relationships and work situations that are imposed to doctors. To that end, we developed two integrated approaches. The first one looks into the political dimension of labor, focusing the categories workforce´s management and political subjectivity in order to grasp the incidence of the above-mentioned issues in the ways of being, behaving and doing in the workplace. The second approach was empirical and based on a survey carried out with 335 practicing doctors in the province of Mendoza-Argentina during the months of June and July 2020, with the aim of identifying, from their perspective, the risks associated to working in a pandemic situation and the resources available to face COVID-19. We applied a short, structured questionnaire including about 18 categorized questions, with informed consent of the respondents. The results showed significant individual self-responsibility, poor perception of the collective, risk perceived as external to the workplace and responsibility centered on the "self".

Keywords: subjectivity, management, pandemic, risk, doctors.

Introducción

Es innegable que el neoliberalismo como racionalidad, como gubernamentalidad (Foucault, 2007), ha sido eficazmente productivo. Centralmente, en la producción de sujetos que trabajan sobre sí mismos para sostener el gobierno de los hombres bajo el principio universal de la competencia. En este marco general de sentido, comprendemos las transformaciones del mundo del trabajo como un dispositivo más que opera en función de fabricar sujetos (Laval & Dardot, 2013) acordes al espíritu de época.

Por ello asumimos las condiciones de trabajo en términos de 'gestión de una forma de subjetivación política', con el fin de develar los cambios operados en conjunto en el uso de las potencialidades de la fuerza de trabajo, así como la extorsión de sus capacidades a la hora de orientarlas hacia la obtención de mayor productividad. Comprendemos el trabajo como productor de subjetividad y la gestión del capital sobre la fuerza de trabajo (*management*) como un dispositivo de gobierno, tal como, en deuda con

Foucault, indica Marcela Zangaro: "un dispositivo articulador de prácticas de subjetivación que propone a los individuos modos de acción sobre sí mismos" (Zangaro, 2011, 17).[1]

En este sentido, Mezzadra (2015) nos recuerda la doble semántica inscripta en la palabra "sujeto": por una parte, *subditus*, que se traduce como obediencia, sometimiento; por la otra, *subjectum*, soporte, devenido en comando, potencia. En la configuración de este potencial *subjectum* nos interesa la subjetivación política, en sus dimensiones diversas (Modonesi, 2016), a fin de valorar cómo las transformaciones laborales que emergen como problemas de salud, climas organizacionales y desmembramientos de la solidaridad configuran síntomas de reforzamiento de la subalternidad.

En esta conjugación entre subjetividad/subjetivación política pretendemos interpretar la experiencia de médicos y médicas en ejercicio durante la pandemia en la provincia de Mendoza-Argentina. El presente trabajo refiere a un camino investigativo que enlaza reflexiones teóricas con labor empírica. La construcción de los datos se realizó a partir de la aplicación de un cuestionario estructurado breve (18 preguntas categorizadas) de elaboración propia, que fue aplicado a 335 profesionales de medicina en ejercicio en la provincia de Mendoza-Argentina[2] durante los meses de junio y julio de 2020, con el objetivo de identificar desde su perspectiva, los riesgos percibidos acerca de trabajar en situación de pandemia y los recursos disponibles para afrontar el COVID-19. El muestreo fue no probabilístico de tipo casual o fortuito y el criterio de inclusión fue que la persona informante estuviera desempeñándose en el ámbito de la salud en situación de pandemia. Las encuestas fueron aplicadas por médicos y médicas cursantes virtuales (en ese

[1] La concepción de la racionalidad neoliberal como modo de producir sujetos fue abierta por Foucault (2007) pero sus derivaciones con respecto al trabajo no son retomadas por el autor, muy probablemente como indica W. Brown (2016), por su posición enconada contra el marxismo. En tanto sí lo hacen los franceses Laval y Dardot y la misma W. Brown, entre otros. Sin embargo, de su planteo general se desprende que el *homo eoconomicus* coloniza toda esfera de la política (De Lagasnerie, 2015), llevando de algún modo a una mirada apocalíptica en la que la dominación se impone al poder. Si bien este tema desborda nuestra intención en este texto, pretendemos dejar abierta esta mirada acerca de la producción política del neoliberalismo tanto en lo que sujeta (como sujeción) como en lo que habilita (como recusación) y por ello tomamos autores que, dentro de este debate y cerca del marxismo, encuentran subjetividades políticas renuentes a ser colonizadas como Zangaro (2010; 2011), Modonesi (2016), Mezzadra (2015) y, más recientemente Laval y Dardot (2015).

[2] Mendoza es una provincia argentina ubicada en el centro-oeste del territorio continental, que cuenta con una población estimada de 1.738.929 habitantes, una densidad de 11,7 hab./km2; 25 Hospitales públicos y 342 centros de salud (atención primaria), con una incidencia de la pobreza en el 42,1% de los hogares (datos disponibles en https://deie.mendoza.gov.ar/#!/mendoza-en-datos).

momento) de la Especialización en Medicina del Trabajo de la Universidad Nacional de Cuyo. Cada encuestador(a), por bola de nieve, accedió a diez colegas de profesión a quienes les informaba sobre los objetivos del operativo y el resguardo de la información.[3] Los datos se recolectaron y almacenaron en un servidor institucional. En tanto, el tratamiento de estos se realizó por medio del paquete estadístico SPSS.

A partir de sus resultados, pretendemos interpretar la dimensión política que involucra un tipo de subjetivación cuyos rasgos se muestran en una creciente individuación y en la invisibilización del colectivo de pertenencia. En este sentido, los resultados obtenidos arrojaron una importante autorresponsabilización, escasa percepción colectiva en relación con los modos de afrontamiento y elaboración de demandas laborales, la "ubicación del riesgo" mayoritariamente por fuera del ámbito de trabajo y la responsabilidad centrada en "sí mismo". Este desplazamiento múltiple a la esfera privada, la capacidad individual de afrontamiento y el esfuerzo propio demuestran, más allá del COVID-19, los mecanismos introyectados de autorresponsabilización generalizada en el plantel del personal y la impronta dominante de un perfil profesional que minimiza los riesgos emanados de las condiciones de trabajo y los coloca y valora como "riesgo individual". Dicha impronta se exacerbó en contexto de pandemia y es probable que tenga consecuencias importantes a la hora de establecer, postpandemia, las condiciones de salud laboral de los y las profesionales de la salud como así también sus consecuencias sociales y subjetivas.

Condiciones de trabajo vs. gestión de la fuerza laboral

Hasta ahora, la mayoría de los que nos abocamos a interrogar el mundo del trabajo nos referimos a las Condiciones y Medio Ambiente de Trabajo-CyMAT (Neffa, 2002) en su sentido omniabarcador y multifactorial para hacer referencia a las formas y situaciones en que la actividad de trabajo tiene lugar. Usamos el término *lugar* exprofeso para subrayar la connotación de las condiciones laborales como enmarcamiento material en que se

[3] No se utilizó la plataforma Google a fin de proteger el uso y disponibilidad final de la información, Cada persona encuestada recibió el formulario de consentimiento libre e informado junto al link a través del cual se accedía a las preguntas. Las respuestas se almacenaron en el repositorio institucional de la Facultad de Ciencias Médicas, de la Universidad Nacional de Cuyo.

sustancia/ba una parte, al menos, del proceso de trabajo, conceptualización cuyo significado etimológico apunta centralmente a las características de la naturaleza o propiedad de las cosas.[4]

Esa condición se ha transformado cada vez más profundamente a partir del exponencial desarrollo de los componentes relacionales e inmateriales del trabajo y sus productos, pero también y muy fuertemente por las nuevas formas de uso y consumo de las capacidades de las y los trabajadores. Cuestiones que de un tiempo a esta parte se han exacerbado. Como corolario, el locus del trabajo se instala más que nunca en el propio cuerpo de la persona trabajadora y se hace carne en las formas en que se gestiona la fuerza de trabajo. Por ello, para tratar el problema que nos hemos propuesto abordar hablaremos de gestión de la fuerza de trabajo, como una forma de gobierno, tal como lo anticipa Marcela Zangaro (2010, p. 163):

> el *management* o las formas de gestión del trabajo pueden comprenderse como un dispositivo articulador de prácticas de subjetivación que propone a los individuos modos de acción sobre sí mismos. Esto significa que el *management* puede ser entendido como un dispositivo de gobierno, como una tecnología del yo que apunta a la constitución de una subjetividad de características funcionales a la acumulación del capital.

¿Por qué optar por esta cuestión del gobierno de sí, como autogobierno (que obviamente comanda el capital) más que por las condiciones y medio ambiente de trabajo?[5] Centralmente debido a su énfasis en el sujeto bajo la forma del emprendedor: un sujeto activo que debe participar totalmente, comprometerse plenamente, entregarse por entero a su actividad profesional (Laval & Dardot, 2013, p. 331). Esbozaremos a continuación un manojo de elementos que pretendemos que avalen nuestra decisión.

---

[4] J.C Neffa revisó en 2002 la conceptualización y propuso una nueva concepción de condiciones y medio ambiente de trabajo (CyMAT): "están constituidas por los factores sociotécnicos y organizacionales del proceso de producción implantado en el establecimiento (o condiciones de trabajo) y por los factores de riesgo del medio ambiente de trabajo. Ambos grupos de factores constituyen las exigencias, requerimientos y limitaciones del puesto de trabajo, cuya articulación sinérgica o combinada da lugar a la carga global del trabajo prescripto, la cual es asumida, asignada o impuesta a cada trabajador, provocando de manera inmediata o mediata, efectos directos o indirectos, positivos o negativos, sobre la vida y la salud física, síquica y/o mental de los trabajadores" (p. 32).

[5] Coincidimos en este punto con De la Garza (2018), en relación con que el análisis del trabajo y sus hacedores pasa más por establecer configuraciones productivas. En este marco y como uno de sus aspectos se inserta la mirada acerca de la gestión de la fuerza de trabajo como modo concreto de relación capital-trabajo que deberá ser analizado, mediado e historizado según el caso.

En primer lugar, porque asumimos que el complejo mundo del trabajo se sostiene en un entramado de relaciones sociolaborales más que de condiciones que se imponen estructuralmente. En este sentido nos orientamos con De la Garza (2020) hacia la perspectiva de las configuraciones socio-productivas insertas en una formación social específica. Esta categoría sirve para dar cuenta de los diferentes niveles de análisis en los que podemos analizar el trabajo, aceptando que sus relaciones se establecen de modo conflictivo, expresan culturas y tradiciones organizacionales (del lado del capital) y laborales (desde los y las trabajadoras) y registran una historicidad. En todo caso, es en su trama que los sujetos se relacionan, reproducen o transforman las redes de interdependencia o, para decirlo con Gramsci, que se expresan las relaciones de fuerza (Gramsci, 1973). Hacer foco en las formas de gestión de la fuerza de trabajo nos pone en un nivel analítico específico de la relación capital-trabajo, aquella que singularmente consume la fuerza laboral, mediada por el Estado en un tiempo y espacio social determinados.

En segundo lugar, debido a que esta forma de percibir las connotaciones del trabajo en la actualidad no "externaliza" aquellos factores que condicionan su desempeño, calidad, ambiente, producto o resultado y, hasta mismo, el control que se ejerce en los y las sujetas durante el proceso laboral. Al contrario, internaliza y encarna dicha operatoria, por lo que asumir la perspectiva de la gestión evidencia la hondura de los cambios en que se encuentra inmerso el trabajo. Como mínimo, reconoce que el proceso, el producto y los mecanismos de control y disciplinamiento residen en el cuerpo de las y los trabajadores como locus central.

En tercer lugar, porque, tomadas las condiciones de trabajo en su versión clásica, las situaciones y procesos a los que se aluden expresan mayoritariamente "contextos" y por tanto llegan demasiado lateralmente al menoscabo de la fuerza de trabajo por explotación o extorsión de las capacidades y potencias puestas en juego en el trabajo. De algún modo, velan tanto el protagonismo del capital en su operatoria directa sobre los y las trabajadoras como las resistencias que emanan del ejercicio de su poder. Para poner un ejemplo, el énfasis en la relación salarial y las normas que impone cada Estado, así como las regulaciones cuya singularidad se dan a nivel de rama o empresa (convenios colectivos de trabajo, entre otras) son ponderadas como telón macrosocial y no como constitutivos

de la experiencia laboral singular que moldea las personas que trabajan y que necesariamente articula con expresiones meso y micro (experiencias y prácticas) en las que se expresan las relaciones laborales concretas.

Cuarto, porque en la dimensión que nos interesa, el gobierno como tecnología de sí (de gestión), hace directa alusión a la dimensión política de la transformación laboral y explica tanto los procesos de "docilización" de la fuerza de trabajo como los que apuntan a una recusación de tipo autónoma. Por ello, nuestra entrada al tema se hará por el sendero que conduce a lo sociopolítico, no a lo sociotécnico. Una aclaración más: poner en el centro la gestión del capital sobre el trabajo y encarnarlo en trabajadores/as concretos/as no supone individualizar el fenómeno que es colectivo y transindividual,[6] sino que asume la corporeidad de quienes hacen y padecen las consecuencias del trabajo hoy. Pero empecemos por el principio, pues lo que acabamos de afirmar tendrá impactos certeros sobre la vida social y relacional de los y las trabajadoras, en nuestro caso, profesionales de la salud.

Las transformaciones del trabajo a las que hicimos alusión se enmarcan en el consumo de capacidades de la fuerza de trabajo, más y mejor utilizadas por la vía de su imbricación con la tecnología. Esto se traduce en una difusión exponencial de actividades económicas en las que dominan los trabajos y tareas de "relacionamiento" sea cual sea la rama de actividad en la que nos detengamos.[7] La mercadorización de diferentes capacidades de la fuerza de trabajo y la inmaterialidad de su producción no significan que los contenidos materiales del trabajo se esfumen frente a un conocimiento-comunicación-intelectualización descarnados, sino que, para colocar productos en un mercado cada vez más restringido y segmentado, hacen falta más mercancías "mediadoras" de tipo inmaterial y, junto con ellas, más "cognitariado", en el sentido que lo señala Bifo (Berardi, 2020, p.79):

---

[6] Como dice Virno, la cuestión de la individuación es lo que hace singular a un individuo, y nosotros queremos llegar a lo común, es decir, a las formas de uso y consumo de las personas trabajadoras en la actualidad. Para ello, seguimos a Simondón junto a Virno: "la cuota de realidad preindividual que todo sujeto lleva en sí puede a su vez individuarse, pero solamente en relación entre muchos, en el colectivo, en la cooperación sociopolítica. Solo en la praxis colectiva lo preindividual se transforma en transindividual" (Virno, 2004, p. 9-10).

[7] En este punto De la Garza (2020) marca una interesante genealogía de la concepción de las otras / nuevas formas de subsistencia, sobre todo asociadas al sector servicios. En este camino recorre instancias de nominación que dan cuenta del multifacetismo del fenómeno: trabajo emocional, trabajo estético, trabajo cognitivo y trabajo no clásico (su propuesta).

> Cuando el trabajo tiende a convertirse en su generalidad en trabajo cognitivo, la cooperación social encuentra en la red su ámbito más adecuado. El trabajo cognitivo se manifiesta como infotrabajo, es decir, como infinita recombinación de miríadas de informaciones que circulan sobre un soporte de tipo digital. Cuando la cooperación social se convierte en transferencia, elaboración y decodificación de informaciones digitalizadas, está claro que la red le sirve de ambiente natural.

Cerrando lo anterior, sostenemos que las personas trabajadoras se encuentran inmersas en redes que forman configuraciones laborales, en las que se expresan material y simbólicamente las relaciones de fuerza entre capital y trabajo, y cuya comprensión precisa el reconocimiento de su historicidad y anclaje socioespacial singular y, en tanto tales, pueden ser ponderadas en términos de gestión subjetiva (política) de la fuerza de trabajo.

La salud, una configuración social compleja

Entre las políticas neoliberales implementadas en nuestro país desde fines del siglo XX, se destaca la intervención en salud (durante la década de 1990). Este aspecto forma/ba parte del bastión de la reproducción social de cuño bienestarista junto con la educación y el trabajo, trípode que con éxito se resignificó bajo el canon neoliberal. Lejos de una simple desregulación, lo que se impuso fue un traslado de la concepción de la salud de bien social y derecho humano universal a la de *bien privado*. Así concebida, la salud-mercancía se puede acrecentar, sostener y apreciar-depreciar, en todo su sentido económico, como cualquier otro bien con el que se inviste al *capital humano*. Desde este paradigma, dicho bien depende no solo de condicionamientos biológicos con los que carga cada persona al nacer, sino también de los riesgos y aseguramientos que ella pueda y sepa adquirir y luego administrar. Su concepción ahora, y en concordancia con lo anterior, se enmarca en la reforma general del Estado (Tobar, 2006, 2012; Fleury, 2021, entre muchos otros). La salud, en su carácter de elemento constitutivo del capital humano-mercancía se valoriza de acuerdo con la clase, la etnia, la edad y un conjunto de determinantes sociales, económicos, políticos, jurídicos y culturales (como la condición de ciudadanía o de migrante, de población originaria, de ruralidad, género y un largo etc.).

Tomado como ámbito de trabajo, a nivel nacional, el campo de la salud acompañó la mutación de otros sectores estatales, orientándose fuertemente al mercado, con reducción drástica de su presupuesto, descentralización de efectores, terciarización de actividades y puestos de trabajo, transformación y encumbramiento (por rentabilidad) de vastas actividades relacionadas con la tecnología (Belmartino, 2008). Este proceso se vio potenciado por la gran transformación que en el mundo motorizan los avances en tecnologías aplicadas a la medicina y con ellos el desarrollo de subcampos como la biomedicina, biomedicalización, genética, farmacología y la medicina diagnóstica.[8]

En tanto se favorecieron los perfiles profesionales ensamblados, que asumen más cantidad de tareas en un puesto de trabajo y son encarnados por una misma persona profesional. Tal es el impacto que los cambios indujeron en la práctica profesional, que algunos autores y autoras sostienen que el centro de la reforma es la práctica en sí misma, tal como oportunamente sostuvo Almeida (2000, p. 33).

> La agenda de la reforma se limita a la cuestión de la atención médica individual, núcleo central de estructuración de los sistemas de salud en este siglo, en todo el mundo, centrado en el desarrollo tecnológico y en el hospital como locus privilegiado de distribución de esa tecnología. El objetivo primordial es restringir el gasto en este subsector, (…) reforzar el poder monopsónico de los compradores de servicios por la vía gerencial y debilitar el poder monopólico de los prestadores (sobre todo médicos), socavando la autonomía técnico-profesional.

La gran transformación de la forma estatalista de la salud y su corrimiento al mercado han llevado a la corrosión del modelo médico-hegemónico debido a que "el proceso de medicalización está estrechamente ligado a la legitimación estatal de la práctica médica como la única habilitada para operar sobre el proceso salud-enfermedad" (Menéndez, 1990, p. 107). Cercenando su dominio, avanzan las empresas orientadas a la salud (podríamos decir más genéricamente a la vida) que empalman con la generalización de la medicalización (Bianchi, 2019) y gestionan desde la esfera pública la demanda y orientación al consumidor, cuyo horizonte es la obtención de ganancias.

Para nosotras, la cuestión no fue socavar *per se* el perfil de los y las profesionales médicas sino adaptarlo a las nuevas exigencias y optimizar

[8] Sobre la industria farmacéutica argentina se puede consultar Abrutzky et al. (2018) y sobre la concepción de medicalización y sus corrientes de interpretación Bianchi (2019).

su productividad. En este marco, la competencia no solo se va a instalar en las trayectorias profesionales y las especializaciones (más valoradas, más rentables, más auspiciosas para el formato empresa), sino que va a medirse y ser ponderada con la intervención directa del público-usuario-cliente (ya nunca más *paciente*), y pondrá en jaque el poder médico terapéutico (Rose, 2012). Los sentidos que asume esta corrosión de la profesión cubren dimensiones como el predominio de las gerencias por sobre el saber-médico y de las empresas por sobre las decisiones que involucran las prácticas profesionales; la desvalorización social de su papel, al incorporar al "cliente" en el proceso (sobre todo en un papel de auditoría, control y evaluación de la intervención médica); finalmente y a modo de enlazar todo lo anterior, como parte de la crisis disciplinar debido a los problemas de hiper-especialización del conocimiento y la embestida de otros saberes sobre la salud, cuyo fundamento se basa en formas alternativas a la concepción racionalista de percibir el estado saludable, más allá de la mirada dicotómica en que la ciencia moderna ha compartimentalizado la salud y la enfermedad.

En todo caso, el trabajo de los servicios de salud exacerba las características del trabajo "inmaterial" y sus consecuencias. Es una labor que se produce en el acto mismo de su consumo; evaluada por quien lo recibe (cada vez de un modo más crítico y exhaustivo son los controles que se multiplican sobre todo de parte de los usuarios), cuyo desempeño depende de los saberes de quien lo ejecuta (entre ellos la experiencia práctica, la trayectoria académica y profesional, la experiencia técnico-profesional) y de sus modos de relacionarse con otros y otras (el saber social) que suponen características propias de la socialización así como de la esfera subjetiva de la persona que hace el trabajo (empatía, capacidad de comprensión y evaluación, disposición a actuar, toma de decisiones, manejo emocional, entre muchísimas más). Y que produce /reproduce en su proceso relaciones sociales. Dicen Lazaratto y Negri (2001, p. 21):

> Si la producción es hoy directamente producción de relación social, la "materia prima" del trabajo inmaterial es la subjetividad y el "ambiente ideológico" en el cual esta subjetividad vive y se reproduce. La producción de la subjetividad deja, entonces, de ser solamente un instrumento de control social (por la reproducción de las relaciones mercantiles) y se torna directamente productiva, porque en nuestra sociedad post industrial su objetivo es construir al consumidor. Y lo construye activo.

El cuerpo, el tipo de trabajo y el producto, entre otras características, inmersos en la red de relaciones de fuerzas que impuso el neoliberalismo hacen que de partida la reproducción de las relaciones laborales se realice en detrimento de la calidad de vida de quien hace al trabajo y se haga en función de una cada vez mayor exigencia de productividad. En este sentido, la subjetividad en el trabajo apunta a reforzar la condición subalterna, expresión de la experiencia y condición subjetiva subordinada (Modonesi, 2016) y a fomentar el consenso sobre tales cambios alrededor del uso de la fuerza laboral. En este sentido es que fomenta el "consenso activo" en los y las trabajadoras.

Una subjetividad para la sujeción

Detengámonos un momento en la construcción de subjetividad. ¿Cómo es posible que la experiencia laboral "construya sujetos" y que esta construcción tenga connotaciones políticas? Es necesario partir de una concepción de la política que admita que:

> La política es asunto de sujetos, o más bien de modos de subjetivación. Por subjetivación se entenderá la producción mediante una serie de actos de una instancia y una capacidad de enunciación que no eran identificables en un campo de experiencia dado, cuya identificación, por lo tanto, corre pareja con la nueva representación del campo de la experiencia (Ranciére, 1996, p. 52).

Tal como expusimos brevemente en los apartados anteriores hay una nueva forma de ser-hacer y estar en el trabajo que está atravesada por transformaciones materiales y simbólicas que configuran la experiencia laboral contemporánea y admiten como características centrales la flexibilidad, la autorresponsabilización, la asunción de riesgos desde la esfera individual, la percepción de la fragilidad como hecho y padecimiento singular. El fin de las instituciones de "reparo" hace que opere fuertemente el temor (Virno, 2004) y que la autoestima sea la clave de todos los éxitos, pues: "Es cada vez menos el 'riesgo social', asumido por una u otra figura política del Estado Social; es cada vez más, el 'riesgo de la existencia' (…) el sujeto es considerado responsable de ese riesgo y también de la elección del modo de cubrirlo" (Laval & Dardot, 2013, p. 354).

Tales transformaciones promueven el fin de lo común-colectivo en términos de vínculos socioafectivos y solidarios – y, con ello, de la identificación con la(s) otra(s) personas, sean trabajadoras o pacientes –, el predominio de la competencia y la carrera meritocrática al éxito. Este modo de gestionar el trabajo ha trasladado la forma empresa hacia las personas trabajadoras, consolidando una identidad como "empresarias de sí" y, en tanto tal, como capital que se valoriza en actos, alcanza escaños para avanzar en su trayectoria y asume riesgos como apuesta de crecimiento y desarrollo. Su desgaste, entonces, depende de la forma de administrar dichos riesgos y de los aseguramientos que de la evaluación de ellos se desprendan. Esta percepción se refuerza materialmente por la precariedad del trabajo que trajo la pérdida de derechos laborales-colectivos y universales, el deterioro de las condiciones de vida generales de esas personas y el enmascaramiento de las relaciones laborales de dependencia en múltiples formatos contractuales que individualizan tanto como vulneran la condición y situación de realización del trabajo.

Ante la experiencia generalizada de indefensión, desmembramiento y fragmentación del colectivo laboral, así como la mengua de acciones colectivas, lo que domina es una "psicologización de la política", dicen Crespo y Serrano (2011, p. 248):

> La psicologización la consideramos como una tecnología de lo social orientada a la producción de subjetividades, por medio de la cual los problemas sociales son transformados en problemas personales, mediante el recurso a conceptos y explicaciones de corte psicológico individual. La psicologización es una característica central del nuevo capitalismo.

Como consecuencia los y las profesionales denotan desmejoramientos personales que, al no poder ser canalizados como colectivo, ni en su construcción ni en sus expresiones, emergen directo sobre el cuerpo como deterioro individual, especialmente de la esfera subjetiva. Esta forma de percibir el emergente malestar laboral como problema psicosocial[9] licua las causas tanto como las consecuencias de la gestión política del capital sobre el trabajo, reenviando hasta en sus consecuencias la responsabilidad

[9] Gollac y Bodier (2011, p. 109): "Son los riesgos para la salud física, psíquica, mental y social engendrados por los determinantes socioeconómicos, la condición de empleo, la organización y el contenido del trabajo y los factores relacionales que intervienen en el funcionamiento psíquico y mental de los trabajadores".

al individuo. En este camino, para hacer frente a estos "nuevos riesgos del trabajo" que portan el contenido, la organización y consolidación del hacer laboral es que la persona trabajadora debe adaptarse, gestionar las emociones o consolidar modos de resiliencia. La fuerte aparición de la concepción de "riesgos psicosociales del trabajo" denota una parte de la problemática: la que encarna en cada sujeto y, como barrera última, hace síntoma sobre él, en tanto invisibiliza su denominador común, colectivo, transindividual y generalizado en función de la misma gestión política que induce al síntoma – la política de psicologizar, enviar al individuo los costos, consecuencias y afectaciones del trabajo. Nunca más pertinente hablar de "patologías laborales" pues lo que se expresa en estos problemas que atañen a la esfera subjetiva de los y las trabajadoras es un "*pathos*"[10] – no una enfermedad, sino una forma tal de existencia que involucra las emociones: la forma de ser en, con, por el trabajo como problemática primero y desbarranque individual, después.

Veremos ahora algunos indicadores *proxi* de esta configuración relacional en una aproximación empírica realizada a médicos y médicas durante la pandemia.

Acerca de profesionales de medicina en situación de pandemia

La importancia de ponderar las repercusiones en las condiciones de trabajo de profesionales de medicina que se enfrentaron por primera vez, al igual que toda la población, a una pandemia global con consecuencias muy poco avizoradas nos llevó en los meses de junio y julio de 2020 a proponer un sondeo breve a quienes estuvieran en el ejercicio de la profesión en pandemia.[11]

El cuestionario tuvo carácter anónimo, enmarcado en el consentimiento informado de las personas encuestadas. Cada encuestador relevó al menos 10 casos de colegas médicos y médicas en situación de trabajo durante la pandemia.

Con respecto a las características demográficas de la población entrevistada podemos señalar que a nivel de género reconocido se identificaron el

[10] Canguilhem (1971, p. 101) indica: "Patológico implica pathos, sentimiento directo y concreto de sufrimiento y de impotencia, sentimiento de vida contrariada".

[11] Agradecemos la participación de la cátedra de Estadística del Posgrado en Medicina del trabajo de la Universidad Nacional de Cuyo que favoreció la realización del operativo y dio marco al entorno virtual para la construcción de datos y a los y las estudiantes que participaron de la misma como encuestadores.

50,1% como varones y el 49.8% como mujeres. La mayoría de las personas entrevistadas se encuentra en el momento de trayectoria profesional más intenso, ya que tiene un promedio de 39 años; el 66% tiene hijos, en tanto, de ese total, el 53% cuenta con hijos menores a cargo, siendo 1,2 la cantidad promedia de hijos por persona entrevistada. Solo el 20% se autopercibió como población de riesgo frente al COVID-19 (por comorbilidades).

La especialidad fue interrogada como pregunta abierta; la mayoría de los encuestados se ubicó en clínica médica a la que siguieron los emergentólogos y cirujanos. Sobre la distribución por géneros dentro de las especialidades llamó la atención la equidad entre ambos en la mayoría salvo en el puesto de Guardia, en que predominan los varones (62%), y en el de Quirófano, las mujeres (67%). Es importante destacar que la práctica de clínica médica fue suspendida (solo se atendían pacientes con el virus, así como otras prácticas médicas relativas a tratamientos crónicos, cirugías etc.) en relación con las disposiciones nacionales y provinciales de Distanciamiento y Aislamiento Social Obligatorios (DISPO-ASPO) y que los médicos se abocaron a casos de urgencia.

Los problemas para establecer el tipo de relación laboral y el ámbito de trabajo muestran dos cuestiones ya señaladas entre profesionales de medicina: la prevalencia del pluriempleo y de la precariedad en la mayoría de los puestos que ejercen. Al respecto, solo el 27% de las personas entrevistadas pudo "ubicarse" en alguna dimensión de las relaciones laborales reconocidas y formales. De ese total, el 12% se percibió como "personal estable o de planta", el 8,1% como "monotributista", 3% como "prestador" y 2,7% como "contratado".[12] Esta situación se replica en el ámbito público tanto como en el privado: el 46.6% de los encuestados pertenecen al primero, el 42% al segundo y el 10.8% a ambos ámbitos. El resto no contestó la pregunta.

Es importante destacar nuevamente el momento de toma de los datos, muy al principio de la pandemia.[13] Cuando se les preguntó a los

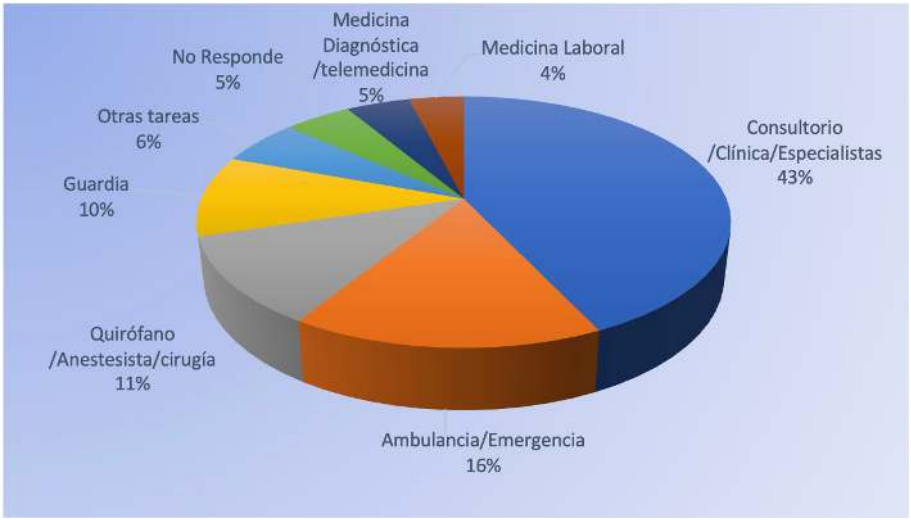
---

[12] En Argentina, "monotributista" y "prestador" son formas de relaciones laborales que enmascaran la dependencia laboral de un tercero. El régimen de horarios, contenido, carga y control del trabajo es ejercido por la patronal, sin embargo, el profesional médico debe emitir factura por su trabajo (como si fuera independiente), haciéndose cargo de la presión impositiva, seguridad social y previsional de su ejercicio profesional.

[13] Los datos oficiales para la semana del 30 de julio al 6 de agosto mostraban un total general de contagios desde el comienzo de la pandemia de 1923 casos, 504 recuperados y 47 personas fallecidas. Fuente Gobierno de Mendoza, disponible https://www.mendoza.gov.ar/prensa/informe-covid-19-semana-del-30-de-julio-al-6-de-agosto-de-2020/ última consulta 7/10/2021.

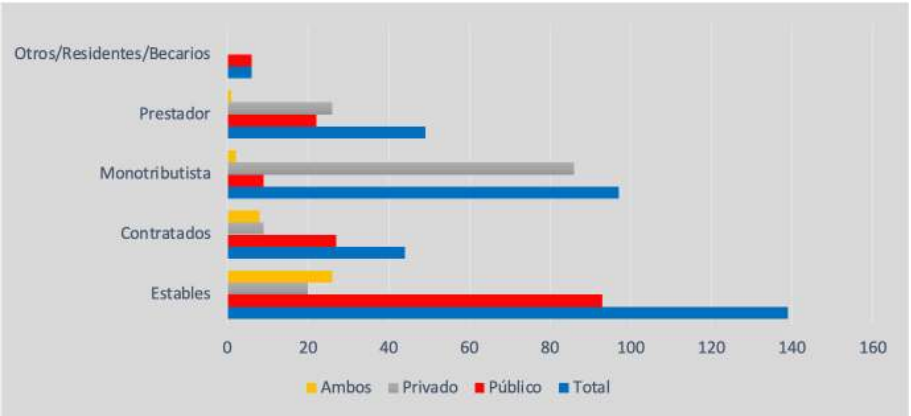
profesionales qué riesgos percibían con respecto a la misma, la mayoría identificó los más importantes como desbordes de la cantidad de casos, trabajadores o fase de la pandemia. Las cuestiones propias del ambiente e higiene del trabajo fueron minimizadas, sobre todo en lo relativo a higiene, limpieza y vestuario.

Gráfico 1. Distribución por especialidad de médicos y médicas encuestados, Mendoza. Argentina 2020



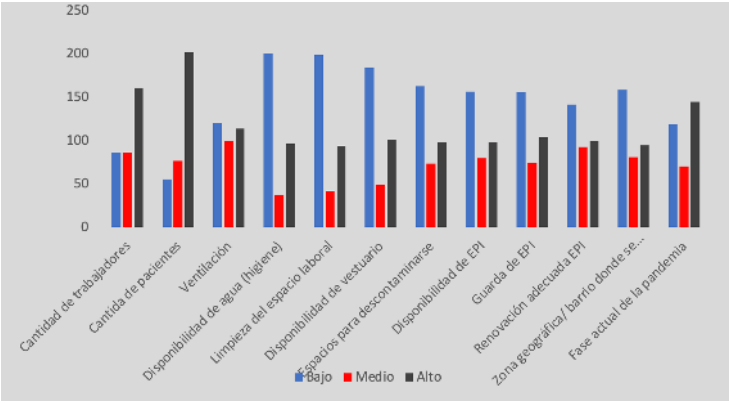
Fuente: Elaboración propia sobre la base de la encuesta realizada.

Gráfico 2. Relación laboral y ámbito de trabajo. Médicos y médicas encuestados, Mendoza-Argentina 2020



Fuente: Elaboración propia sobre la base de la encuesta realizada.

Gráfico 3. Riesgos percibidos por ítem. Médicos y médicas encuestados, Mendoza-Argentina, 2020



Fuente: Elaboración propia sobre la base de la encuesta realizada.

La situación cambia sustancialmente cuando se pregunta por los mayores temores con respecto a la pandemia. La mayoría marca como central las carencias de insumos (95%), le sigue el temor al contagio familiar (93%). La mayoría no imputa temores de relevancia relativos al trabajo, su desempeño o el puesto, la exposición al virus o a las cargas laborales, las que no figuran en demasía, salvo como incremento de la jornada laboral (solo mencionada en 33%). No hay referencias a las exigencias laborales, el sobre empleo y la exposición por la rotación de trabajos o puestos, provocados por la situación de pandemia. Por otra parte, llama la atención que se exprese el temor al cuestionamiento social en términos de escrache[14] (53%) con el mismo porcentaje de referencia que el temor al contagio propio (53%).

Más allá de la novedad de la situación y las características de la enfermedad y sus consecuencias, el 75% de los encuestados respondió tener los conocimientos suficientes y necesarios para hacer frente al COVID-19.

Sobre el sentimiento de recibir apoyos frente a la situación de pandemia los y las profesionales reconocieron en primer lugar a la familia (87,5%) y los colegas (86%) más lejos a la institución para la que trabajan (79%) aunque en un porcentaje relativamente alto. La mayoría de las personas

[14] El término "escrache" hace alusión a una forma específica de recusación pública-social que se originó de la mano de organismos de DDHH en nuestro país, sobre todo de la agrupación H.I.J.O.S - Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio) (isi no hay justicia, que haya escrache!) Sobre la génesis y trayectoria de esta forma de acción colectiva ver Bravo (2011).

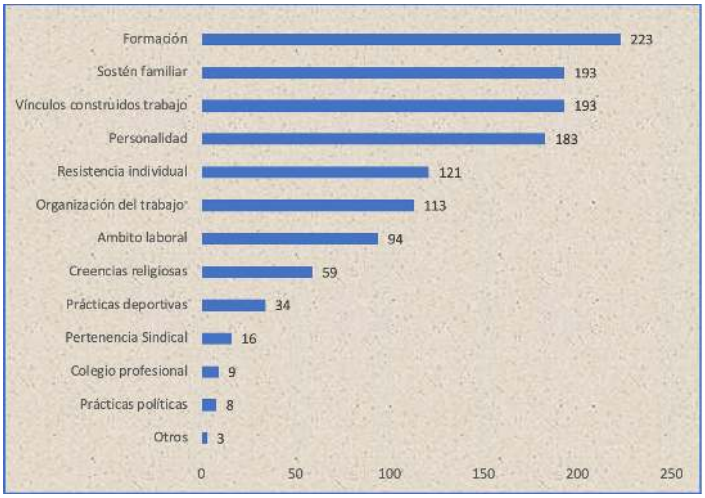
encuestadas son reticentes a buscar apoyo profesional para su salud mental (27%), mientras que el 30% encontró apoyo en el Colegio Profesional o el sindicato. Finalmente, en torno a las fortalezas que percibían para hacer frente a la situación se impusieron la formación profesional y los vínculos personales y familiares como los más significativos. Muy lejos se encuentra el reconocimiento de colectivos de representación sindical/profesional.

Gráfico 4. Temor mayor frente al COVID-19. Médicos y Médicas encuestados, Mendoza, Argentina, 2020



Fuente: Elaboración propia sobre la base de la encuesta realizada.

Gráfico 5. Fortalezas reconocidas por los y las profesionales médicos, Mendoza Argentina, 2020



Fuente: Elaboración propia sobre la base de la encuesta realizada.

Reflexiones sobre la asociación entre variables[15]

Realizamos el test de chi cuadrado de independencia con la intención de estudiar la incidencia en la subjetivación política de la organización laboral a través de los modos en que se realiza la gestión de la fuerza de trabajo. Se cruzó una por una las variables categóricas de "género percibido", "conoce covid", "persona de riesgo", "relación laboral" y "ámbito laboral" con cada *set* de variables de apoyo, temores y fortalezas. Se estableció el umbral de significación en $p < .05$.

Verificamos resultados significativos con respecto a la relación entre ámbito laboral y consideración de apoyo psicológico. Los profesionales de la salud insertos en ámbitos públicos manifiestan mayor probabilidad de contar ese tipo de apoyos. En relación con la asociación entre ámbitos y temores, dos aparecen como significativos y se vinculan con el ámbito público. Los profesionales insertos en el sector público fueron más proclives al temor a la rotación entre puestos de trabajo y la sobrecarga horaria. Esto se relaciona en general con la presión de demanda que sufrió la salud pública durante la pandemia. Sin embargo, la asociación fortalezas-ámbito muestra que los vínculos laborales más seguros fueron un punto positivo para sostener los temores de estos profesionales ya que en el ámbito público hubo mayor tendencia a reconocer esa fortaleza (Tabla 1).

Con respecto a los cruces entre relación laboral y temores/fortalezas, se corroboró asociación significativa con las variables de temor a violencia laboral, apoyo psicológico, temor a la rotación del puesto, temor a la falta de apoyo institucional, temor a mayor carga horaria y fortalezas en el sindicato. Los profesionales más precarizados (contratados y prestadores) mostraron mayor probabilidad a contestar afirmativamente sobre los temores a la violencia laboral, la sobrecarga horaria y la falta de apoyo institucional. En tanto el plantel estable demostró probabilidad mayor de contar con fortalezas en el sindicato y apoyo psicológico (Tabla 2).

En el cruce entre ámbito y temor a rotación en el puesto, hay más temor en públicos (17,8%) que en privados (5,7%), lo que hace evidente un nivel superior de preocupación en un sector que en otro. Sin embargo, el temor en sí mismo no aparece como una preocupación que sea importante para la población encuestada en general.

[15] El procesamiento de datos de este apartado fue realizado por Daniel Yazlle, del INCIHUSA-CCT Mendoza, a quién agradezco su inmensa colaboración.

Tabla 1. Asociaciones significativas con la variable categórica "ámbito"

Variables	AMBITO			
	RTA.	Público	Privado	Total
Apoyo Psicológico n:298 gl:1 X^2:20,522 p: ,000	Sí	40,10%	16,30%	28,90%
	No	59,90%	83,70%	71,10%
Temor a la rotación del puesto de trabajo n:298 gl:1 X^2: 10,343 p:,001	Si	17,80%	5,70%	12,10%
	No	82,20%	94,30%	87,90%
Temor a mayor carga horaria n:298 gl:1 X^2:5,892 p:,015	Si	25,50%	14,20%	20,10%
	No	74,50%	85,80%	79,90%
Fortalezas en el vínculo laboral n:298 gl:1 X^2:9,259 p:,002	Si	64,30%	46,80%	56,00%
	No	35,70%	53,20%	44,00%

Nota: Donde n es el tamaño de la muestra con la que se hicieron los cálculos; gl son los grados de libertad; X^2 es el valor del test de chi cuadrado; p la significación de los resultados.

Fuente: Elaboración propia.

Tabla 2. Asociaciones significativas con la variable categórica "relación laboral"

Variables	RELACIÓN LABORAL					
	RTA.	Estable	Contratado	Monotributista	Prestador	Total
Temor a Violencia Laboral n:329 gl:3 X^2:14,700 p: ,002	Sí	7,20%	29,50%	16,50%	14,30%	14,00%
	No	92,80	70,50	83,50	85,70	86,00
Temor mayor carga horaria n:329 gl:3 X^2: 9,443 p: ,024	Si	23,70%	29,50%	10,30%	22,40%	20,40%
	No	76,30	70,50	89,70	77,60	79,60
Temor a rotación en el puesto n:329 gl:3 X^2:17,365 p: ,001	Si	14,40%	27,30%	3,10%	18,40%	13,40%
	No	85,60	72,70	96,90	81,60	86,60
Temor falta apoyo Institucional n:329 gl:3 X^2:8,598 p:,035	Si	36,00%	43,20%	21,60%	36,70%	32,80%
	No	64,00	56,80	78,40	63,30	67,20
Fortaleza en Sindicato n:329 gl:3 X^2:10,616 p: ,014	Si	9,40%	2,30%	1,00%	2,00%	4,90%
	No	90,60	97,70	99,00	98,00	95,10
Apoyo Psicológico n:329 gl:3 X^2: 12,636 p: ,005	Si	36,00%	31,80%	15,50%	24,50%	27,70%
	No	64,00	68,20	84,50	75,50	72,30

Nota: Donde n es el tamaño de la muestra con la que se hicieron los cálculos; gl son los grados de libertad; X^2 es el valor del test de chi cuadrado; p la significación de los resultados.

Fuente: Elaboración propia.

Con respecto a la variable "conoce Covid", los resultados significativos vuelven a girar en torno a la autorresponsabilidad y las posibilidades individuales de hacer frente a la pandemia. Hay asociación entre conocimiento y contar con información actualizada, así como conocer sobre el tema se vincula a la fortaleza en la formación propia. En tanto los que menos conocen sobre COVID tienen mayor temor al contagio personal y a que la situación se torne incontrolable. También este último grupo encuentra más apoyo en sus vínculos familiares (Tabla 3).

Tabla 3. Asociaciones significativas con la variable categórica "conoce Covid"

Variables		Conoce sobre COVID		
	RTA.	Conoce Si	Conoce No	Total
Apoyo en Información Actualizada n:335 gl:1 X^2: 20,717 p: ,000	Si	77,30%	51,20%	70,70%
	No	22,70%	48,80%	29,30%
Temor a contagio personal n:335 gl:1 X^2: 6,858 p: ,009	Si	49,00%	65,50%	53,10%
	No	51,00%	34,50%	46,90%
Temor situación incontrolable n:335 gl:1 X^2: 11,311 p: ,001	Si	36,30%	57,10%	41,50%
	No	63,70%	42,90%	58,50%
Fortaleza en la formación n:335 gl:1 X^2: 15,885 p: ,000	Si	72,50%	48,80%	66,60%
	No	27,50%	51,20%	33,40%
Fortaleza en sostén familiar n:335 gl:1 X^2: 15,846 p: ,000	Si	51,40%	76,20%	57,60%
	No	48,60%	23,80%	42,40%

Nota: Donde **n** es el tamaño de la muestra con la que se hicieron los cálculos; **gl** son los grados de libertad; **X^2** es el valor del test de chi cuadrado; **p** la significación de los resultados.

Fuente: Elaboración propia.

Con respecto a la variable que remite al género, se verificó la relación entre sexo y apoyo/reconocimiento institucional (mayor en varones), fortaleza en la familia (mayor en mujeres), temor a tener más responsabilidad en el puesto (mayor en mujeres) y temor a rotación en el puesto (mayor en mujeres). Según nuestra lectura, los temores aluden a la fragilidad laboral del puesto y las fortalezas relativas al ámbito personal-familiar (Tabla 4).

Aproximadamente un cuarto de las personas encuestadas manifestó temor a ser acusado de mala praxis. Profesionales que se perciben como grupo de riesgo (por presentar alguna comorbilidad) tienen mayor probabilidad de expresar este temor con respecto al grupo de los encuestados que se manifestaron como población sin riesgo.

Tabla 4. Asociaciones significativas con la variable categórica "género"

Tabla con asociaciones significativas	**Género percibido**			
	RTA.	**Mujer**	**Varón**	**Total**
Apoyo / reconocimiento Institucional n:335 gl:1 X^2: 6,056 p: ,014	Si	44,60%	58,10%	51,30%
	No	55,40%	41,90%	48,70%
Fortaleza en sostén familiar n:335 gl:1 X^2: 9,876 p: ,002	Si	66,10%	49,10%	57,60%
	No	33,90%	50,90%	42,40%
Temor a mayor responsabilidad en el puesto n:335 gl:1 X^2: 6,786 p: ,009	Si	28,00%	16,20%	22,10%
	No	72,00%	83,80%	77,90%
Temor a rotación en el puesto n:335 gl:1 X^2: 9,942 p: ,002	Si	19,60%	7,80%	13,70%
	No	80,40%	92,20%	86,30%

Nota: Donde **n** es el tamaño de la muestra con la que se hicieron los cálculos; **gl** son los grados de libertad; **X^2** es el valor del test de chi cuadrado; **p** la significación de los resultados.

Fuente: Elaboración propia.

Tabla 4. Asociaciones significativas con la variable categórica "persona de riesgo"

Tabla con asociaciones significativas Riesgo Si		**Personal que se percibe con riesgo (comorbilidades Covid-19)**		
		Riesgo No	**Total**	
Temor a la acusación de negligencia	Si	38,20%	61,80%	24,80%
	No	21,30%	78,70%	75,20%
n=335 gl=1 X^2=8,293 p=,004				

Nota: Donde **n** es el tamaño de la muestra con la que se hicieron los cálculos; **gl** son los grados de libertad; **X^2** es el valor del test de chi cuadrado; **p** la significación de los resultados.

Fuente: Elaboración propia.

Notas finales a modo de cierre

A la manera de un laboratorio social de magnitudes globales, la pandemia de COVID-19 sirvió y sirve para profundizar reflexiones e indagaciones sobre procesos tan naturalizados como expuestos a la vista. Este es el caso de las formas de emprendedorismo que embeben al nuevo sujeto laboral, autorresponsable, flexible a la incertidumbre y proclive a la asunción del riesgo laboral como riesgo "propio". En un contexto donde el miedo social

se potenció de modo geométrico, la respuesta de estos profesionales apuntó a reforzar su eficacia, rendimiento y productividad individual, bajo el (des) amparo de sus propias fuerzas y capacidades. Veamos cómo operó este dispositivo *in situ*.

La mayoría de los profesionales médicos y médicas se sintieron preparados para hacer frente a la pandemia debido a su formación, información disponible y actualizada y recursos (centralmente propios como sus vinculaciones entre pares). Este aspecto muy ponderable, da cuenta en su contrafaz de la sobreadaptación de la mayoría de los encuestados a una situación por demás inédita y de proyecciones poco previsibles.

Las fortalezas que destacan las encuentran en sí mismos, sus vínculos familiares y cercanos, lo cual da cuenta de la individuación de los riesgos y la autorresponsabilización que han incorporado como clave de afrontamiento en su desempeño laboral. Los riesgos del propio trabajo son naturalizados al extremo, hasta en la situación inédita que emergió con el COVID-19, las dimensiones que describen de los mismos son básicas e inespecíficas y en general no discriminan distintos tipos de afectaciones (lo cual también denota lo "relativo" del conocimiento e información que manejaban acerca de la situación, por lo menos en el momento de la pandemia en el que se captaron los datos del presente estudio).

En este aspecto, se destaca la localización que hacen de los problemas en ámbitos/procesos externos, que los sobrepasan y que no pueden controlar, tales como la mayor demanda de casos, fases de la pandemia, escasez de recursos, cantidad de trabajadores de los efectores (por la necesidad de distanciamiento social). Estos elementos no son incluidos como constitutivos y permanentes de su situación laboral. También aparece como muy significativa la forma de minimización de cuestiones relativas al desgaste laboral, las sobrecargas, los riesgos inherentes al puesto de trabajo, la extensión de las jornadas laborales, la suspensión de descansos y licencias y con ellas de derechos laborales y las afectaciones del entorno familiar (que también muestran implicancias de autorresponsabilización). No aparecen referencias explícitas a los ámbitos laborales de pertenencia, ni como requerimientos personales y menos aún como cuestiones colectivas (las que efectivamente se sustanciaron muchos meses después en términos de acciones colectivas y reclamos al gobierno provincial, de modo esporádico y con pocos resultados tangibles, sobre todo en términos de reconocimiento

salarial y estabilidad laboral). Nuevamente, el centro de la escena lo toma el sujeto y sus capacidades individuales en tanto que la acción o la mirada colectiva de la cuestión desaparece del horizonte bajo análisis.

En relación con las cargas de trabajo familiares, no emergieron aspectos relativos a la misma, lo cual llama en demasía la atención en función de los datos sobre la cantidad de hijos y la edad de los/las entrevistados. También aquí hay una invisibilización importante de los trabajos de cuidado y de la adaptación a la difuminación de fronteras entre teletrabajo, trabajo presencial y trabajos de reproducción. Estos datos revelan la forma de afrontamiento que se adecua a la intensificación del esfuerzo laboral en todas sus esferas/dimensiones.

Las asociaciones significativas que encontramos refuerzan las afirmaciones generales que realizamos en los parágrafos anteriores. Involucran en términos de fortalezas a las propias destrezas, conocimientos y vínculos en tanto que los temores se relacionan en mayor medida con el ámbito laboral y las relaciones de trabajo. Un temor que no paraliza, sino que motoriza al sujeto emprendedor a trabajar en contextos de incertidumbre, comprometiéndolo mucho más con su desempeño profesional.

Reforzando nuestra perspectiva, las categorías con mayor vulnerabilidad laboral presentan una mayor probabilidad a expresar temores. En tanto que dichos temores no son ciegos al género, las mujeres muestran una tendencia más elevada a los mismos. Tanto opera en estos profesionales la culpabilización y responsabilidad que expresan mayor temor de ser acusados de negligencia aquellos que presentan riesgos de contraer COVID-19 por comorbilidades.

En términos de subjetivación política podemos decir que hay una notable aceptación y consenso sobre las exigencias laborales/sociales que emanan de la concepción de la salud como necesidad sanitaria en contexto de emergencia y servicio público esencial que, sin embargo, entra en colisión con la asignación individual de la responsabilidad para sostener la misma. La desvalorización social del papel que juegan estos y estas profesionales se muestra en los temores a ser 'escrachados', por lo menos según los datos recabados. Aún con esta información que enmarca su desempeño en la pandemia, los y las profesionales de la salud respondieron con una alta valorización de sí (capacidades, información, reconocimiento institucional y familiar) que profundiza su "ascesis de rendimiento" (Laval & Dardot, 2013).

Finalmente, es importante remarcar que más de un año después del comienzo de la pandemia (julio de 2021), a la luz de los sacrificios impuestos

a los y las trabajadores de la salud se exacerbaron las demandas laborales del sector, sobre todo centradas en el salario y fuertemente protagonizadas por los más jóvenes profesionales-residentes, quienes fueron los sujetos de un ciclo de protestas colectivas bajo la consiga: "Esenciales para el pueblo, invisibles para el Estado". Más de 45 días de conflictividad abierta no lograron empero tornar la experiencia común de la pandemia en demanda agregada y logros colectivos. El emprendedor, ha retornado a su ámbito laboral, solo a ejercer de modo eficaz su trabajo.

Referencias

Almeida, Celia. (2000). Reforma del Estado y reforma de Sistemas de Salud. *Cuadernos Médico- Sociales*, (79), 27-58. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000400002

Abrutzky, Roxana, Godio, Cristina, & Bramuglia, Cristina. (2018). Producción estatal de medicamentos en la Argentina del siglo XXI. *Anuario CDEEED*, (9). Obtenido de: https://ojs.econ.uba.ar/index.php/CEEED/article/view/1028

Belmartino, Susana. (2008). Una década de cambios en la organización de la seguridad social médica, ¿reconversión o reforma? In H. Spinelli (comp.), *Salud colectiva: cultura, instituciones y subjetividad. Epidemiología, gestión y políticas* (1. ed., pp. 147-170). Lugar editorial.

Bianchi, Eugenia. (2019). ¿De qué hablamos cuando hablamos de medicalización? Sobre adjetivaciones, reduccionismos y falacias del concepto en ciencias sociales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales, 9*(1), e052. https://doi.org/10.24215/18537863e052

Berardi, Franco B. (2020). *La fábrica de la infelicidad. Nuevas formas de trabajo y movimiento global*. Traficantes de Sueños.

Bravo, Nazareno. (2011). H.I.J.O.S. en Argentina. La emergencia de prácticas y discursos en la lucha por la memoria, la verdad y la justicia. *Sociológica, 27*(76), p. 231-248.

Brown, Wendy. (2016). *El pueblo sin atributos: la secreta revolución del neoliberalismo*. Malpaso.

Canguilhem, Georges. (1971). *Lo normal y lo patológico*. Siglo XXI.

Crespo, Eduardo, & Serrano, Amparo. (2011). Regulación del trabajo y el gobierno de la subjetividad: la psicologización política. In A. O. Bernal (Coord.), *Psicología social crítica* (pp. 244-263). Biblioteca Nueva.

De la Garza, Enrique. (2020). Configuraciones productivas y circulatorias y trabajo no clásico en los servicios, En RELET Año 25, N°20, págs. 19-52. Obtenido de http://alast.info/relet/index.php/relet/article/view/419.

De la Garza, Enrique (2018). *La metodología configuracionista para la investigación en ciencias sociales*. Barcelona: Gedisa.

de Lagasnerie, Geoffroy. (2015) *La última lección de Michel Foucault: sobre el neoliberalismo, la teoría y la política*. Fondo de Cultura Económica.

Fleury, Sonia. (2021) *Estado sin ciudadanos: seguridad social en América Latina* (1. ed., Cuadernos de Salud Colectiva, 16). UNLa.

Foucault, Michel. (2007). *El Nacimiento de la Biopolítica. Curso del Collège de France (1978-1979)*. Fondo de Cultura Económica.

Gollac, Michel, & Bodier, Marceline (coord.). (2011). Mesurer les facteurs psychosociaux de risque au travail pour les maîtriser. Rapport au ministre du Travail, de l'Emploi et de la Santé. Ministère du Travail, de l'Emploi et de la Santé. Obtenido de: https://travail-emploi.gouv.fr/IMG/pdf/rapport_SRPST_definitif_rectifie_11_05_10.pdf

Gramsci, Antonio. (1973). *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*. Nueva Visión.

Laval, Christian, & Dardot, Pierre. (2017). *La pesadilla que nunca acaba. El neoliberalismo contra la democracia*. GEDISA.

Laval, Christian, & Dardot, Pierre. (2015). *Común. Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI*. GEDISA.

Laval, Christian, & Dardot, Pierre. (2013). *La nueva razón del mundo. Ensayo sobre la sociedad neoliberal*. GEDISA.

Lazaratto, Mauricio, & Negri, Antonio. (2001). *Formas de vida y producción de subjetividad*. DP&A.

Mezzadra, Sandro. (2015). *La cocina de Marx. El sujeto y su producción*. Tinta y Limón.

Menéndez, Eduardo L. (1990). El modelo médico hegemónico. Estructura, función y crisis. In E. Menéndez, *Morir de alcohol. Saber y hegemonía médica* (pp. 83-117). Alianza editorial mexicana. Obtenido de http://isco.unla.edu.ar/edunla/cuadernos/catalog/view/8/19/38-2

Modonesi, Massimo. (2016). *El principio antagonista. Marxismo y acción política*. UNAM.

Neffa, Julio C. (2002). *¿Que son las condiciones y medio ambiente de trabajo? Propuesta de una perspectiva*. CEIL.

Ranciére, Jacques. (1996). *El desacuerdo. Política y Filosofía*. Nueva Visión.

Rose, Nikolas. (2012). *Políticas de la vida. Biomedicina y Subjetividad en el siglo XXI*. UNIPE Editorial Universitaria.

Tobar, Federico. (2012). Breve historia del sistema argentino de salud. In O. Garay (coord.), *Responsabilidad profesional de los médicos. Ética, bioética y jurídica. Civil y Penal*. Editorial La Ley. Obtenido de https://www.mendoza.gov.ar/salud/wp-content/uploads/sites/16/2017/03/Modulo-2-Tobar-historia-SSA.pdf

Tobar, Federico. (2006). Descentralización y reformas del sector salud en América Latina. In Z. Yardón et al. (ed.), *Descentralización y gestión del control de las enfermedades transmisibles en América Latina* (pp. 65-114). OPS.

Virno, Paolo. (2004). *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas*. COLIHUE.

Zangaro. Marcela. (2011). *Subjetividad y trabajo. Una lectura foucaultiana del management*. Herramienta.

Zangaro, Marcela. (2010). Subjetividad y trabajo: el management como dispositivo de gobierno. *Revista Trabajo y Sociedad, XV*(16), p. 99-100, 2011.

Recibido: 11 nov. 2021.
Aceptado: 12 mayo 2022.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.807

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Nursing in Brazil: a sociological perspective on a successful journey (1920-1950)

Enfermagem no Brasil: perspectiva sociológica de uma trajetória de sucesso (1920-1950)

Luiz Antonio de Castro-Santos[*]

ABSTRACT
The article analyses the institutionalization of the nursing profession, by reviewing its historical backgrounds, highlighting the role of the engagement and association between those who propagated new principles and practices for caring, and the professional models that prevailed at different times. It reveals how the professional, cultural and political environment, and especially the degree of State intervention, were jointly responsible for shaping the standards for professional development and labor in each country or region. And then examines the development of the profession in Brazil.

Keywords: nursing, sociology of professions, hospital model, public health nursing, psychiatric nursing.

RESUMO
O artigo analisa a institucionalização da profissão de enfermagem, revisando seus antecedentes históricos, destacando o papel do engajamento e associação entre aqueles que propagaram novos princípios e práticas de cuidar e os modelos profissionais que prevaleceram em diferentes épocas. Revela como o ambiente profissional, cultural e político, e principalmente o grau de intervenção do Estado, foram corresponsáveis pela formação dos padrões de desenvolvimento profissional e laboral em cada país ou região. A partir disso, analisa o desenvolvimento da profissão no Brasil.

Palavras-chave: enfermagem, sociologia das profissões, modelo hospitalar, enfermagem em saúde pública, enfermagem psiquiátrica.

[*] Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, BA, Brasil.

I

Nursing has gradually taken shape as a professional area since the early twentieth century, or even earlier in the view of historians who highlight the legacy of Florence Nightingale (1820-1910) as a veritable rite of initiation for the profession on a world scale. Indeed, her personal influence and the strength of her charisma are not in question and have had a lasting impact in many regions of western Europe. However, the basic preconditions for professionalism received their greatest boost not only from the "lady with the lamp" – who is even today an icon of change in nursing worldwide – but more importantly from the engagement and association between those who propagated new principles and practices for caring, which changed and adapted to new scenarios in the passage from the old to the new world, defying but also integrating into long-held beliefs and routines in nursing. Countless nurses – leaders like Ethel Bedford-Fenwick in the UK, Anna-Emilie Hamilton in France, Mary Adelaide Nutting and Lavinia L. Dock in the USA, to mention a few of the most active – inspired their followers with a sense of mission and a quest for identity. It was they, amongst others, who led the strongest associations, making great inroads in the formation of a profession. By the late nineteenth century and the first decades of the twentieth century, national and international conferences and meetings provided a channel or catalyst for large scale movements and associations, which assured an exchange between nurses encouraged by professional and feminist ideals in many corners of the globe.

The literature contains some conflicting viewpoints. It is held, for instance, that long before Florence Nightingale, nursing had already become a profession. The UK provides the most revealing scenario, as it is suggested that there were many categories of male and female health workers as far back as the early 1800s, such as private duty carers for ill members of wealthy families, and physicians' assistants in hospitals (almost always men), who helped them with dressings, bleeding, cupping, baths, the preparation and administration of potions, etc. One text that defends such an interpretation is by Dingwall, Rafferty and Webster (1988). However, these same authors also mention the possibility of a contrasting viewpoint when they indicate that private duty nurses were quite marginal in English households, while hospital assistants were only involved in routine tasks (ibid: 14-18). In both

hospitals and private spaces, "there was little technical content" (p. 18) in the activities carried out by the carers, who normally came from underprivileged classes and had no access to culture.

The point is that the hospital-based training centers in Europe were not yet emblems of professionalism, as they did not offer a systematic set of knowledge nor organized social networks (Collins, 2004) to assure the kind of interaction capable of establishing new roles or an autonomous institutional space, characteristics that would seal the *esprit de corps* of qualified nurses only later, in the late 1800s and early 1900s. In 1860, the Nightingale School of Nursing, the first prominent educational institution for nursing in Europe, adopted a hospital-inspired model, from which American institutions quickly deviated, giving greater emphasis to home visits. As Celia Davies, British historian and editor of the periodical *Rewriting Nursing History*, notes, "Nightingale's image of the trained nurse was of the hospital matron; the American leaders were always prone to think of the private nurse in the community" (Davies, 1983, p. 53-54). These circumstances led to new kinds of support for qualified nurses, who worked alone, and community and public health services started to expand to other countries. Undoubtedly, there was some influence here of the concerted international effort to mitigate the suffering of the soldiers in the battle fields, which led to the organization of the International Committee of the Red Cross in 1863, formed by several national units, in Europe and Japan. Shortly afterwards, it became clear that the entity's role would extend beyond troops and barracks. Historian John F. Hutchinson (1995) records the words of German public health leader, Rudolf Virchow, at the International Conference of the Red Cross in Berlin in 1869. He expressed the view that the organization should turn its efforts to the suffering of people in times of peace, not just during wartime (Hutchinson, 1995, p. 17, 21).

These specific concerns about the health of peoples fueled the first expressions of professional activism in hospital environments, led by former students of the "Nightingale schools". One powerful sign of this resistance to the power exerted by physicians over 'carers', who already far outnumbered their male counterparts, was the creation of the Royal British Nurses' Association in 1887 under the leadership of Ethel Bedford-Fenwick, who brooked the "strenuous opposition" of the Hospitals Association and Florence Nightingale (Davies, 1983, p. 55). Florence defended the need

for young candidates to have a "vocation" – a facet of professionalism that spread beyond the North and South Atlantic, reaching colonial Australia in the Pacific, and finally Korea and Japan in the early twentieth century (Godden & Helmstadter, 2004; Takahashi, 2002). Judith Godden and Carol Helmstadter raise the controversial point that "the concept of the woman's mission undermined the equally important concept of nurses' professional training," (Godden & Helmstadter, 2004, p. 157). They go on to say that, 'missionaries' or not, these nurses had clinical knowledge that was highly effective "in the newly medicalized hospitals" (p. 164), and that the Nightingale-inspired supervisors in many parts of the world – such as Lucy Osburn, appointed Lady Superintendent at Sydney Hospital in 1868 – "were a major challenge to the patriarchal structure of the hospital," (p. 166). As one can see, the unease caused by gender and professional domination was felt not just in public health but also in the hospital domain. As we see it, the professional ethos of "motherliness, religious commitment, repression, and moral influence" (p. 164) was never so predominant, and even if it was, its historical role must be reassessed. Rather than clashing with the professional dimension, it often provided a powerful emotional undercurrent for the attainment of a collective identity, an essential precondition for achieving greater autonomy.

Without a doubt, the first model to spread out from England was the hospital model, inspired by Florence Nightingale. During the 1890s, the supremacy of this model underwent its first review on the other side of the Atlantic at Johns Hopkins University. It was there in Baltimore that the first university course for nursing was established (Williamson, 2000). From 1890 on, it provided a unique opportunity for young students to leave the hospital 'cloisters' and experience the more democratic campus environment. An influential figure behind many of these changes was Ethel Bedford Fenwick, who had discussed her ideas with Adelaide Nutting and Lavinia Dock, leading figures from Johns Hopkins, at a conference about social services and philanthropy in Chicago in 1893.[1] It was there that the seeds of two entities took root: the National League of Nursing Education and the American Nurses Association (Davies, 1983, p. 50). It was there, too, that bonds of friendship and professional solidarity were forged between the different leaders, providing the beginnings of a lasting sisterhood. At

[1] I owe this information to P.-Yves Saunier.

another conference, this one held by the International Council of Women in 1899, Ethel Bedford Fenwick defended a different cause: the creation of the International Council of Nurses (ICN) that very year, adding its influence to the efforts of the first American associations, which were national only up to a point, for they became key elements in the circulation of agents and ideas amongst many countries. Such was the case of the repercussions in France, where nurse Anna Hamilton, who had trained in medicine at Montpellier in 1900, took up the banner of the underrated profession of nursing in her country. As she developed her career, she bore the brun of severe criticism from other areas of the profession, especially of a religious leaning, and "throughout her career (…) maintained a regular correspondence with nursing leaders in the United States and England" (Schultheiss, 2001, p. 86).

But the real turnabout in the conception of professional nursing ultimately owed more to political factors than to any eloquent defense of health care or the efforts of the profession's first leaders. Woodrow Wilson, President of the USA between 1913 and 1921, defended a project for a League of Nations – "the quintessence of the progressive vision"[2] (Wiebe, 1965, p. 216, 273, 279) and supported a proposal put forward by sanitarians to group the Red Cross organizations under a single agency linked to the League of Nations (Hutchinson, 1995, p. 23). "Wilson and his advisors," writes Hutchinson, "were looking for some immediate and practical demonstration that the 'international spirit' they were invoking in Paris was not simply a figment of their own imaginations" (Hutchinson, 1995, p. 23). Many critics pointed out the supposed fragility of the International Committee of the Red Cross and the need for a more active agency to promote cooperation between its member states. In Cannes in April 1919, a conference of the committee brought together physicians and representatives of philanthropic entities, and gave over a special session to nurses. At the end, their specific proposals for the field were added to the resolutions on public health (Hutchinson, 1995, p. 25). This provided the cornerstones for the League of Red Cross Societies and a specific programmatic line called the Public Health Division.

Historian Anne Marie Rafferty discusses the rivalries that permeated – and drove forward – international cooperation in the health sector, and

[2] In the United States, Progressivism was a movement inspired by professionals, small urban and rural businesspeople, and the middle classes, who called for government regulation of large corporations, legislation to protect society, the abolition of child labor, and other innovative political measures. W. Wilson supported many of the movement's claims.

shows how the new League got involved in political and administrative quarrels with philanthropic entities, such as the Rockefeller Foundation, when they sought to sow the fertile field of nursing, especially public health nursing, in the years following the Great War. The Rockefeller Foundation, a favorite target of the League's attacks, sponsored public health nursing and nursing schools in the USA, Europe and Latin America from the 1920s on, such as the schools at the University of Yale and at Rio de Janeiro (Anna Nery), and provided decisive support for the creation of national nursing associations, such as the Brazilian Nursing Association (*Associação Brasileira de Enfermagem*, or ABEn), in 1926 –, as well as opening and running primary health care units in different parts of the world (Rafferty, 1995; Castro-Santos & Faria, 2004; Faria, 2006). But the clashes and quarrels were actually music to the ears of the new leaders of international nursing, which started to take on its own identity and form thanks to the political stimulus provided by the conflicts and alliances.

Though the International Council of Nurses (ICN) was created at the turn of the twentieth century, it could only be described as a kind of 'private club' for British, American and German professionals for its first twenty years or so of existence (Takahashi, 2002, p. 103). However, in the period between the wars, the political clashes mentioned between the League of Red Cross Societies, the Rockefeller Foundation, and other voluntary agencies encouraged a greater interaction and discussion between the leaders of the profession and their proposals, and 'charged the batteries' of the associations in different countries and internationally. A revitalized ICN emerged from this process. If we had to name an 'ideal' forum for the transnational connection and interchange in the field of nursing in those early years of the twentieth century, it would be the ICN. The conferences held in different countries in Europe and the Americas during that period of upheaval provided a forum for an ever richer exchange of information and interaction and reflected in time the circulation of ideas and individuals, which was even stimulated by the preparation of the many events. The agenda and topics were extremely wide-ranging, often borrowing from other forums of a similar nature, such as the meetings of the League of Red Cross Societies, the International Council of Women (Ethel Bedford Fenwick, the figure behind the ICN, was also very active in the ICW) and the International Labor Organization (created in 1919 by the Peace Treaty agreed after WWI) (Takahashi, 2002; Rafferty,

1995). Anne Marie Rafferty describes the links between the ILO and the ICN that leaders of the stature of Ethel Fenwick forged. "Drawing upon the language of the international labour movement, Mrs. Fenwick argued that 'if the poet's dream of the brotherhood of man is ever to be fulfilled, then surely a sisterhood of nurses is an international idea'" (Rafferty, 1995, p. 276). If the feminist and socialist aspects of the movement, as highlighted in the literature, were aired at the ICN meetings (Takahashi, 2002), then the even wider issues of citizenship and universal rights tackled by the ILO could also be envisaged (Rafferty, 1995, p. 277). Rafferty raises a controversial topic: could we be seeing an incursion of the professional domination of the USA as a kind of "subtext of internationalization" of the world of nursing? (Rafferty, 1995, p. 277). We believe that an alternative reading of the growing internationalization could be that it was a time when the British ruling power, or indeed the supremacy of any other 'model', lost their force, when any supposedly 'national' models were overthrown. But ultimately what was at stake was the political agenda or the professionalization policy within the ICN, which pointed towards a growing autonomy, a more active stance, and a strengthening of anti-patriarchal values amongst nurses in western nations. From this perspective, it hardly matters whether the British or the Americans held the 'hegemonic role'. Nonetheless, whatever the effective progress made in the profession under the auspices of the International Council of Nurses and the growing numbers at their periodic meetings, it is impossible to ignore the contrasting picture in Asia (Takahashi, 2002), where the prospects for a strengthening of the profession were still discouraging.

Let us now turn to the new principles and practices of professionalism and how they affected the state of epidemiology. Even though some diseases like malaria, trachoma and tuberculosis were a blight common to many western and eastern societies (Castro-Santos & Faria, 2004; Healey, 2006; Murard & Zylberman, 1987; Rafferty, 1995, p. 269; Takahashi, 2002), the institutional responses to the epidemics and the attempts to meet the human resource and professional needs varied greatly from country to country. The Rockefeller Foundation's International Health Board financed and supervised widespread campaigns against tuberculosis and malaria and nurses training programs in western and eastern Europe.[3] Against

[3] For an outstanding analysis of the activities of the International Health Board against tuberculosis in France, see Murard and Zylberman (1987).

this backdrop of international cooperation, there inevitably emerged a wide range of situations in different nation states. The fact is that the professional, cultural and political environment, and especially the degree of State intervention, were jointly responsible for shaping the standards for professional development and labor in each country or region. In France, for instance, there were more schisms and disagreements amongst the leaders of the profession about their respective ideas for education for the field than one might expect, given the extent to which international reformist ideas were circulating there. Historian Katrin Schultheiss discusses this topic in detail, portraying the conflict between Anna Hamilton, reformer and founder of training programs in Bordeaux which aimed to produce "highly trained career nurses", and the religious establishment in Lyons and Paris (Schultheiss, 2001, p. 5, 7). As already mentioned, the first conferences of the International Council of Nurses back in the first decade of the twentieth century provided the forums for interchange between European and American leaders. In France, Anna Hamilton was a key participant at these conferences. Rejecting the common belief that foreign proposals "would not take hold in Catholic France," argues Schultheiss, the reformist thrust in Bordeaux "drew liberally on the experiences of foreign reform efforts." In Bordeaux, matrons were hired that had been trained outside France and who kept in regular contact with the international community "in an effort to establish a clear professional identity for the 'new nurse'" (Schultheiss, 2001, p. 87). In the words of historian Pierre-Yves Saunier, "each French sub-group had its *foreign* patrons and references which were used in the national competition to design the new French nurse," (Saunier, personal communiqué, November 13, 2006; italics added).[4]

[4] The conclusions of a recent study that the French 'model' "gave precedence to democratic education" and "revolutionized the practice of nursing" (Moreira & Oguisso, 2005, p. 17) seem to us unjustified or even unfounded. There existed different schools of thought in the country, as we have tried to show. Salpetrière allowed for democratic recruitment (but not democratic 'education', which is something quite different), without attempting to create a professional elite, as defended by Anna Hamilton. However, if there was any 'revolution' – the reformist thinking to which Schultheiss refers – it happened most especially in Bordeaux, where a professional elite developed, quite open to international experiences and the formation of associations. Thus, it would be wrong to talk of a 'French' revolution in nursing, especially because there was no real single model, but a deeply divided national experience. Even the struggle against the diseases of the day, like tuberculosis, was led in France with the cooperation of an international agency, the Rockefeller Foundation (Murard & Zylberman, 1987). The Foundation's prospect for nursing was that it be professional, organized in associations, lay, and founded on the scientific knowledge of the time, which had already ceased to be 'national' for a long time, be it German or French.

The experience of France should sound a warning note to any scholars who may wish to build up a picture of "national models" of nurse training for that period of intense ideological awakening and wide-scale discussion about doctrines and practices. In actual fact, pure models have never taken root in the history of the profession. The interchange of ideas, which snowballed from the 1890s on[5], makes it unfeasible to label nursing services and teaching as "national systems" (e.g. "the French model" or "the English model", etc.). If what gradually developed was systems of an extremely hybrid nature, such as the one that has more recently been called "Anglo-American", then these dualities and cross-fertilizations would be better described by the terms "proposals" and "trends" than "systems" or "models".

Meanwhile, a rejection of the notion of 'national' nursing models does not presuppose the illusion of borderless internationalism or suchlike. For instance, there was never an international proletarian movement with cohesive ideologies, nor was there any internationally organized feminism in the strictest sense. This is not what is at play in this discussion. What we maintain is that the huge wave of reforms experienced by the participants at the ICN meetings reflected fast-spreading "transnational" currents of ideas and practices. The topics addressed in nursing education and professionalization ultimately overlapped with the issue of women, who were "out of place" politically, socially and economically, no matter where they lived. But this broad, all-encompassing picture should not lead us to neglect the national events that gave the ICN its original driving force.

Historian Susan Armeny discusses whether the machinations behind the collective action which nurses organized in the more industrialized nations in the early 1900s reveal a set of attitudes deriving from the American "sanitary

[5] This was the year that the Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras [Professional School of Nursing] was established in Brazil at the National Hospital for the Insane in the then capital, Rio de Janeiro. A praiseworthy effort of historical reconstruction has brought to light the long period of institutional maturity of the new school of nursing, as of the first years of the Republic (see in particular Moreira, 1990). Nevertheless, these historical research efforts have frequently stirred up an old, provincial discussion about the survival or predominance of this or that foreign 'model' in the organization of Brazilian schools or services. In our view, such a discussion would only make more sense if it was sustained by documental research about the education systems in question, whether they be French, English or American, etc. Almerinda Moreira and Taka Oguisso make a significant contribution in this sense (Moreira & Oguisso, 2005) when they investigate the international literature in such a way that a scholar can discuss the empirical sources consulted on these educational systems, but they also draw certain conclusions from them, as in the examination for nurse training in France, which are hard to sustain in the light of that same literature. I allude to this welcome example of a study by Brazilian authors about international experience, because thus far, this is a very scarce literature if compared with the wealth of international output on the topic.

ideal". This ideological or doctrinal cornerstone burgeoned in the work of the U.S. Sanitary Commission, especially in the activities of a group of nurses and women involved in philanthropic work in the country (Armeny, 1983, p. 15, 33). Lavinia Dock was a leading figure in the political development of these ideas of sanitary reform. However, it is not easy to associate the many aspects of the "sanitary issue" to a single historical context. The dire living conditions of the working classes in Victorian Britain led critics like Engels and writers like Dickens to express their horror and outrage at the perverse effects of industrialization, and gave rise to the perception of a social and sanitary problem, which many called "the sanitary idea" (Joshi, no date). The outspoken social criticism in the countries in the throes of industrialization undoubtedly influenced the emerging professions. The "action platform" set up by Dock and her companions would never have been successful in the US or any other country if her ideas had not been circulated, reproduced and discussed on the international stage. This was, in fact, the proscenium of the struggle. As a member of the National Women's Party in the USA and secretary of the ICN, Lavinia Dock wove a vast web of contacts and debate that stretched beyond the frontiers of the USA, joining forces with her British companion, Ethel Bedford Fenwick. For both, the political issues of Nursing and Women, both with capital letters, "were one and the same" (Williamson, 2000, p. V) and needed political action to cover them both simultaneously. On the domestic front, Dock was a staunch defender of women's rights, while her companion at Johns Hopkins, Adelaide Nutting, was tackling the issue of the inferior hierarchical positions held by nurses in military hospitals and campaigns. The drama of collective action depended on international activism if it was to gain strength.

The outbreak of the First World War brought the suffragettes[6] from Europe and the USA closer to the leaders of nursing in their common demands for higher posts in the military hierarchy (Armeny, 2003, p. 17, 29). Nevertheless, what at the time seemed to be a gain for the new professionals actually had a

[6] The suffragettes led the struggle for female suffrage, especially in the UK, in the last decades of the nineteenth century. With their excellent organization and willingness to engage in their struggle in the decade prior to the Great War, they achieved a significant victory in 1918. Following the example of the British, in 1919 all the states of the USA gave women the right to vote. However, in France, it was only in 1944 that women gained the vote (see the entry on suffrage, "Sufrágio" in Enciclopédia Barsa, Rio de Janeiro, 1964). In Brazil, the international movement found a voice in the person of Bertha Lutz, who took up the banner in the early 1920s, a time when there was much political turmoil about education and health in Brazil. In 1922, Bertha Lutz founded the Federação para o Progresso Feminino [Federation for the Progress of Women], which defended the vote for women. Ten years later, an edict signed by President Vargas assured Brazilian women the vote. (Source: Leonardo & Marmo, undated).

less clear-cut outcome in the long run, as noted by Aya Takahashi for Japan, where military careers were a key element – if not a controversial element – in the professional training of nurses (Takahashi, 2002). Susan Armeny suggests that the compatibility between military life and the qualities of discipline could promote Taylorist schemes of administration in hospitals. The ideology of efficiency propounded by Taylorism had a profound effect on the industrial activities in the Fordist capitalism of the USA, as well as on the bureaucratic industrial standards conceived by Lenin for the Soviet Union.[7] Even though it spread fast, penetrating the models of Soviet communism and most 'advanced' capitalism, it is hard to imagine it making great inroads into the area of health – even in hospitals – where the uncertainties of health and illness make it a less clear-cut proposition to adopt. Even so, Armeny says that "in the 1920s and 1930s nurse leaders did develop an interest in the scientific-management approach to efficiency" (Armeny, 2003, p. 45) with a view to rationalizing hospital work. However, a barrier against the excessive focus on "efficiency" was raised within the realm of nursing by the professional associations for visiting nurses, such as the National Organization for Public Health Nursing in the USA, which in 1922 was already ten years of age. The Goldmark report, commissioned in 1919 by the Rockefeller Foundation and published in 1923, weighed up the state of nursing in the United States and exposed performance issues on the part of new professionals (quality standards, techniques, etc.), though it did not make any proposals for quantification or set 'productivity' targets. When the report discussed, for instance, the "time wasted" teaching students, this was not, as one might assume, a "Taylorist" proposal, but a criticism of the disrespect and disregard with which the novices were treated, who were often forced to undertake servile tasks that were entirely alien to a professional curriculum (Goldmark, 1923, p. 342-366, esp. p. 347; Silva Junior, 2003).[8]

---

[7] The text by Reinhard Bendix (1974) is essential reading on the effects of Taylorism in the contemporary world.

[8] The situation in Brazil clearly illustrates the distinction between performance and Taylorism. A few decades after the Goldmark Report, nurse Clarice Ferrarini states, in an invaluable interview, that nursing occupied a leading position at Hospital das Clínicas in São Paulo [Sao Paulo General Hospital] – questioning medical impositions, supplying working standards for nutrition and social work professionals – because there was a "structure of service with clearly defined attributes; the other services existed – medicine, nutrition and diet, social services – but they were not as well structured, so nursing naturally took a position of leadership" (see Sanna, 2003, p. 1063). Maria Cristina Sanna clearly sees a distinction between "industrial Taylorism" and "standards of professional performance" when she refers to the pioneering role of nursing in structuring the lines of authority and conferring responsibilities and tasks within the hospital environment after the Second World War (Sanna, 2003, p. 1069).

If the issue of 'performance' was forced into the spotlight in the twentieth century for nursing as it was for other professional activities – a classic topic of discussion for the Sociology of Professions –, some areas of applied medical knowledge followed along very specific tracks. In the 1920s, Preventive Medicine and Public Health Nursing expanded rapidly, spreading into underdeveloped nations, especially in Latin America, where governments were focusing on 'rural health' and community welfare services in programs such as the prevention and fight against hookworm and other rural endemics. This was the golden age of international partnerships between State health policymakers and the Rockefeller Foundation, especially in the 1920s and 30s (Castro-Santos, 1987, 2004; Birn, 1993; Vessuri, 2001; Palmer, 2004), when rural populations, still the vast majority in all the nations in the continent, were targeted by sanitation campaigns inspired by nation-building projects and efforts to strengthen the State apparatus. This was the backdrop for the remarkable growth in public health nursing, not only in Latin America but in other parts of the west and Asia. Before the Second World War, this progress resulted mainly from steps taken by the Rockefeller Foundation and attention given by some supranational agencies (especially the League of Nations) to the concepts of preventive medicine and collective health.

One of the most controversial issues has to do with psychiatric nursing, for which the state of affairs in Brazil at that time may well represent the reality throughout Latin America and to a lesser extent the situation in central nations. Some studies suggest that there was no interest in psychiatric nursing in the first years of the Anna Nery school, in the then capital of Rio de Janeiro.[9] When any interest was shown, it took the form of a disciplinary posture on the part of nurses centered around the administration of medications for the containment of institutionalized patients (Barros & Lucchese, 2006, p. 341). In the 1920s, however, there were opposing efforts and initiatives based on community and preventive care which contained elements of what would today be called the "critical conception of mental health nursing", defended by Latin American leaders (Malvárez & Heredia, 2005). "Mental hygiene", especially in the period of the Ethel Parsons Mission at the Anna Nery school, was distinguished from psychiatry, which was hospital-based, and took root in the 'community development' programs

[9] Barros and Lucchese (2006, p. 340-341) quote some studies that might have a similar vision, though in our view they make some rather precipitated generalizations.

put forward by the proponents of the sociology of the ghettos and minority groups in America's largest cities. (The radical sociology of Louis Wirth, in Chicago, set out such concerns and emerged from the academic sphere to have a direct influence on the community stance taken by the social services and nursing).[10] In Brazil, it was at the Oswaldo Cruz Institute in Manguinhos that these notions were given special attention, as demonstrated by the courses in Public Health given from 1940 onwards to physicians who would later become "hygienists" at SESP, the Special Public Health Service, with close ties to nursing, and at other federal and state sanitation services. One of these courses, given by Adauto Botelho and Heitor Peres, was on Mental Hygiene. This more open or situational viewpoint was also defended by the Departamento Nacional de Saúde [National Health Department] which provided nursing courses in 16 states between 1939 and 1943, qualifying some seven hundred *visitadoras* or visiting nurses for the public services (Castro Santos & Faria, 2006, p. 305, 319). Despite the progress of hospital medical technologies and the diffusion of the biomedical model (which, we maintain, was not uncontested), nursing in the largest cities of Latin America, such as São Paulo, used "psychosocial caring" as an alternative to the "psychiatry of electric shocks". A statement by Clarice Ferrarini, who was a nurse Superintendent at the Hospital das Clínicas de São Paulo for many decades, is unequivocal:

> When the psychiatric clinic [at Hospital das Clinicas] opened in 1954, we had just arrived from the United States. We had spent some of that year at the Teachers College at Columbia University and we were very up to date. We would ask the medical professor at the clinic a lot of questions, I cannot recall his name, because his idea of psychiatry was to have the patient tied up inside a room [...]. I questioned this because [...] I had acquired the latest knowledge of psychology about patient treatment [...] (*apud* Sanna, 2003, p. 1062).

The historical issues involving psychiatric nursing require much more archival research and a thorough analysis of life histories and professional careers, but even so it would not be wrong to draw some links between the

[10] Wirth's works on Clinical Sociology and Sociology of Nursing, published between 1928 and 1931, focus on the term "clinic" from a "situational" rather than individualist approach (Wirth, 1928, 1931). It can be seen how much the phenomenological sociology of the time was concerned with the 'mental hygiene' tradition, putting emphasis on situational factors to explain the behavior of children and the development of their personality (Burgess, 1930).

nurses' criticism of the old "madhouse" treatments in São Paulo and the psychosocial and situational approach that some leaders of the profession came into contact with when they were trained abroad at institutions such as the University of Columbia in New York and the School of Nursing in Toronto. One way or another, a fortuitous dialectic allowed their biomedical training to be "contaminated" by knowledge rooted in the humanities. The preventive medicine and community health care practices that were spreading out across the globe were ultimately engaged in a Sisyphean struggle, which the progress of the medical and hospital conglomerates would ultimately make ignoble and bound to collapse. After the Second World War, the attempts of intergovernmental agencies like the World Health Organization to promote professional nursing in Africa and Asia came up against not only organizational and cultural hurdles, which will be discussed later, but more particularly an expansion of private interests in the medical, pharmaceutical and hospital field on a world scale. In the 1960s there was already a steady expansion of the "health industry"[11] – an unfortunate pairing of morally contradictory words and concepts – which represented and still surely represents one of the greatest challenges to the role of a nursing profession committed to the ideals of the pioneering generations and their leaders.

II

So far we have discussed the leading figures who, against the odds and at great pains, built the groundwork for the new profession on the national and international levels, in the first decades of the twentieth century. Huge cultural, political and economic obstacles stood in the way of the protagonists of the ritual processes of professional growth and autonomy (Collins, 2004). It was not just a matter of establishing a new identity, which would mean prevailing over the previous image, which could hardly be called "professional". It was also a matter of facing up to the racial and sexual discrimination at the heart of the profession, a battle fought bravely by activists during the meetings and discussions of the International Council

[11] The term "health industry" (see, for instance, Fuchs, 1973) is what is known as an oxymoron: a figure of speech that denotes contradictory, apparently mutually exclusive words.

of Nurses. Despite the efforts made by their main leaders, government programs, and voluntary organizations, the social atmosphere in which the profession was emerging was stained by prejudice, albeit not necessarily by discrimination. Race was a sensitive issue the world over, and no historian could reasonably hope or suggest that the arguments of eugenics – which were stronger and more pernicious in Europe than anywhere else – would have no influence on the socialist thinkers and activists of the early twentieth century. Not even a 'warrior' of the stature of Lavinia Dock was unblemished: in her writings, she makes evident her prejudice against young black nurses when she recommends that they be trained and monitored by colleagues born to a "more experienced race" (*apud* Williamson, 2000, p. VI).

This charged atmosphere also affected the programs sponsored by the Rockefeller Foundation. In 1923, plans by the International Health Board to send a colored person to join the teaching staff at the brand new Anna Nery school were cancelled because of fears that a 'half cast' would not be well received by the ruling classes in the Brazilian capital.[12] In India, the caste system aggravated the weight of discrimination amongst social groupings with a marked disregard for women's roles. The international consultants who prepared the training for new nurses in India, shortly after its independence, did not turn a blind eye to the 'fragile' constitution of Indian women, ultimately reinforcing the male domination in the hospital domain (Healey, 2006). In Japan, the traditionally submissive role of women made it little different from India in this respect. In this case, patriotic activism and the conservative ideology of the National Committee of the Red Cross, which controlled nurses' training in the country, spread like a protective cordon against feminism and the quest for professional autonomy on the part of the leaders of the ICN. They were often called "dangerous socialists" by the authorities of the Japanese Red Cross (Takahashi, 2002, p. 94).

The fact of the matter is that there were obstacles of every kind – cultural, political, economic – standing in the way of the new educational training programs in many parts of the world and hampering the spread of professionalism globally, as defended and envisaged by the consultants from the Rockefeller Foundation for the area of nursing and by the specialists from the World Health Organization. The question facing contemporary historians could be summarized in this way: to what point could the

[12] Letter from Florence Read, of the Rockefeller Foundation's International Health Board, New York office, to Lewis W. Hackett, Regional Director of the International Health Board in Brazil, Rio de Janeiro office. (02/02/1922; Rockefeller Archive Center, USA - 305 – R.G.1.1).

harshly segmented social structures at that time – especially in agrarian Eastern Europe, Africa, Asia and Latin America – make room for a genuinely democratic recruitment policy for nurses in both race and gender terms? In many countries, leading nurses and educators proposed the creation of small "ruling elites" at the heart of the profession as a valid strategy for winning over a field of "legitimate" knowledge in the eyes of the upper classes, thereby attracting promising young students. In other words, the idea was to produce professionals with a sense of self-esteem, a good cognitive background, and exemplary technical training, rather than submissive figures subjugated to the administration of "MDs". There were countless preconditions for opening up new opportunities within the limited market in the public and private sectors, in hospitals or public health, which were also a source of self esteem for the new professional. In the long run, meeting these conditions would mean barring competition from unqualified girls, establishing a reasonable degree of autonomy, and overcoming their subservience within the medical hierarchy, especially in hospitals.[13]

Whether the professional training in hospital or community service was deep-rooted or not, the "bureaucratic ethos" which prized discipline, efficiency, order and hierarchy dated back to the "Sanitary Ideal" already mentioned in this essay. There was a latent tension between two clusters of values: one of a bureaucratic order, in the Weberian sense, and another set that had been closely related to the "sanitary issue" since the late nineteenth century. Meanwhile, throughout this period of intense bureaucratic organization of the profession in the sociological sense, these attributes and behaviors cohabited uncomfortably with an ethic of professionalism that emphasized the sense of "calling", or the internalized concept of duty – also in the Weberian sense of the word (Eisenstadt, 1968, p. 28-42).[14] This ultimately means that the nursing profession, maybe better than any other, foretells of the tensions between

[13] Interestingly, even the undisputed leaders in Brazil, imbued with an almost missionary spirit of dedication to the profession, were not clear about the risks of perpetuating the elitist strategy. We can see this in the comments of Clarice Ferrarini: "We had formidable leaders at the National Nursing Association from different parts of Brazil (...) – it was a smaller, cohesive, dedicated, elite group with interests in common. Later, nursing became less exclusive (...), with universities that we are not familiar with and people from other social levels." (Quoted in Sanna, 2003, p. 1064). Meanwhile, educational programs these days, especially at private universities, combine more democratic (onerous for some) recruitment with a less strict curriculum and a notable fall in teaching standards and academic requirements.

[14] In the work edited by S. N. Eisenstadt, Chapter 4 reproduces a text by Max Weber on the meaning of discipline. We highlight here Weber's suggestion that under certain historical circumstances, discipline has been intertwined with motivations of an ethical nature or a "sense of duty" (Eisenstadt, 1968, esp. p. 29).

existential and professional dimensions pointed out in the very thinking of Max Weber (Lazarte, 2005, p. 30). Sociologist Rolando Lazarte encapsulates this tense duality when he speaks of Weber and the twin poles of passion or vocation on the one hand, and professional or scientific know-how on the other. In fact, the author notes that the origins of science are profoundly alien to any conception of personal coldness or aloofness. Here, we see the duality that defines the very praxis of nursing.

In these days, these issues often surface in Latin America, and certainly in Brazil, with values tinged by excessive corporativism and credentialism, and by the material interests of the professional group. A struggle for better wages, the occurrence of power conflicts and litigation in professional associations and councils, the adoption of compulsory membership of unions and associations, all these factors often put in second place the ideas of solidarity and altruism which, inspired by Florence Nightingale and so many activists mentioned here, formed the moral backbone and the political legitimacy of modern nursing. Anna-Emilie Hamilton knew this professional dilemma all too well when she wrote, "in order to become a career, nursing must remain nonetheless a vocation," (quoted in Schultheiss, 2001, p. 92; also see Paicheler, 1995). Another challenge exists for today's leaders of the profession, who have to deal with the friction caused by the internal divisions between qualified and non-registered or attendant nurses, without being seduced by the rites of status domination which have historically marked relations between the power of physicians and 'subordinate nursing'. Any shying away from this challenge would certainly erode identities and damage the solidarity amongst the different layers of the profession (especially the lower hierarchical levels), calling to mind the invaluable, or cautionary, writings of sociologist Erving Goffman (Goffman, 1969). There have been concerted efforts to overcome the hierarchy issues, including an examination of the psychological and educational issues involved in the professionalization of attendant nurses and nursing assistants, which has received support from international organizations such as the Kellogg Foundation, and the Human Resources Development Units of the Pan American Health Organization, which cover the whole of Latin America (Malvárez & Heredia, 2005). A third challenge particularly pertains to nursing in Latin America, which has to overcome the linguistic barriers of English and French which have hampered the flow of transnational interaction. Though the Pan American Federation

of Nursing (FEPPEn), officially founded in 1970, has strengthened the bonds between professional Portuguese- and Spanish-speaking organizations, it seems to have had the unexpected side-effect of weakening their political and intellectual relationship with the other member states of the ICN. On the intellectual plane, it is surprising and regrettable how little overlap there is between Latin American literature on nursing and the excellent output of American, British, Canadian and French historiographers.[15] Comparative historical analysis, one of the strengths of American, French and British academics (such as Davies, 1983; Feroni & Kober, 1995; Rafferty, 1995; Godden & Helmstadter, 2004) is precisely one of the weaknesses of their Latin American counterparts. The powerful political and intellectual activism of nursing in Latin America currently seems not to appreciate that the 'radical' policy of international leaders started at the large-scale meetings of the International Council of Nurses, such as the one held in Copenhagen in 1922, whose organization has been based on feminist and socialist proposals ever since (Rafferty, 1995, p. 277, 281). The weakened intercontinental interchange caused by linguistic and institutional barriers may even put in jeopardy the bold, universalistic ideals conceived by Ethel Bedford Fenwick in the UK, Anna-Emilie Hamilton in France, and Mary Adelaide Nutting and Lavinia L. Dock in the USA around a century ago. Ultimately, what is at stake is a proposal for universal solidarity capable of truly assuring that nursing will force open all frontiers and accept the challenges of trespassing.

[15] Naturally I am referring to an overall trend. One welcome exception in Brazil is a recent essay by Maria Itayra C. de S. Padilha about the teaching of nursing history, in which the author discusses national and international trends (Padilha, 2006). Likewise, Moreira and Oguisso (2005) also add to the discussion with references to other foreign literature and experience.

III
A successful journey abroad: Fellows in action[16] (A most crude and tentative outline)

The first sections of this paper briefly highlighted the role the Rockefeller Foundation played in the promotion of public health nursing and in the opening of nursing schools in several regions of the world as early as in the 1920s. The first nursing institution headed and staffed by nurses in Brazil was located in Rio de Janeiro, Brazil's federal capital at that time. Funded by the Rockefeller Foundation, the school became known as Anna Nery Nursing School, its name given in honor of a brave woman, a practicing nurse who volunteered to treat wounded soldiers during the Paraguay War (1864-1870). The Rockefeller nurses, who held the first teaching positions at the Rio de Janeiro Nursing School, were also responsible for the creation of the Brazilian Nursing Association (*Associação Brasileira de Enfermagem*, or ABEn). The ABEn is until the present a major integrative force behind the innumerous academic and professional groups that spread from its creation in 1926. In fact, these instances of professional philanthropy could not be seen as just "a little help from a neighboring friend." From the Rockefeller Roster of Fellows and Scholars, one can glimpse the amplitude of the donor program for nursing in Brazil: among all the recipient nations, Brazil may have received the largest number of Rockefeller fellowships for the training of nurses. They totaled 47 fellows until the year of 1950, allocated to a diversity of fields: General, Nursing Administration, Education, and Public Health. These figures do not include all recipients, since a most unfortunate – and absurd – editorial decision wiped out from the roster all "deceased fellows and scholars, and those for whom addresses are unknown" (sic, p. 356). Two of the outstanding Brazilian fellows, Rachel Haddock Lobo and Edith Fraenkel, are not listed. Lobo died prematurely in 1933, and Fraenkel possibly had an "unknown address". In general, all fellows were recent

[16] For this part, yet to be expanded, I would like to acknowledge the research work on Brazilian archives by Camilla Castelo Branco, Djynnana Avena, Priscilla Oliveira da Silva, Sueli Batista de Almeida and Rita Moura, who were my students at the Seminar on Population, Health, and Society, taught at the Institute of Social Medicine/UERJ, during the Fall of 2007. On the international front, I did research on the Brazilian fellows at the collections of the Rockefeller Archive Center, during four months, as a Scholar in Residence (1999/2000). The Roster of Fellows and Scholars (*The Rockefeller Directorship of Fellowships Abroad, 1917-1950*, NY: The Rockefeller Foundation, 1950), as well as the short biography files about the scholarship recipients, were extremely helpful sources.

graduates from different areas in the country, but the program directors gave priority to promising students from the first cohorts graduated at the Ana Nery School, in Rio de Janeiro.

Let us briefly, and crudely, outline some personal, professional, and academic elements in this first cohort of students. As a general trend, prospective fellows went to the University of Columbia's Teachers College or to the University of Toronto, and originated from two of the economic prosperous states in Brazil, the states of Rio de Janeiro and São Paulo. Those that came from Rio de Janeiro were Ana Nery graduates, or had had their training at the São Francisco de Assis Hospital. All young fellows had difficult language problems, a handicap that was overcome in intensive short courses in small colleges or Catholic convents. Often, an intensive, introductory, course was taken in hospital nursing, a requirement suggested by the program supervisor in Brazil: this was generally done at the Philadelphia General Hospital. Ethel Parsons, R.N., the first Ana Nery director and head of the Rockefeller mission in Rio, suggested the specific training program designed especially for each fellow. Brazil did not have a Ministry of Health – not until 1931, when a federal department mingled together Education and Health –, but an all-powerful National Department of Public Health (DNSP, the initials in Portuguese) took its share in the decision process. Doctor Carlos Chagas (the discover of the trypanosomiasis that bears his name) and Plácido Barbosa (also an specialist on rural diseases) picked up the most promising names and passed them over to Nurse Parsons, who generally took their demands open-heartedly. After two or more terms abroad (fellowships could be renewed in many cases), the fellows travelled back to Brazil, to take positions that were known to them beforehand, either as a visiting or public health nurse at the national programs held by the DNSP, or yet became new instructors at the Ana Nery School.

The scenario changed considerable for those students coming from São Paulo. São Paulo only had its first Nursing School in 1942 – basically funded by US federal money, the Institute of Inter-American Affairs, under an agreement between the administration of Franklin D. Roosevelt and President Vargas. However, since 1925, the foundation's International Health Board had accepted a bold proposal by a former fellow at Johns Hopkins – the "paulista" (from São Paulo) sanitarian Dr. Paula Souza – who stressed the need for public health action and advised the creation of a Health Education

course. The prospective candidates would be chosen among middle-class graduates[17] called "normalistas" (for "Normal School" graduates in charge of public elementary schools), to attend a shortened version of a Nursing school curriculum. The Rockefeller-funded course for the "educadoras sanitárias" was a success, in part because it was housed in a Rockefeller-supported public health institution, the Institute of Hygiene – initially linked to the Medical School – and also because an Institute of Hygiene health center was the training grounds for the students (Castro-Santos & Faria, 2004). The Institute of Hygiene later became a School of Hygiene and Public Health – an institution erroneously portrayed by John Farley as having "collapsed" (sic – Farley, 1993, p. 96). This acclaimed institution of applied health sciences is now the University of São Paulo School of Public Health. Anyway, the number of "girls" coming from São Paulo was much lower than the outflow from Rio de Janeiro.

As a general unwritten rule, the students should remain single, so that they could supposedly dedicate their lives unconditionally to their vocation and professional needs. They were predominantly from a middle-class origin and almost all "white" (whatever this color might reveal or hide in a profoundly multiracial, or transracial, society). In a previous section, I already alluded to the fact that race was a sensitive matter not only for foreign agencies such as the Rockefeller, but also for public health officers and educators in Brazil. In fact, most historians of nursing in Brazil tend to take the Rockefeller officers to task over their racial prejudices, but the evidence points more sharply in the direction of the Brazilian elites: elite mothers would hate to see their girls taking up a "new" profession in the middle of lower class "colored" students. However, the mentors and pioneers of these first cohorts, as they became undoubtedly a role model for the latter, were by no means "racially" oriented against the young black nursing fellows. Their names should be honored, in this closing paragraph. Three outstanding Brazilian nurses, who had been Rockefeller fellows, were Rachel Haddock Lobo (1927-29), Edith Fraenkel (1940-41), and Glete de Alcântara (1941-1945). They were able to consolidate the professional tracks for upcoming new nursing cohorts in the country, establishing institutional options and choices for educational training.

[17] Same class bias as happened at Ana Nery School.

References

Armeny, Susan. (1983). Organized nurses, women philanthropists, and the intellectual bases for cooperation among women, 1898-1920. In E. C. Lagemann (ed.), *Nursing history: new perspectives, new possibilities*. Rockefeller Archive Center; Teachers College Press.

Barros, Sônia, & Lucchese, Roselma. (2006). Problematizando o processo ensino-aprendizagem em enfermagem em saúde mental. *Trabalho, Educação e Saúde*, 4(2), p. 337-354.

Bendix, Reinhard. (1974). *Work and authority in industry: ideologies of management in the course of industrialization*. University of California Press.

Birn, Anne-Emanuelle. (1993). Local health and foreign wealth: the Rockefeller Foundation's public health programs in Mexico, 1924-1951. [Doctoral Thesis, School of Hygiene and Public Health, Johns Hopkins University].

Burgess, Ernest W. (1930). The cultural approach to behavior. *Mental Hygiene, XIV*, p. 307-325.

Castro-Santos, Luiz A. (2004). Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In D. Armus & G. Hochman (ed.), *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e no Caribe*. Editora Fiocruz.

Castro-Santos, Luiz A. (1987). *Power, ideology, and public health in Brazil (1989-1930)*. [PhD Thesis, Harvard University].

Castro-Santos, Luiz A., & Faria, Lina. (2006). O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro. *Trabalho, Educação e Saúde, 4*(2), p. 291-324.

Castro-Santos, Luiz A., & Faria, Lina. (2004). A cooperação internacional e a enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro e São Paulo. *Horizontes, 22*(2), p. 123-150.

Collins, Randall. (2004). *Interaction ritual chains*. Princeton University Press.

Davies, Celia. (1983). Professionalizing strategies as time- and culture-bound: American and British nursing, circa 1893. In E. C. Lagemann (ed.), *Nursing history: new perspectives, new possibilities*. Rockefeller Archive Center; Teachers College Press.

Dingwall, Robert, Rafferty, Anne M., & Webster, Charles. (1988). *An introduction to the social history of nursing*. Routledge.

Eisenstadt, S. N. (org.). (1968). *Max Weber: On charisma and institution-building*. University of Chicago Press.

Faria, Lina. (2006). Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção. *Cadernos Pagu*, (27), p. 173-212.

Farley, John. (1993). To degree or not to degree: the International Health Division and the Toronto School of Nursing. In D. Stapleton & C. Welch (org.), *Critical issues in American nursing in the Twentieth Century: perspectives and case studies*. Rockefeller Archives Center.

Feroni, Isabelle, & Kober, Anémone. (1995). L'autonomie des infirmières: uUne comparaison France/Grande Bretagne. *Sciences Sociales et Santé, 3*(13), p. 35-68.

Fuchs, Victor R. (1973). The output of the health industry. In M. H. Cooper & A. J. Culyer (ed.), *Health Economics*. Penguin Books.

Godden, Judith, & Helmstadter, Carol. (2004). Woman's mission and professional knowledge: Nightingale nursing in Colonial Australia and Canada. *Social History of Medicine, 17*(2), p. 157-174. https://doi.org/10.1093/shm/17.2.157

Goffman, Erving. (1959). *The presentation of self in everyday life*. Doubleday.

Goldmark, Josephine (org.). (1923). *Nursing and nursing education in the United States: report of the Committee for the study of nursing education*. The Macmillan Company.

Healey, Madelaine. (2006). "I'm the gal that can do it if they let me": international nurse advisers and notions of professionalism in Indian nursing, 1947-1965. Politics Program, La Trobe University, Melbourne, Australia (accepted for publication in *Nursing History Review*).

Hutchinson, John F. (1995). "Custodians of the sacred fire": the ICRC and the postwar reorganization of the International Red Cross. In P. Weindling (ed.), *International health organizations and movements, 1918-1939*. Cambridge University Press.

Joshi, Priti. (s.d.). The dual work of "wastes". *Our mutual friend: The Scholarly Pages*. Retrieved from http://humwww.ucsc.edu/dickens/OMF/joshi.html

Lazarte, Rolando. (2005). *Max Weber: ciência y valores*. Homo Sapiens.

Leonardo, Patrícia X., & Marmo, Carolina. (s.d.). Adolpho Gordo e Bertha Lutz: a luta pelo voto feminino. Centro de Memória da Unicamp: Arquivos Históricos. Retrieved from: http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/votofem.pdf

Malvárez, Silvina, & Heredia, Ana Maria (eds.). (2005). *Profesionalización de auxiliares de enfermería en América Latina*. PAHO.

Moreira, Almerinda. (1990). Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: 100 anos de história. [Doctoral Thesis, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, UNIRIO].

Moreira, Almerinda, &Oguisso, Taka. (2005). *Profissionalização da enfermagem brasileira*. Guanabara Koogan.

Murard, Lion, & Zylberman, Patrick. (1987). La mission Rockefeller en France et la création du Comité national de défense contre la tuberculose. *Revue d´histoire moderne et contemporaine, XXXIV*, p. 257-281.

Padilha, Maria I. C. de S. (2006). O ensino de História da Enfermagem nos cursos de graduação de Santa Catarina. *Trabalho, Educação e Saúde, 4*(2), p. 325-336.

Paicheler, Geneviève. (1995). Présentation. Les professions de soins : territoires et empiètements. *Sciences Sociales et Santé, 3*(13), p. 5-11.

Palmer, Steven. (2004). Saúde imperial e educação popular: a Fundação Rockefeller na Costa Rica em uma perspectiva centro-americana, 1914-1921. In D. Armus & G. Hochman, (eds), *Cuidar, controlar, curar: Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e no Caribe*. Editora Fiocruz.

Rafferty, Anne Marie (1995). Internationalizing nursing education during the interwar period. In P. Weindling (ed.), *International health organizations and movements, 1918-1939*. Cambridge University Press.

Sanna, Maria Cristina. (2003). Clarice Della Torre Ferrarini: o depoimento de uma pioneira da administração em enfermagem no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 10*(3), p. 1053-1070.

Schultheiss, Katrin. (2001). *Bodies and souls: Politics and the professionalization of nursing in France*. Harvard University Press.

Silva Junior, Osnir C. da. (2003). A profissionalização da enfermagem nos Estados Unidos da América do Norte: a proposta educativa do Relatório Goldmark, 1923. [Research report (Post-Doctoral), Instituto de Medicina Social, UERJ].

Takahashi, Aya. (2002). The Western mode of nursing evangelized? Nursing professionalism in the twentieth century. In J. Stanton (ed.), *Innovations in Medicine and Health: Diffusion and resistance in the twentieth century*. Routledge.

Vessuri, Hebe. (2001). Enfermería de salud pública, modernizacion y cooperación internacional. El proyecto de la Escuela Nacional de Enfermeras de Venezuela, 1936-1950. *História, ciências, saúde – Manguinhos, 8*(3), p. 507-540.

Wiebe, Robert H. (1965). *The search for order: 1877-1920*. Hill and Wang.

Williamson, Lori. (2000). *A history of nursing*. Thoemmes Press.

Wirth, Louis. (1928). Sociology for nurses. *American Journal of Nursing, XXVIII*(11), p. 1131-1134.

Wirth, Louis. (1931). Clinical sociology. *American Journal of Sociology, 37*, p. 49-66.

Received: Feb. 24th, 2021.
Accepted: Sep. 24th, 2021.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.790

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Examinando a relação entre proximidade espacial e integração socioeconômica a partir das articulações entre a população de dois bairros populares e os condomínios fechados de elite em Salvador, Brasil

Assessing the relation between spatial proximity and socioeconomic integration along interactions between inhabitants of two shanty-towns and their surrounding affluent gated communities in Salvador, Brazil

Stephan Treuke[*]

RESUMO

Neste trabalho, visa-se investigar sob quais condições o efeito-território, acometendo as populações pobres do bairro central Calabar e do bairro periférico Vila Verde, Salvador, Brasil, se vê mitigado pela proximidade a condomínios da classe alta. Com base em entrevistas, evidencia-se que existem tanto mecanismos que prejudicam o indivíduo, como a influência do tráfico de drogas, quanto mecanismos que beneficiam sua vida, como a mobilização coletiva da comunidade. Discute-se que as articulações entre os grupos socialmente distantes sofreram importantes alterações ao longo da trajetória de expansão das classes média e alta, sendo que a relação entre proximidade e integração socioeconômica se vê condicionada pela existência de espaços públicos, pela autonomia funcional do bairro e pelo impacto do crime. Conclui-se que a recente construção do condomínio Alphaville II não ampliou as possibilidades de articulação social com os segmentos mais pobres que moram no bairro Vila Verde, dada sua maior autonomia funcional e seu maior grau de isolamento espacial. Tampouco criou externalidades positivas para a população do seu entorno geográfico em termos de acesso a serviços urbanos e de segurança pública, em contraste com o bairro de Calabar.

Palavras-chave: pobreza urbana, segregação, efeito-território.

[*] Ruhr-Universität Bochum, Bochum, Alemanha.

ABSTRACT
In this research, we shall inquire under what conditions neighborhood effects can be mitigated by the proximity of disadvantaged populations to affluent gated communities. Inferring from interview-based qualitative research conducted in the central shantytown of Calabar and in the peripheral shantytown of Vila Verde, Salvador - Brazil, we can attest the existence of mechanisms that either constrain individuals' living conditions, such as the influence of drug trafficking, or entail positive effects on their lives, like the community's collective mobilization. The relationships between socially distant groups have undergone important transformations. The study evinces that the relationship between spatial proximity and socioeconomic integration is conditioned by the existence of public spaces, by the neighborhood's functional autonomy and by the influence of crime. We concluded that, unlike Calabar, the recent construction of the upper-class gated community Alphaville II neither widened the opportunities of socio-economic integration of the poor inhabitants of Vila Verde, given its higher degree of functional autonomy and spatial isolation, nor improved their access to high-quality urban infrastructure, including public security.

Keywords: urban poverty, segregation, neighborhood effects.

Introdução

Desde a década de 1990, a sociologia urbana vem se dedicando a examinar a relação causal entre o aumento das disparidades de renda e a concentração espacial da extrema riqueza e pobreza nas grandes metrópoles (Sassen, 1999). Um dos desdobramentos mais discutidos remete à gentrificação das regiões centrais majoritariamente habitadas por uma população pobre (Atkinson & Blandy, 2016). Nos Estados Unidos, o debate gravita em torno da questão de se este processo pode ser visualizado como uma ruptura com a organização socioespacial dualista centro da cidade – subúrbio/região metropolitana e em qual medida a proximidade às camadas altas amplia as oportunidades de integração socioeconômica do indivíduo pobre (Lees, 2008). Essa discussão se insere em um panorama mais amplo de estudos norteados pelo conceito de efeito-território[1] (Small & Feldman, 2012).

[1] O conceito efeito-território se define como as desvantagens socioeconômicas que impactam na mobilidade socioeconômica e as condições de vida do indivíduo, em função da sua inserção em determinados contextos sociorresidenciais.

O enfoque dos estudos brasileiros que abordam as relações de proximidade espacial e integração socioeconômica se centra nas favelas inseridas nas regiões centrais da cidade, tratando-se de relações de vizinhança já consolidadas entre grupos socialmente distantes, que se forjaram através de vínculos empregatícios e do uso compartilhado de espaços públicos (Andrade & Silveira, 2013; Ribeiro, 2008). Desde a década de 1980/1990, esboça-se uma crescente tendência de construção de condomínios fechados das classes média e alta nas áreas periféricas habitadas pelas camadas baixas, engendrando novas configurações espaciais marcadas pela proximidade entre grupos socialmente distantes (Bógus & Pasternak, 2015; Lees et al., 2016).

Neste trabalho, visa-se comparar as chances de integração socioeconômica da população do Calabar, um bairro popular inserido no vetor de expansão da classe média e alta de Salvador, que emergiu nos anos 1940, com as chances de integração socioeconômica dos moradores do bairro periférico Vila Verde, localizado nas imediações geográficas do recém-construído condomínio de elite Alphaville II. Com base em 60 entrevistas, objetiva-se investigar sob quais condições as desvantagens estruturais concentradas na escala do bairro, como altas taxas de pobreza e de violência assim como um baixo desempenho escolar, se veem mitigadas pela proximidade aos condomínios da classe média e alta. Quais são os fatores que explicam a variabilidade entre os dois bairros e quais são os mecanismos pelos quais opera o efeito-território?

O artigo se compõe de cinco seções. A primeira seção aborda os principais desenvolvimentos dentro da discussão sobre o efeito-território, enquanto a segunda seção introduz a metodologia utilizada no estudo empírico e apresenta as áreas de estudo. Já a terceira e quarta seções expõem os resultados auferidos na pesquisa qualitativa, que serão objetos de discussão na quinta seção.

A abordagem da pobreza e da segregação a partir do conceito efeito-território

No contexto estadunidense, o debate acerca do efeito-território foi instigado a partir da aproximação estruturalista de Wilson (1987) à pobreza urbana. O autor postulou que a população que habita os bairros segregados da *inner city* de Chicago correria um maior risco de cair nos circuitos de reprodução da pobreza em função do efeito de concentração

espacial de determinadas desvantagens estruturais, englobando altos níveis de desemprego e de violência, escolas dilapidadas e serviços urbanos deficitários. Sua argumentação baseia-se no conceito de isolamento social, definido como a dissociação do indivíduo pobre *vis-à-vis* pessoas, modelos de referência social e instituições que representam a sociedade dominante. Outrossim, Sampson (2012) demonstrou que o impacto negativo do contexto sociorresidencial se vê atenuado pela capacidade de controle social informal na escala da comunidade. Ao mesmo tempo, a erosão da *collective efficacy*[2] favoreceria a infiltração de estruturas criminosas na sua organização social.

A discussão em torno do efeito-território tem impulsionado a elaboração de políticas de dessegregação, como o programa *Moving to opportunity for fair housing* (MTO). A lógica detrás dessas políticas se assenta na assunção que a proximidade a grupos socioeconomicamente distantes aumenta sua exposição a modelos de referência da classe média e amplia o espectro de seus contatos sociais através do uso compartilhado dos serviços urbanos locais (Small & Feldman, 2012). A assunção dessas "externalidades positivas" também contribuiu para legitimar os programas de revitalização da inner-city das grandes cidades. Contudo, essas políticas, para muitos pesquisadores, não produziram o efeito desejado de uma maior integração socioeconômica da sua população pobre, senão acarretaram processos de gentrificação (Atkinson & Blandy, 2016).

No âmbito europeu, cristaliza-se, desde os anos 1990, um crescente interesse em indagar sobre o impacto do contexto sociorresidencial nas condições de vida do indivíduo pobre (Friedrichs et al., 2003). Häußermann (2003) sugere levar em consideração tanto as desvantagens estruturais que impactam a mobilidade socioeconômica do indivíduo quanto o suporte social e institucional proporcionado por seus moradores e pelas entidades públicas. O autor propõe uma distinção entre três dimensões analíticas pelas quais o efeito-território opera e nas quais ele se manifesta, quais sejam: (1) a dimensão material, (2) a dimensão social, e (3) a dimensão simbólica. Na dimensão material, abordam-se aspectos atinentes às oportunidades empregatícias, ao acesso a serviços urbanos e à infraestrutura comercial, social e cultural no bairro. A dimensão social abrange os componentes redes sociais e influência de grupos de pares em processos de socialização. Já na

[2] Conforme Sampson (2012), o conceito *collective efficacy* combina a coesão social e a confiança mútua com a expectativa compartilhada de controle social informal.

dimensão simbólica investiga-se o impacto da estigmatização territorial no acesso ao mercado de trabalho e nos padrões de sociabilidade do indivíduo.

Na América Latina, estudos quantitativos que examinam a relação causal entre segregação e integração econômica em distintas metrópoles convergem em atestar uma influência negativa do efeito-território no nivel de renda, no acesso ao mercado de trabalho e na modalidade formal/informal do emprego desempenhado, afetando as populações pobres que vive em bairros periféricos (Roberts & Wilson, 2009). Kaztman e Filgueira (2006), examinando o efeito-território em Montevidéu, demonstram que a inserção do indivíduo em redes sociais internamente mais diversificadas e com maior dispersão territorial facilita sua integração no mercado de trabalho e a probabilidade de ser empregado com carteira assinada. Outrossim, os autores observam um enfraquecimento da capacidade de transmissão de modelos de referências da classe média, dada a bifurcação entre os sistemas de educação público e privado.

Todavia, observa-se um maior dissenso referente à questão de se a proximidade a bairros da classe média e alta amplia as oportunidades de integração socioeconômica da população pobre. Esse aspecto vem sendo estudado sob o conceito de gentrificação, um processo que, no contexto latinoamericano, não remete apenas à substituição da população pobre moradora dos bairros das porções centrais das cidades pelas camadas média e alta, mas também se refere à construção de condomínios fechados em regiões periféricas habitadas pelas camadas baixas (Janoschka et al., 2014; Lees et al., 2016).

Para a maioria dos autores refletindo sobre o impacto destes desdobramentos na organização socioespacial das metrópoles latinoamericanas, o isolamento espacial das camadas média e alta em enclaves fortificados se explica à luz da concentração da riqueza, da crescente privatização do espaço urbano e do aumento da criminalidade, e tende a reproduzir estruturas de segregação e de segmentação social na escala micro-urbana (Caldeira, 2000; Janoschka et al., 2014).

Contudo, estudos qualitativos que examinam a relação entre proximidade geográfica e integração socioeconômica nessas configurações espaciais apresentam maiores divergências. Por um lado, Sabatini e Salcedo (2007) afirmam que a proximidade aos condomínios das classes média e alta dinamiza as articulações funcionais (acesso a oportunidades empregatícias), sociais (trocas de sociabilidade) e simbólicas (revalorização da imagem do

bairro pobre) entre os grupos socialmente distantes, fato que mitiga o efeito da segregação nas regiões periféricas de Santiago de Chile.

Por outro lado, estudos conduzidos por Ruiz-Tagle (2016) no bairro periférico de la Florida, Santiago, demonstram que as chances de a população pobre ser socioeconomicamente integrada se veem frustradas em função da sua discriminação e do acesso segmentado aos serviços urbanos de alta qualidade. O autor argumenta que o fator de proximidade espacial representa apenas uma variável interveniente dentro da concepção de "integração social", ao lado das demais dimensões funcional (acesso a oportunidades e serviços dentro de uma determinada região), relacional (interações não-empregatícias entre grupos socialmente distantes) e simbólica (identificação cultural e territorial).

Andrade e Silveira (2013) observam que a proximidade aos condomínios fechados favorece a integração econômica dos moradores da favela vizinha Aglomerado da Serra, Belo Horizonte. Entretanto, Ribeiro e Lago (2000), compararando o grau de inserção de moradores de favelas e não favelas no mercado de trabalho formal no Rio de Janeiro, destacam a desvantagem em termos de rendimento médio acometendo o primeiro grupo, em função de mecanismos que transformam o estigma territorial em práticas discriminatórias no mercado de trabalho. Maior consenso existe no reconhecimento do efeito prejudicial que emana tanto do ambiente escolar e familiar quanto do contexto sociorresidencial no acesso às oportunidades educacionais e nas perspectivas de uma futura integração socioeconômica dos alunos (Ribeiro et al., 2010).

Os estudos conduzidos por Marques (2010) em diversos bairros segregados localizados nas regiões periféricas e centrais de São Paulo confirmam o alto grau de homofilia[3] e de localismo marcando as redes pessoais dos seus moradores pobres. Embora admitindo que inexistam laços entre indivíduos transcendendo a própria classe de renda, o autor não adere à tese do isolamento social postulada por Wilson (1987), mas atribui às redes pessoais a capacidade de intermediação a recursos e serviços que permitem a obtenção de auxílios sociais e maiores rendimentos. Em virtude da escassez

[3] O conceito de homofilia remete ao princípio de que a convergência em determinados atributos como idade, gênero, nível educativo, raça/etnia, religião, classe ou *status* social etc. tende a produzir uma maior probabilidade de se interrelacionar e de concordar em opiniões específicas e práticas similares (Marques, 2010).

de postos de emprego e de serviços urbanos no bairro, Marques (2010) enfatiza que a segregação residencial torna a sociabilidade territorialmente mais dispersa e diversificada.

Para Almeida e d'Andrea (2004), além de providenciar oportunidades empregatícias, a população do bairro de classe alta Morumbi, em São Paulo, engaja-se no combate à pobreza e violência na favela vizinha Paraisópolis através de redes filantropo-assistencialistas. Hita e Gledhill (2009) chegam a conclusões similares, a partir da análise das articulações entre os moradores do bairro popular Bairro de Paz, Salvador, e seu entorno geográfico, composto por condomínios da classe alta. Entretanto, Ribeiro (2008) constata que a proximidade geográfica entre as favelas e os bairros de classe média e alta da Zona Sul do Rio de Janeiro não elimina as relações de dominação: as trocas de sociabilidades entre os grupos socialmente distantes não se produzem em virtude da manutenção das hierarquias reificadas pela assimétrica disposição de capital econômico, social e simbólico.

Em vez de focalizar uma variável específica, parte-se, neste trabalho, da multidimensionalidade do efeito-território. Seguindo as considerações de Häußermann (2003), pressupõe-se que o contexto sociorresidencial não impacta apenas o acesso ao mercado de trabalho e aos serviços urbanos, senão afeta também as esferas social e simbólica da vida do indivíduo.

Considerações metodológicas e áreas estudadas

Para o propósito desta pesquisa, convém examinar, em primeiro lugar, o impacto do efeito-território nas condições de vida dos moradores dos três locais para, em segundo lugar, analisar as articulações (não)empregatícias entre os grupos socialmente distantes, à luz do seu potencial de mitigar esse efeito.

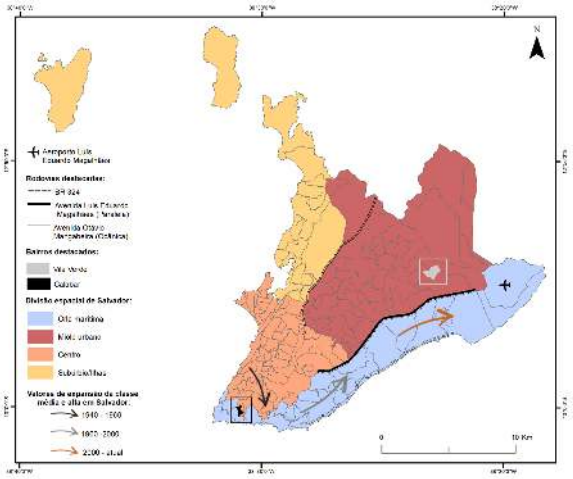
Nesse sentido, recorre-se à aproximação metodológica ao efeito-território proposta por Häußermann (2003), que distingue entre três dimensões analíticas estreitamente interligadas, quais sejam: (1) a dimensão material, (2) a dimensão social, e (3) a dimensão simbólica. Na dimensão material, abordam-se aspectos atinentes às oportunidades empregatícias locais, ao acesso a serviços urbanos e à infraestrutura comercial, social e cultural no bairro. A dimensão social abrange os componentes redes sociais e influência de grupos de pares em processos de socialização. Acrescenta-se a esta

dimensão a análise da capacidade de *collective efficacy* (Sampson, 2012), já que se pressupõe um impacto significativo do crime na organização social da comunidade e nas condições de vida dos seus moradores. Já na dimensão simbólica, investiga-se o impacto da estigmatização territorial no acesso ao mercado de trabalho e nos padrões de sociabilidade do indivíduo.

A pesquisa foi conduzida em dois bairros populares de Salvador. A Figura 1 retrata os distintos vetores de expansão territorial das camadas média e alta no município de Salvador, sendo que a primeira fase (1940-1960) corresponde ao deslocamento desses grupos sociais em direção às regiões litorâneas da orla marítima; a segunda fase (1960-2000), à ocupação do espaço intersticial entre a Av. Paralela e a Av. Otávio Mangabeira/Av. Oceânica; e a terceira fase (2000 até hoje) à construção de condomínios fechados de elite em ambos os lados da Av. Paralela. Destaca-se uma organização socioespacial da cidade configurada por quatro macro-regiões, quais sejam: o centro, a orla marítima – predominantemente habitadas pelas classe média e alta – e o subúrbio ferroviário/ilhas e o "miolo urbano" – abrigando uma população majoritariamente pobre.

Os dois bairros contemplados neste estudo se inserem no primeiro e terceiro vetores de expansão e refletem de forma paradigmática a apropriação "dualista" formal/informal do espaço urbano de Salvador, que favoreceu a emergência de configurações de vizinhança entre grupos socialmente distantes em regiões centrais e periféricas.

Figura 1. Vetores de expansão das camadas média e alta no município de Salvador



Fonte: Elaboração própria.

Conforme demonstrado pela Tabela 1, o bairro central Calabar apresenta níveis de vulnerabilidade social e taxas de homicídio substancialmente menos altos se comparado com o bairro periférico Vila Vede, corroborando-se o expressivo antagonismo centro-periferia, destacado pelas Figuras 2-4.

Tabela 1. Perfil socioeconômico e situação de vulnerabilidade das populações dos dois bairros analisados

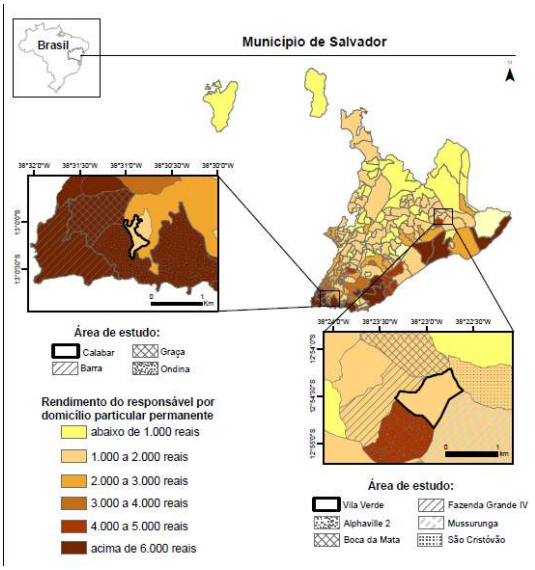
ÁREAS DE ESTUDO	UDH Calabar Alto das Pombas	UDH Vila Verde
Localização (em relação à distância do centro histórico)	central	periférica
Bairros circonferente das classes média e alta	Barra, Ondina, Graça	Alphaville 2
População Total	10.152 hab. (Calabar: 6,484)	8.823 hab.
Renda média per capita	R$ 492,16	R$ 365,26
Proporção dos chefes-de família com grau superior de educação	4,88%	0,98%
Mortalidade infantil por 1.000 crianças nascidas vivas	19,05	27, 6
Proporção de vulneráveis à pobreza	32,30%	50,97%
Proporção de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	25,40%	41,89%
Proporção de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	40,66%	56,21%
Proporção de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	9,89%	41,89%
Proporção de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	35,86%	61,88%
Proporção de crianças extremamente pobres	7,07%	11,51%
Taxa de homicídios por AISPs	AISP 14 Barra: 3	AISP 12: Itapuã: 120

Fonte: Elaboração própria.[4]

A Figura 2 retrata as fortes disparidades com relação ao nivel médio de renda familiar, que se manifestam no antagonismo entre centro e periferia; os grupos sociais com maior nivel de renda ocupam as regiões do centro e da orla marítima.

[4] Os dados reproduzidos nesta Tabela 1 provêm do Atlas do Brasil (http://www.atlasbrasil.org.br/) e se referem ao Censo Demográfico de 2010. O indicador "Taxa de homicídios" provém da Secretaria de Segurança Pública de Salvador (http://www.ssp.ba.gov.br/) e se refere aos dados de 2019.

Figura 2. Distribuição dos grupos sociais a partir do critério de renda em Salvador



Fonte: Elaboração própria.

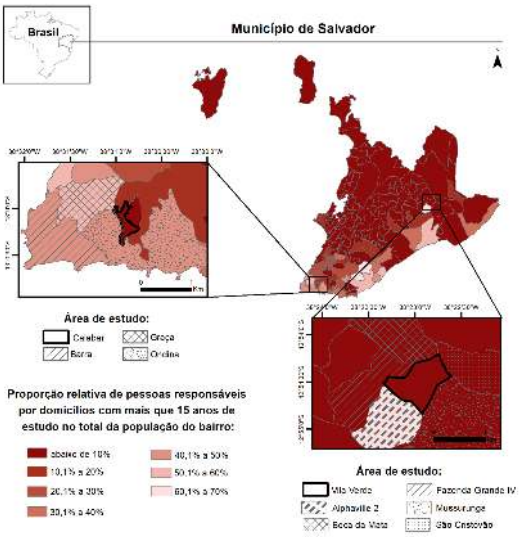
A Figura 2 também aponta a existência de enclaves pobres nas duas regiões centro e orla marítima. O Calabar esta circundado por bairros habitados por uma população com uma renda mensal superior de R$ 6.000, enquanto o condomínio fechado Alphaville II se destaca como enclave rico dentro de uma região predominantemente pobre onde se localiza o bairro Vila Verde. A Figura 3 retrata a distribuição dos grupos sociais, a partir do critério de proporção de chefes de família com nivel de educação superior.

Apresentando um baixo nivel de educação, o Calabar figura como enclave dentro da orla marítima; entretanto, o bairro Vila Verde se insere em uma região com baixo nivel médio de educação. Já o bairro Alphaville II se destaca com um alto nivel de educação do seu entorno geográfico.

A escolha desses dois locais se justifica, em primeiro lugar, pela pressuposição de uma certa variabilidade atrelada ao "grau de autonomia funcional" de cada bairro. Nesse sentido, distiguem-se cinco funções que determinam a distribuição dos distintos papeis na vida do indivíduo, quais sejam: a família; a provisão de recursos materiais, sociais e culturais; o lazer; a vizinhança; o transporte (Hannerz, 1980). Pressupõe-se que essa distribuição incide sobre a abertura ou o isolamento social que o local de residência

produz nas articulações cotidianas do indivíduo, cujo espectro varia entre, por um lado, o preenchimento de todas as supracitadas funções no bairro e, por outro lado, a ausência dessas funções – abstraindo-se dos fatores "família" e "vizinhança" que possuem um caráter essencialmente local.

Figura 3. Distribuição dos grupos sociais a partir da proporção de chefes de família com nivel de educação superior em Salvador

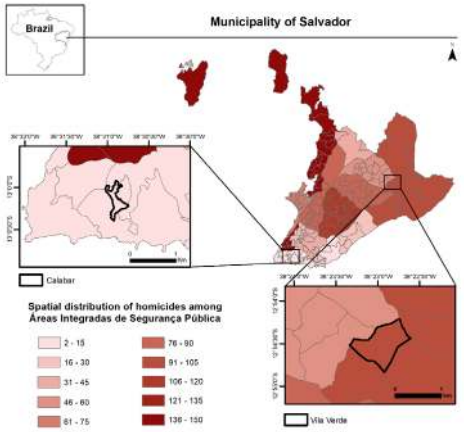


Fonte: Elaboração própria.

O segundo fator está relacionado ao "grau de imbricação funcional" da população *vis-à-vis* seu entorno geográfico, examinado através das articulações econômicas, sociais e simbólicas entre os grupos socialmente distantes. Hipotetiza-se que este "grau de imbricação funcional" diminui em configurações de vizinhança onde inexistem espaços públicos compartilhados e onde dispositivos de segurança e barreiras naturais dificultam as trocas de sociabilidade e a mercantilização de produtos.

Um terceiro fator se atrela à incidência de crimes nas condições de vida dos moradores dos dois bairros e nas articulações funcionais com os bairros vizinhos das classes média e alta. A Figura 4 retrata a distribuição espacial do número de homicídios segundo as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) no município de Salvador, em 2018, com base nos dados divulgados pela Secretraria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

Figura 4. Distribuição da quantidade de homicidios registrados por AISPs em Salvador



Fonte: Elaboração própria.

Evidencia-se uma concentração espacial de homicídios no subúrbio ferroviário e no "miolo urbano", enquanto a região central e a orla marítima registram menos ocorrências. Essa situação se torna relevante para a interpretação dos resultados, considerando-se que a Vila Verde se insere em uma região periférica apresentando altos níveis de homicídios.

Foram realizadas 60 entrevistas semiestruturadas no período de novembro de 2018 a março de 2019, com aproximadamente meia hora de duração, em distintos locais do bairro e em diferentes horários, abordando-se as pessoas na rua ou em suas casas, através da intermediação dos líderes comunitários dos dois bairros. A amostra integra pessoas de diferentes perfis socioeconômicos, conforme ilustrado pela Tabela 2.

A escolha de uma maior proporção de entrevistados da faixa "entre 18 e 65 anos" dentro da amostra se justifica à luz da assunção de que estes já se encontram inseridos no mercado de trabalho formal/informal. Pressupõe-se que essas pessoas podem fornecer importantes informações sobre suas relações empregatícias com os condomínios fechados vizinhos.

Para o próposito deste estudo qualitativo, realizou-se uma primeira rodada de dez entrevistas que seguia uma estrutura mais aberta. Este procedimento facilitou a elaboração do questionário final[5] que se aplicou durante a segunda

[5] Para maiores esclarescimentos sobre as ferramentas metodológicos utilizadas na pesquisa qualitativa, compare o questionário padrão utilizado nas entrevistas, que se encontra no anexo deste artigo.

rodada de entrevistas, enfatizando-se os aspectos considerados como mais importantes. A seguir, as entrevistas foram transcritas e posterioramente submetidas a uma análise de discurso. A estrutura semiaberta das entrevistas nos permitia cobrir um maior espectro de assuntos relacionados ao efeito-território, que variavam principalmente em função do ciclo de vida do entrevistado, e de identificar as estruturas comuns dentro da construção social da sua realidade (Luckmann & Berger, 1991). Posteriormente à transcrição das entrevistas, os assuntos nelas abordados foram realinhados ao questionário-padrão, com o intuito de viabilizar uma comparação direta entre os dois bairros. Para sustentar os argumentos desenvolvidos no texto, reproduzem-se distintos trechos de citação considerados como paradigmáticos para a temática abordada.

Tabela 2. Perfil socioeconômico dos entrevistados

Bairro	Calabar	Vila Verde
Sexo		
Masculino	14	13
Feminino	16	17
Idade (ciclo de vida)		
Abaixo de 18	12	10
Entre 18 e 65	12	16
Acima de 65	6	4
Renda per cápita		
Abaixo de R$ 500	6	18
Acima de R$ 500	24	12
Proporção desempregados		
	25%	45%
Nível de escolaridade		
Ensino médio completo	15	4
Ensino médio incompleto	15	26
Proporção de mães-chefes de família		
	60%	50%
Com criança menor		
	40%	60%

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas foram acompanhadas de observações de campo que viabilizavam a interação direta do pesquisador com os moradores e com as diversas associações, instituições e igrejas do bairro. Outrossim, recorremos à técnica de *systematic social observation* (observação social sistemática) de Sampson (2012) para coletar importantes dados secundários sobre o contexto sociorresidencial das populações dos dois bairros, incluindo percursos nas ruas principais e em algumas partes menos movimentadas, assim como a obervação dos encontros sociais e das atividades comerciais que ocorrem nos espaços públicos "intermediários" localizados entre as duas localidades e os bairros vizinhos das classes média e alta, quais sejam: a Avenida Centenário (Calabar) e a Rua das Azaléias (Vila Verde).

Convém ressaltar que os resultados auferidos neste estudo possuem um caráter sugestivo e não conclusivo, dado o fato de que estes se baseiam na percepção subjetiva dos entrevistados e não em dados quantitativos obtidos a partir de indicadores censitários. Seguindo-se as contribuições metodológicas do método de estudo de caso ampliado de Burawoy (1998), a pesquisa enfatiza a contribuição da ciência reflexiva para a reconstrução da teoria, atentando para o fato de que essas reconstruções preservam os argumentos centrais da teoria ao mesmo tempo que absorvem novas anomalias.

Examinando o efeito-território em Calabar

O bairro de Calabar surgiu na década de 1950 quando grupos populacionais empobrecidos vieram se instalar nos terrenos devolutos pertencentes à Santa Casa de Misericórdia. Localizado na proximidade geográfica dos bairros de Barra, Ondina e Graça, o Calabar se encontra a uma curta distância do Centro Histórico, da Lapa e da Barroquinha. No caso do primeiro grupo desses bairros, predomina o uso funcional "misto" do espaço construído, ou seja, as localidades abrigam prédios residenciais, edifícios comerciais e espaços públicos. Já no segundo grupo – região do centro (histórico) de Salvador e adjacências – predomina a função comercial ainda que também residencial.

Com relação à dimensão material, cabe assinalar as vantagens locacionais do Calabar que decorrem da proximidade às oportunidades empregatícias encontradas no seu entorno geográfico imediato – principalmente nos condomínios dos bairros vizinhos, no Shopping Barra e no Hospital da Fundação José Silveira – e nos bairros que constituem o centro da cidade.

Esses locais funcionam como grandes polos de emprego, que podem ser alcançados a pé, isentando os moradores das despesas de utilização do transporte público ou privado.

Abstraindo-se do vínculo empregatício, essa relação de proximidade a um entorno geográfico onde predominam as camadas média e alta também se torna beneficiária do acesso à infraestrutura e equipamento urbano dos moradores, que parcialmente recompensa as deficiências qualitativas que se superpõem à escala do bairro, como a ausência de instituições de ensino médio, a precariedade das opções de lazer e o acesso dificultado à rede pública de hospitais e postos de saúde que ofereçam serviços de tratamento mais especializados.

Prevalece uma avaliação positiva dos entrevistados acerca da vitalidade da infraestrutura comercial, social e cultural no Calabar, fato que promove um alto grau de articulação entre seus moradores e que fortalece a identidade territorial com o bairro principalmente a partir do engajamento de algumas instituições-chave, como a Escola de Educação Infantil, as igrejas evangélicas, a biblioteca comunitária e a associação dos moradores, conforme demonstra o seguinte relato:

> Aqui sempre teve este apoio dos vizinhos na construção da casa, dar algum empréstimo de alimentos. Mas o que realmente define esta comunidade são estas atividades que eles oferecem na biblioteca e na escola (João, 34 anos, carpinteiro).

Para além da esfera do vínculo empregatício, a maioria dos entrevistados declara não manter vínculos sociais com os moradores dos condomínios dos bairros vizinhos. De forma similar, não visualiza os principais espaços públicos de lazer e recreação, quais sejam a Avenida Cententário, o Shopping Barra e as praias espalhadas pela Barra e Ondina, como pontos de encontro com potencial de trocas de sociabilidade entre os grupos socialmente distantes, evidenciando-se uma nítida hierarquização do uso desses espaços, na percepção dos entrevistados, que cria obstáculos às articulações entre os grupos socialmente distantes, conforme já documentado por Ribeiro (2008) e Ruiz-Tagle (2016).

As trocas de sociabilidade se restringem às relações empregatícias que, em raros casos, contribuem à desconstrução das distâncias sociais entre os dois grupos já que se mantêm inalteradas as hierarquias de poder entre empregado e patrão, particularmente nas profissões de faxineiro, diarista e

porteiro. Essa constatação sugere que a integração da população do Calabar apenas pelo viés empregatício não estimula o contato entre os dois grupos socialmente distantes nem promove uma maior "compreensão" e "empatia" por sua situação de vulnerabilidade, conforme já demonstrado por Ruiz-Tagle (2016) em Santiago, Chile.

No que tange à dimensão social do efeito-território, chama a atenção a expressiva orientação das relações sociais para os bairros vizinhos, fato que se comprova em um menor grau de localismo e homofilia que caracteriza suas redes sociais, conforme já observado por Marques (2010). O caso do Calabar exemplifica que a associação causal entre a pobreza do bairro e a probabilidade de os habitantes interagirem com grupos sociais extralocais depende da localização dos recursos periódicos e não periódicos requeridos pelos pobres na sua vida quotidiana, como o acesso ao mercado de trabalho, ao transporte público, à escola, ao supermercado etc.

O acesso a informações sobre vagas de emprego se vê beneficiado tanto pela intermediação através de pessoas-chave já trabalhando nos condomínios vizinhos quanto pelas redes tecidas nas esferas primárias de sociabilidade que promovem o acesso ao mercado laboral informal. Em virtude da alta proporção do mercado informal no conjunto das atividades profissionais exercidas pelos entrevistados, esses vínculos sociais ganham uma relevância particular no Calabar, já que são precisamente as pessoas mais íntimas dentro da rede de contatos dos moradores as que usufruem das intermediações e indicações de trabalho.

Incumbe um papel-chave à implantação da Base Comunitária de Segurança (BCS) da Polícia Militar, em 2011, na alteração da percepção subjetiva dos moradores acerca da exposição à violência e criminalidade no Calabar, fato que frisa a importância de investimentos públicos em segurança comunitária para o bem-estar da sua população. Corroborando as considerações de Sampson (2012), a fiscalização de comportamentos desviantes ou infratores pelos próprios moradores assim como a atuação preventiva da biblioteca comunitária, da BCS e da Escola Aberta, através do oferecimento de uma ampla gama de atividades supervisionadas, fortalecem a capacidade de *collective efficacy* na escala comunitária e reduzem consideravelmente a influência do tráfico de drogas na vida dos adolescentes dentro da vizinhança e na escola.

Na dimensão simbólica, comprovaram-se distintos mecanismos de estigmatização territorial da população do bairro que salientam a importância

de levar em consideração a percepção subjetiva do indivíduo acerca do seu local de residência (Wacquant, 2016). Vários depoimentos demonstram que, dentro das entrevistas de emprego realizadas nos condomínios vizinhos, o dono do apartamento reage com receio quando é informado sobre o local de residência do potencial funcionário, frequentemente associado com a uma imagem de um bairro fortemente dominado pelo tráfico de drogas.

> Quando fui pra entrevista, já olhavam estranho para mim. Mas tinha que ver a reação quando eu falei que moro no Calabar. Ohh, o Calabar, sim, vamos ligar depois. Um dia depois me ligaram e falaram que a vaga já foi preenchida (Eliane, 23 anos, dona de casa).

Ao mesmo tempo, a reprodução dessa imagem pela mídia e o fato de que poucos não residentes visitam o Calabar reduzem as chances de interação com pessoas extralocais, dando maior margem para a perpetuação dos estigmas territoriais. Contudo, chama a atenção o fato de que a imagem atribuída pelo exterior não corresponde à realidade vivenciada dentro do bairro, segundo a percepção dos entrevistados. Observam-se distintas estratégias de disassociar-se do estigma territorial, que se centram na imagem de uma comunidade "engajada", com uma longa história de mobilização coletiva e política, enquanto se dicerne uma nítida diferenciação interna entre os "trabalhadores honestos" e aqueles moradores considerados como "ociosos, traficantes e beneficiários da Bolsa Família".

Com base nos resultados auferidos nesse bairro, identificaram-se dois mecanismos que promovem um melhor entendimento do efeito-território exercendo um impacto negativo nas condições de vida dos entrevistados, conforme apresentado na Tabela 3.

Ressalta-se a permanência de uma imagem negativa do bairro apesar dos esforços de seus habitantes em demonstrar que se trata de uma população honesta e trabalhadora e a despeito da implementação da BCS, em 2011. Concomitantemente, registra-se o enfraquecimento do sistema primário de suporte da vizinhança, visualizado como resultado da fragmentação dos interesses dos moradores e da forte influência do tráfico de drogas no passado, que disseminou a desconfiança entre os vizinhos. Entretanto, identificaram-se três mecanismos que beneficiam os entrevistados (Tabela 4).

Tabela 3. Mecanismos pelos quais opera o efeito-território "negativo" no Calabar

PROCESSO/ MECANISMO	DIMENSÃO DE EFEITO: MATERIAL	DIMENSÃO DE EFEITO: SOCIAL	DIMENSÃO DE EFEITO: SIMBÓLICO
Implementação da BCS	• Maior segurança na rua; • dinamização do comércio; • valorização do bairro.	• retomada da confiança nos vizinhos; • diminuição da influência do tráfico de drogas.	• revalorização da imagem externa do bairro; • aumento da autoestima dos moradores.
Mobilização coletiva da comunidade	•reivindicações foram atendidas em questão de acesso a serviços urbanos.	• alto grau de organização socio-institucional do bairro; • incrementa a capacidade de *collective efficacy*;	• transcende uma imagem externa de uma comunidade "engajada"
Forte orientação extra-local da população	• maior acesso a emprego e serviços urbanos de alta qualidade.	• menor grau de homofilia e localismo nas redes sociais; • maior grau de exposição a grupos de pares não locais.	• sentimento de pertencer a uma região economicamente dinâmica.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4. Mecanismos pelos quais opera um efeito-território "positivo" no Calabar

PROCESSO / MECANISMO	DIMENSÃO DE EFEITO: MATERIAL	DIMENSÃO DE EFEITO: SOCIAL	DIMENSÃO DE EFEITO: SIMBÓLICO
Persistência dos estigmas territoriais	• Dificuldade de encontrar um emprego.	• dificuldade de se articular com pessoas não-residentes.	• práticas de distinção social nos espaços públicos compartilhados
Erosão da vizinhança como sistema de suporte	• declínio do sistema primário de suporte e reciprocidade no bairro; • redução da capacidade de reivindicação da comunidade.	• diminuição das articulações entre vizinhos .	-

Fonte: Elaboração própria.

Destacam-se as amplas oportunidades de participação socioeconômica dos entrevistados no seu entorno geográfico, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto no acesso a serviços públicos de alta qualidade, acarretando uma série de benefícios para as esferas econômica, social e simbólica do indivíduo.

Examinando o efeito-território no bairro de Vila Verde

A localidade de Vila Verde pertence administrativamente ao bairro popular Mussurunga e se localiza nas porções limitrofes do "miolo urbano". A expansão territorial e demográfica do bairro deve ser explicada à luz da crescente importância da Avenida Paralela para a estrutura econômica da cidade, destacando-se sua proximidade ao aeroporto, ao Norte Shopping e a uma série de grandes empresas que se instalaram nos seus arredores. Recentemente, essa região, até então pouco valorizada, foi contemplada por investimentos públicos em infraestrutura viária que acompanharam a construção de grandes complexos de condomínios fechados, como o Alphaville II, na região. Esse condomínio é fisicamente separado do bairro Vila Verde por remanescentes da Mata Atlântica, sendo que apenas uma estrada de chão batido serve como interligação entre as localidades.

Com relação à dimensão material, observa-se a escassez de postos de empregos locais e o acesso dificultado a serviços urbanos na região, fazendo com que a população precise se deslocar para os bairros vizinhos e para as regiões mais centrais de Salvador. Contudo, a construção do ponto de mêtro Bairro da Paz facilita sua locomoção para a região do centro e do Iguatemi, fato que reduziu substancialmente o tempo despendido para o deslocamento casa-trabalho e casa-estudos.

Chama a atenção que nenhum dos entrevistados declara estar trabalhando atualmente dentro dos condomínios do Alphaville II. Conforme os depoimentos, no início da construção desse condomínio, a população do Vila Verde criava grandes expectativas com a chegada de famílias com maior poder acquisitivo e apostava em uma rápida valorização do seu, conforme demonstra o relato seguinte.

> Tinha que ver a alegria quando soubemos que este Alphaville 2 iria se instalar na nossa região! Agora, a realidade é outra: tentamos tanto de entrar nestes condomínios e oferecer – quase de graça – nosso trabalho e, nada! (Eduardo, 25, desempregado).

Em vários relatos, aparecem as tentativas frustradas de oferecer sua mão de obra na construção civil; contrariando as expectativas iniciais, a empresa imobiliária responsável recrutou os operários de bairros mais distantes, alegando que não havia mais vaga para a população do Vila Verde. Conforme

os relatos, os moradores nem conseguiam ter acesso ao condomínio, sendo sua entrada barrada pelos porteiros. As poucas pessoas que lograram vencer essa barreira assinalaram distintas práticas de discriminação nas entrevistas de emprego que se reportavam à imagem negativa dos bairros vizinhos Mussurunga e São Cristovão na mídia televisiva. Para Luis, trata-se claramente de uma forma de discriminação que associa o local com o tráfico de drogas na região.

> Ah, eu não sei, mas todo este condomínio está fechado para nós. Vim uma vez falar com este administrador, para ver se posso colocar um dos meus familiares como faxineira, diarista. Quando soube que morava aqui ele simplesmente disse que iria ver mas que provavelmente não daria (Luis, 62 anos, motorista de ônibus).

Essa falta de acesso ao condomínio ainda se vê agravada pela ausência de espaços públicos suscetíveis de facilitar a instalação de pequenos estabelecimentos e comércios para a venda de produtos não duráveis em proximidade ao condomínio.

Todavia, os entrevistados destacam como positiva a proximidade do bairro ao novo pólo econômico que surgiu na Av. Paralela, entre outros, o aeroporto, o Norte Shopping, o Hangar Business Park e várias empresas de grande porte e supermercados que privilegiam contratar os moradores do Vila Verde devido à sua proximidade e "pontualidade". Contudo, várias pessoas entrevistadas relataram que se sentiam exploradas como mão de obra barata, alegando que os patrões se aproveitam da vulnerabilidade social da população para baixar o salário.

> Aqui, bom, tem estes empregos de faxineira, diarista, porteiro nos hotéis. Bom, o lado ruim é o pagamento. Eu já falei com pessoas trabalhando no Ibis que moram em outros bairros mais distantes e me falam que ganham quase 50% a mais! (Juliana, 42 anos, diarista).

Na dimensão social, discerne-se uma concentração nas redes primárias de sociabilidade, acusando um maior grau de localismo e homofilia, enquanto as esferas de sociabilidade secundárias são claramente subrepresentadas. Dessa forma, observa-se um certo recuo das pessoas para os vínculos mais íntimos e geograficamente mais próximos, quais sejam família, amigos e vizinhança, fato que dificulta o acesso a informações sobre vagas de

emprego fora do bairro. Esse encapsulamento é frequentemente explicado pelos entrevistados com base no argumento de que, à noite, a locomoção dentro do bairro e o uso do transporte público se veem constrangidos pela atuação de grupos criminosos vinculados ao tráfico de drogas.

A ausência de organizações comunitárias e associações filantrópicas suscetíveis de promover um maior grau de coesão intracomunitária é atestada pela maior parte dos entrevistados. Falta, portanto, uma importante estrutura de suporte comunitário principalmente para os segmentos mais jovens da população. Esse "vácuo" foi preenchido parcialmente pelas igrejas majoritariamente do segmento evangélico, que promovem uma série de suporte (não)material para os membros da mesma congregação.

No que tange a *collective efficacy*, registramos uma significante desestabilização da organização comunitária em decorrência da violência que, de uma certa forma, reduz a disposição dos entrevistados a vigiar pela ordem social e a se engajar pelo bem coletivo da comunidade em um sentido mais amplo. Essas dificuldades de enfrentamento dos grupos criminosos no local tiveram como consequência uma intervenção repressiva da polícia comunitária. Ambas as dinâmicas são interligadas, já que a fragmentação territorial da região em conjunção com a ausência de uma solidariedade intracomunitária enfraquecem o poder de enfrentamento da população *vis-à-vis* as facções, o que se traduz em um menor grau de cooperação com a polícia.

Dessa forma, prevalece um receio generalizado entre a população de intervir em situações em que a criança e o adolescente se encontram "à toa" na rua ou em que uma pessoa adulta é desrespeitada na vida pública, dado o menor poder de controle e de correção sobre o comportamento e o risco de sofrer represálias.

> Aqui, realmente ninguém quer mais ajudar. Ajudar para que também, se você ajuda, eles querem brigar com você também. E que vamos fazer com tanto adolescente fora da escola? Aí, eles só pegam estas ideias ruins (Edilene, 28 anos, operadora de caixa).

Na dimensão simbólica, observa-se que os estigmas que acometem a população residente resultam da associação do bairro com os locais Mussurunga e São Cristovão, com uma forte presença de facções criminosas rivalizando pelo controle da venda de drogas na região, fato que

prejudica a integração socioeconômica dos entrevistados. Destacam-se os constrangimentos na procura de um emprego, a abordagem institucional enviesada pela polícia e as dificuldades de se relacionar com não residentes.

A seguir, sintetizam-se na Tabela 5 os principais mecanismos pelos quais opera um efeito-território que exerce influência negativa nas condições de vida dos moradores.

Tabela 5. Mecanismos pelos quais opera um efeito-território "negativo" no Vila Verde

PROCESSO / MECANISMO	DIMENSÃO DE EFEITO: MATERIAL	DIMENSÃO DE EFEITO: SOCIAL	DIMENSÃO DE EFEITO: SIMBÓLICO
Forte impacto do crime organizado	• desestabiliza o funcionamento das escolas, do transporte público e do comércio.	• diminuição da capacidade de *collective efficacy*; • reduz o raio de atuação social dos moradores; • exposição a grupos de pares vinculados ao traficante de drogas.	• imagem negativa do bairro.
Estigmatização territorial	• dificuldades de encontrar um emprego nos condomínios vizinhos.	• dificulta as articulações com pessoas não-locais.	• discriminação na procura de emprego; • abordagem enviesada das autoridades públicas.
Segmentação social	• acesso segmentado aos serviços urbanos.	• confinamento ao contexto social local.	• percepção de estar excluído/a de participar socioeconomicamente no seu entorno geográfico.

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se, nesse caso, o forte impacto do tráfico de drogas tanto no funcionamento das escolas e da infraestrutura comercial e social quanto nos padrões de sociabilidade e na percepção do entrevistado acerca do seu bairro de residência. Ao mesmo tempo, a construção da Alphaville II fez com que os entrevistados percebessem de forma mais agudizada as disparidades de renda inscritas no espaço urbano, que coaduna com um acesso hierarquizado aos serviços urbanos seguindo o dualismo público/privado. A Tabela 6 aponta um mecanismo pelo qual opera um efeito-território que beneficia a população residente.

Como único mecanismo "positivo", remete-se às oportunidades empregatícias que surgiram a partir da demanda dos hotéis e lojas por funcionários.

Tabela 6. Mecanismos pelos quais opera o efeito-território "positivo" no Vila Verde

PROCESSO / MECANISMO	DIMENSÃO DE EFEITO: MATERIAL	DIMENSÃO DE EFEITO: SOCIAL	DIMENSÃO DEEFEITO: SIMBÓLICO
Oportunidades empregatícias - Av. Paralela	• Maior chance de encontrar emprego.	-	• sentimento de pertencer a uma região com uma dinâmica economicamente ascendente.

Fonte: Elaboração própria.

Discussão: a proximidade espacial favorece a integração socioeconômica?

Discutindo os resultados, cabe ressaltar que a relação de imbricação funcional principalmente pelo viés empregatício não deve ser interpretada como resultado "automático" da proximidade geográfica entre grupos socialmente distantes, senão se vê condicionada por três fatores, quais sejam: a capacidade de os espaços públicos compartilhados viabilizarem trocas mercantilistas e articulações entre os grupos socialmente distantes, o grau de autonomia funcional do bairro e a interferência de estruturas criminosas na organização socioinstitucional e na imagem exterior da comunidade.

No caso do Calabar, trata-se de um bairro inserido no primeiro vetor de expansão das classes média e alta de Salvador, cuja população usufrui da proximidade aos principais polos do mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, assim como da alta qualidade dos serviços públicos oferecidos nos seus arredores. Conforme já observado por Marques (2010), a expressiva orientação para fora do bairro pode ser explicada à luz do baixo "grau de autonomia funcional", ou seja: devido à escassez de postos de emprego e de serviços urbanos no local. Essa situação se conjuga com amplas oportunidades de participação socioeconômica no seu entorno.

Já as articulações econômicas, sociais e simbólicas dos entrevistados do Vila Verde esbarram na ausência de possibilidades de participação socioeconômica nos espaços públicos, tanto para promover as articulações sociais com os habitantes do Alphaville II quanto para a mercantilização de produtos não duráveis. O bairro de Mussurunga, no qual o Vila Verde se insere, abrange todas as funções necessárias para a reprodução social dos seus moradores (excetuando-se os postos de emprego), como escolas, creches, postos de saúde, supermercados etc. – uma situação que produz um maior

confinamento dos entrevistados ao contexto social local. Em consequência, a influência de grupos de pares afiliados ao tráfico de drogas se faz mais presente na vida cotidiana dos entrevistados, ao mesmo tempo que a imagem negativa de um bairro abrigando uma população potencialmente perigosa dificulta a procura de emprego no condomínio vizinho Alphaville II e cria obstáculos às articulações entre os grupos socialmente distantes.

No que tange a tais articulações, examinadas neste trabalho a partir do "grau de imbricação funcional", salientam-se três fatores: (1) as oportunidades empregatícias; (2) o acesso segmentado a serviços urbanos; (3) o evitamento social do "outro". Quanto ao primeiro fator, que também pode ser considerado como um dos motivos principais para a ocupação informal dos espaços intersticiais da orla marítima, confirma-se que a população do Calabar usufruía da forte demanda que emergia, em uma primeira fase, na construção civil dos prédios de condomínios da classe média e alta e, em uma segunda fase, a partir dos serviços pessoais desempenhados dentro dos condomínios. Essas relações de imbricação funcional "simbióticas" evocam a imagem de uma sociedade polarizada, mas, ao mesmo tempo, interdependente, conforme já observado por Almeida e D'Andrea (2004).

Contudo, convém ressalvar que as profissões não qualificadas no setor de serviços pessoais acusam um alto nível de desproteção social que se conjuga com uma baixa remuneração. Dessa forma, a integração empregatícia por esse viés não promove uma ascensão econômica da população do Calabar no longo prazo, tratando-se mais de uma relação de aproveitamento da mão de obra barata por parte dos moradores dos condomínios. A mesma dinâmica se delineia no caso do Vila Verde, onde os entrevistados declaram se sentir explorados como mão de obra barata pelos hotéis, *shoppings* e lojas localizados no seu entorno. Nesse bairro, o fator de proximidade geográfica perde sua relevância em favor dos critérios de elegibilidade "segurança" e "confiança" que incidem sobre as chances de ser contratado como funcionário nos condomínios e que se norteiam estreitamente pela imagem midiática do bairro.

Com relação ao segundo fator, cabe salientar que apenas os entrevistados do Calabar declaram fazer uso de alguns dos equipamentos urbanos, na sua maioria da rede pública, localizados nos bairros vizinhos de classe média e alta. Nos dois bairros, as disparidades socioeconômicas entre os grupos socialmente distantes se refletem na bifurcação entre o sistema público e privado, no que tange ao acesso a serviços de educação e saúde. A mera proximidade a serviços privados de alta qualidade não garante o acesso pela população pobre nem alavanca sua mobilidade socioeconômica, dada

a insuficiência de recursos financeiros de custear os serviços privados, conforme já apontado por Ruiz-Tagle (2016).

Quanto ao terceiro fator, delineiam-se diferenças entre, por um lado, o Calabar, onde a Avenida Centenário e as praias da Barra e Ondina viabilizam um maior contato entre os grupos socialmente distantes através do uso compartilhado dos espaços de lazer e onde a separação física dos prédios de apartamentos de classe média e alta ocorre a partir de controles de segurança, frequentemente superados pelos funcionários dos condomínios; e, por outro lado, o bairro de Vila Verde, onde o contexto social corre o risco de se tornar mais "totalizante" para sua população devido ao alto grau de autonomia funcional do local e devido à separação física *vis-à-vis* o Alphaville II.

Considerações Finais

O estudo evidenciou que existem tanto mecanismos que afetam negativamente as condições de vida dos entrevistados, como a influência do tráfico de drogas na organização comunitária, quanto mecanismos que os beneficiam, como a forte mobilização coletiva da população. A análise mais aprofundada desses mecanismos, capaz de identificar suas estruturas causais comuns e de atentar para sua variabilidade interna, pode servir de base para futuros estudos comparativos conduzidos em outros bairros de Salvador ou em cidades diferentes.

Destaca-se que a construção do condomínio Alphaville II não ampliou as possibilidades de articulação social com os segmentos mais pobres que moram nos seus arredores, dada sua maior autonomia funcional e seu maior grau de isolamento espacial. Tampouco criou externalidades positivas para a região, como, por exemplo, melhorias em termos de serviços urbanos e de segurança pública. Considerando as distintas fases de expansão da classe média e alta em Salvador, cabe ressaltar que a articulação funcional entre os grupos socialmente distantes sofreu importantes alterações; os resultados apontam um crescente distanciamento social, sendo que o potencial do fator de proximidade espacial perde sua relevância em contextos de vizinhança marcados por altas taxas de criminalidade.

Convém ressaltar que o objetivo desta pesquisa consistiu em identificar os mecanismos que explicam o impacto do efeito-território a partir de um enfoque microssocial. Todavia, é imperativo inserir essas observações dentro de uma panorama mais amplo. Wacquant (2016) já advertiu que

existe o perigo de confundir as causas da reprodução da pobreza sempre que atributos socioeconômicos do indivíduo ou dados socioeconômicos do bairro se colocam no cerne do debate, sem que as transformações relevantes no mercado de trabalho, no mercado imobiliário e no sistema de bem-estar sejam levadas em consideração.

Todavia, defende-se aqui o argumento de que a análise dos processos que explicam a reprodução das desigualdades sociais unicamente a partir das estruturas políticas, históricas e socioeconômicas do país não deveria ofuscar a perspectiva a partir do fator contextualidade, particularmente em um contexto urbano marcado por fortes disparidades de renda, pelo acesso hierarquizado aos sistemas de saúde, educação e segurança e pela expressiva concentração espacial da violência e criminalidade (Kowarick, 2009). É imperativo reconhecer que nem todos os habitantes de um determinado bairro acometido pela concentração espacial de desvantagens estruturais veem suas condições de vida afetadas de uma forma homogênea.

Entretanto, seria prejudicial argumentar que o indivíduo logra escapar às condições adversas do seu ambiente sociorresidencial com seus próprios esforços. Este raciocínio se aproximaria ao liberalismo inerente à operacionalidade dos programas de mobilidade residencial implementados nos Estados Unidos, como o MTO. O estudo demonstrou que a relação de imbricação funcional dos habitantes dos dois bairros *vis-à-vis* seu entorno acusa um alto grau de complexidade e se vê condicionado por distintos fatores intervenientes. A consideração desses fatores poderia contribuir para a elaboração de estratégias de planejamento urbano atentas aos potenciais endógenos da comunidade, em termos de organização socioinstitucional, assim como às deficiências, em termos de serviços urbanos e segurança.

Referências

Almeida, Ronaldo, & D'Andrea, Tiaraju. (2004). Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos estudos CEBRAP, 28*, 94-106.

Andrade, Luciana T., & Silveira, Leonardo S. (2013). Efeito-território. Explorações em torno de um conceito sociológico. *Civitas, 13*(2), 381-402.

Atkinson, Ronald, & Blandy, Sarah. (2016). *Domestic fortress: Fear and the new home front*. Manchester University Press.

Bógus, Lucia M. M., & Pasternak, Suzana (orgs.). (2015), *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Letra Capital.

Burawoy, Michael. (1998). The extended case method. *Sociological Theory, 16*(1), 4-33. https://doi.org/10.1111/0735-2751.00040

Caldeira, Teresa P. do R. (2000). *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Edusp.

Friedrichs, Jürgen, Galster, George, & Musterd, Sako. (2003). Neighborhood effects on social opportunities: the European and American research and policy context. *Housing Studies, 18*(6), 797-806. https://doi.org/10.1080/0267303032000156291

Hita, Maria G., & Gledhill, John. (2009). *Anthropologies of the urban periphery: Salvador*, Bahia. Brooks World Poverty Institute.

Hannerz, Ulf. (1980). *Exploring the city: inquiries toward an urban Anthropology*. Columbia University Press.

Häußermann, Hartmut. (2003). Armut in der Großstadt. Die Stadtstruktur verstärkt soziale Ungleichheit. *Informationen zur Raumentwicklung, 3/4*, 143-157.

Janoschka, Michael, Sequera, Jorge, & Salinas, Luis. (2014). Gentrificación en España y América Latina. Un diálogo crítico. *Revista de geografia Norte Grande*, (58), 7-40. https://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022014000200002

Kaztman, Ruben, & Filgueira, Carlos. (2006). *Las normas como bien público y como bien privado: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO*. Universidad Católica.

Kowarick, Lucio. (2009). *Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. Editora 34.

Lees, Loretta. (2008). Gentrification and social mixing: towards an inclusive urban renaissance? *Urban Studies, 45*(12), 2449-2470. https://doi.org/10.1177/0042098008097099

Lees, Loretta, Shin, H. B., & López-Morales, Ernest. (2016). *Planetary gentrification*. Cambridge.

Luckmann, Thomas & Berger, Peter L. (1991). *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. Penguin Books.

Marques, Eduardo C. de L. (2010). *Redes sociais, segregação e pobreza*. Editora Unesp.

Ribeiro, Luiz C. de Q. (2008). Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito de lugar a partir de um enclave urbano. *VeraCidade, 3*(3), 1-21.

Ribeiro, Luiz C. de Q., & Lago, Luciane de C. (2000). O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. *Cadernos Metrópole, 4*, 9-32.

Ribeiro, Luiz C. de Q. et al. (orgs.). 2010. *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Letra Capital.

Roberts, Bryan R., & Wilson, Robert H. (2009). *Urban segregation and governance in the Americas*. Palgrave Macmillan.

Ruiz-Tagle, Javier. (2016). La Persistencia de la segregación y la desigualdad en barrios socialmente diversos: un estudio de caso en la Florida. *EURE, 42*(125), 81-108. http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612016000100004

Sabatini, Francisco, & Salcedo, Rodrigo. (2007). Gated communities and the poor in Santiago, Chile: functional and symbolic integration in a context of aggressive capitalist colonization of lower-class areas. *Housing Policy Debate, 18*(3), 577-606. https://doi.org/10.1080/10511482.2007.9521612

Sampson, Robert J. (2012). *Great American city. Chicago and the enduring neighborhood effect*. Chicago University Press.

Sassen, Saskia. (1999). Service employment regimes and the new inequality. In E. Mingione (org.), *Urban poverty and the underclass: a reader* (pp. 64-82). Blackwell Publishers.

Small, Mario L., & Feldman, Jessica. (2012). Ethnographic evidence, heterogeneity, and neighbourhood effects after moving to Opportunity. In M. Van Ham, D. Manley, & N. Bailey (org.), *Neighbourhood effects research: new perspectives* (pp. 57-77). Springer.

Wacquant, Loic. (2016). *Urban outcasts. A comparative sociology of advanced marginality*. Polity Press.

Wilson, William J. (1987). *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. Chicago University Press.

Recebido: 31 out. 2021
Aceito: 18 fev. 2022

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

Apêndice

1. Dimensão material

Você esta atualmente trabalhando no mercado formal/informal? Descreve o acesso ao mercado laboral no seu bairro.
Você trabalha no seu próprio bairro ou você tem que se deslocar para outras partes da cidade? Você trabalha atualmente nos condomínios fechados vizinhos/nas áreas residenciais vizinhas da classe média-alta?
Como você avalia o acesso ao sistema de transporte no seu bairro?
Como você avalia o acesso à infraestrutura e ao equipamento urbano no seu bairro e na vizinhança imediata?
Como você avalia a estrutura física do *habitat* do seu bairro?
Qual e sua avaliação acerca da infraestrutura comercial, social e cultural do bairro?
Quais são as opções de lazer dentro do bairro?
Você compartilha espaços públicos no seu entorno geográfico com os habitantes dos condomínios fechados vizinhos?
Seu bairro se beneficiou de investimentos em infraestrutura local ou equipamento urbano nos últimos seis meses? Quais são?

2. Dimensão social

2.1. Redes Sociais

2.1.1. Tipos de sociabilidade

Esferas de sociabilidade	Muita família e vizinhança	Muita vizinhança e família	Família, vizinhança e amigos	Família, amigos e lugar de trabalho	Família, vizinhança e associações religiosas	Família, vizinhança e estudos	Família, lugar de trabalho e associações leigas
Família							
Vizinhança							
Amigos							
Trabalho							
Igreja							
Associação leiga							
Estudos							

2.1.2. Bridging ties

Quais são as instituições e organizações localizadas dentro do bairro às quais você se afilia?
Quantas vezes por semana você frequenta estas instituições e organizações: clubes sociais, grupos políticos, grupos de colegas de trabalho, grupos de estudos, clubes de esporte, associações religiosas, sindicatos, associações de moradores.
Quantas vezes por semana você passa sua noite em atividades de lazer com os cinco tipos diferentes de pessoas: (a) parentes; (b) amigos (c) vizinhos; (d) colegas de trabalho (e) amigos não residentes do próprio bairro?

2.1.3. Bonding ties

2.1.3.1. Suporte proporcionado

Tipos de suporte	Cuidado de criança	Vigiar a casa	Transporte de mudança	Trabalhos de construção e manutenção da casa	Conselhos e suporte emocional
Parentes					
Amigos					
Vizinhos					
Colegas de trabalho					
Amigos não residentes					

2.1.3.2. Suporte recebido

Tipos de suporte	Cuidado de criança	Vigiar a casa	Transporte de mudança	Trabalhos de construção e manutenção da casa	Conselhos e suporte emocional
Parentes					
Amigos					
Vizinhos					
Colegas de trabalho					
Amigos não residentes					

2.2. *Collective efficacy*

Dimensão da *collective efficacy*	**Escalas Likert**
Índice de expectativas compartilhadas de controle social	(1) as crianças ou adolescentes se ausentam na escola e passam o dia na rua; (2) as crianças e adolescentes desrespeitam ou desobedecem aos adultos no público; (3) uma briga se estalou em frente da sua casa; (4) o posto local de policia cessará suas atividades de patrulhamento em vigor de cortes no orçamento.
Índice de coesão/ confiança social	(1) Os moradores aqui se dispõem a ajudar aos seus vizinhos; (2) este bairro possui um alto grau de coesão social; (3) eu confio nos meus vizinhos; (4) os moradores do bairro não se entendem muito bem (-1); (5) os moradores deste bairro não compartilham os mesmo valores e normas sociais (-2).
Índice de violência observada na vizinhança	(1) briga; (2) uma briga violenta entre vizinhos; (3) briga com arma de fogo; (4) assalto ou roubo; (5) violência ou abuso sexual; (6) um acerto de contas entre grupos delinquentes rivais; (7) homicídio.
Índice de vitimização pessoal	Desde que você se mudou para este bairro, alguém cometeu um crime contra você (salvo assassinato) ou membros da sua família, incluindo: (1) furto; (2) roubo; (3) assalto; (4) briga; (5) abuso ou violência sexual; (6) assassinato.

2.3. Processos de socialização

Efeitos de socialização	Questões
Grupos de pares e modelos de referência social na vizinhança	Qual seria, segundo você, a influência dos grupos de pares no bairro?
	Existem *role model*s de adultos que possam servir como referência positiva principalmente para os jovens do bairro?
	Existe um contato com modelos de referência da classe média dentro das relações de vizinhança com os bairros vizinhos?
	Caso houver, a partir de quais esferas de sociabilidade estes contatos interclasse se produzem?
Grupos de pares e modelos de referência social na escola	Você ou seus filhos frequentam uma escola pública no bairro ou frequenta uma escola pública/privada localizada fora do bairro?
	Quais são as perspectivas que as escolas locais promovem para a mobilidade social e econômica dos adolescentes?
	O corpo de docentes da escola local logra motivar e incentivar os alunos a estudar?
	Existem exemplos positivos dentro do seu círculo de amizade em termos de desempenho escolar e de conclusão do ensino médio?
	Qual é o papel dos grupos de pares na escola dentro da formação das crianças e adolescentes?

3. Dimensão simbólica

1. Qual é a imagem geral do bairro de residência veiculada pela mídia televisiva?
2. Em qual medida a reportagem contribui a uma (des)valorização do bairro?
3. A imagem negativa atribuída pela mídia já fez algum parente ou amigo não-residente do bairro desistir em visitar você?
4. Qual e a sua impressão geral acerca da relação à proximidade geográfica aos bairros das camadas média e altas?
5. A proximidade aos condomínios contribui a uma valorização ou a uma estigmatização da população do seu bairro?
6. Você sofreu de alguma forma de estigmatização a base do seu lugar de residência?
7. Caso isso se comprovar, quais são as esferas aonde você sentiu esta estigmatização? (no lugar de trabalho, na procura de um emprego, na contratação de planos de telefone, internet, tv a cabo, etc.)
8. O lugar de residência interfere nas formas de abordagem pela autoridade públicas, tais como a polícia, os professores da escola, etc.?
9. Existem outros canais de comunicação e esferas de sociabilidade que promovem uma maior aproximação social aos residentes dos condomínios?
10. Você se identifica com a sua vizinhança e com a população do bairro de uma forma mais geral (desejo de sair ou de ficar no bairro)?
11. Existem instituições e organizações comunitárias que promovem a construção de uma identidade territorial pautada na coesão e solidariedade?
12. Qual é sua percepção acerca das intervenções urbanas do Estado no bairro, caso existam?
13. Você percebe a inserção do seu bairro em uma região da classe média e alta mais como uma oportunidade ou como constrangimento?

https://doi.org/10.20336/rbs.855

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

O Instagram como dispositivo de construção de mercado nas redes sociais: a intimidade distinta como variável central junto aos influenciadores de *fitness*

Instagram as a market-building device on social media: distinct intimacy as a central variable along fitness influencers

Maria Chaves Jardim[*]

Luana Di Pires[**]

RESUMO

As redes sociais estão construindo novas relações sociais e com elas novas formas de compra e venda de produtos e ideias. O fenômeno dos *influencers* – pessoas que angariaram *status* de celebridade por meio do aplicativo Instagram – começou a movimentar um mercado *online* a partir de postagens fotográficas, ao combinar a intimidade dessas pessoas com o patrocínio de empresas, exibindo marcas e propagandas dentro de perfis pessoais. A presente pesquisa busca identificar as novas formas de mercado dentro das redes sociais no Brasil, utilizando o aplicativo de fotografia Instagram como objeto de análise e tendo como recorte empírico os influenciadores de *fitness*. Queremos identificar as variáveis que ajudam a compor o sucesso desse aplicativo enquanto movimentador do mercado nas redes sociais, por intermédio de *influencers*. Os resultados apontam, em diálogo com a bibliografia, o papel da intimidade na fabricação desse mercado. Contudo, avançando um pouco mais na bibliografia, mapeamos o tipo de intimidade que é vendida, por meio do estudo da biografia de quatro importantes *influencers*, além de mapearmos os contratos e valores movimentados por esses agentes. Nossa inspiração teórica vem da sociologia econômica dos mercados e de conceitos de Bourdieu.

Palavras-chave: Sociologia Econômica, Instagram, intimidade, distinção, *fitness*.

[*] Livre Docente em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, Brasil.

[**] Mestranda em Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, Brasil.

ABSTRACT
Social networks are building new social relationships and with them new ways of buying and selling products and ideas. The phenomenon of influencers – people who earned celebrity status within the Instagram app – began to move an online market from their photo posts, by combining their intimacy with corporate sponsorship, displaying brands and advertisements within their personal profiles. This research seeks to identify new forms of market within social networks in Brazil, using Instagram as an object of analysis and having fitness influencers as an empirical approach. We want to identify the variables that help make this application successful as a market mover on social networks, through influencers. The results indicate, in dialogue with the bibliography, the role of intimacy in the manufacture of this market. However, advancing a little more in the bibliography, we map the type of intimacy that is sold, through the study of the biography of 4 important influencers in Brazil, in addition to concretely mapping the contracts and values operated by these agents. Our theoretical inspiration comes from the economic sociology of markets and the concepts of Pierre Bourdieu.

Keywords: Economic Sociology, Instagram, privacy, distinction, fitness.

Introdução

Desde a criação da internet, o objetivo das plataformas *online* foi o de conectar pessoas. Ultrapassando barreiras da distância física, as redes sociais foram criadas para interligar seus usuários, desenvolvendo as mais variadas relações. Os dispositivos físicos de acesso à internet também se desenvolveram, tornando-se mais rápidos, mais funcionais e, também, menores em tamanho: foi assim com o computador de mesa, o *notebook*, o *tablet* e o *smartphone*. Graças a esse último, a internet é levada a qualquer lugar e utilizada a qualquer momento, em um deslizar de dedos.

Prickett (2013) chamou as relações sociais criadas a partir das plataformas *online* de "um novo tipo de *voyeurismo*", já que as redes sociais funcionam como uma janela, em que o acesso à intimidade de uma pessoa desconhecida é concedido. Também chamadas de mídias sociais – o que reforça o caráter de geração de conteúdo comunicativo, como a televisão ou o rádio – as redes sociais também vendem espaço para propagandas e comerciais, tornando as plataformas *online* grandes empresas de negócios. O diferencial do *merchandising online* é posto pela intervenção algorítmica: cálculos são

feitos para que cada usuário receba propagandas de acordo com o seu perfil, ou seja, toda sua atividade na rede é monitorada de forma a criar conteúdo a partir dos seus gostos.

Conduzidas a uma "dimensão povoada por imagens ávidas por capturar o desejo dos usuários" (Thibes, 2017), as redes sociais movimentaram outras esferas sociais, inclusive o mercado financeiro. Com o passar do tempo, ferramentas econômicas de compra e venda foram incorporadas às plataformas; desde uma multinacional até um único usuário em sua casa podem comercializar produtos pela internet. Essa característica das plataformas torna as redes sociais uma ferramenta, à primeira vista, igualitária.

Considerando o cenário da internet como uma forma de mercado, este artigo tem por objetivo estudar a construção desse mercado, utilizando como recorte empírico o aplicativo de fotografias Instagram, que contava com um bilhão de usuários ativos em outubro de 2021 (Statista, 2021). Delimitando ainda mais nosso recorte empírico, estudamos o setor de *fitness* do aplicativo.

Dando sequência aos trabalhos já realizados identificados na bibliografia (Thibes, 2017; Jacob, 2014; Igarza, 2010), os quais têm pontuado a importância da intimidade nas redes sociais, buscamos identificar que tipo de intimidade é vendida no Instagram. Escolhemos o setor de *fitness* por considerar que esse setor faz uso uma das maiores intimidades humanas, senão a maior, o corpo.

Nossa metodologia incluiu revisão bibliográfica e etnografia virtual no Instagram, quando passamos a seguir quatro *influencers* do setor de *fitness* ao longo do ano de 2020, avaliando todas as postagens publicadas pelos agentes no período em questão (1º de janeiro a 31 de dezembro) e elaboramos suas trajetórias, formando prosopografias. Com o enfoque prioritariamente nas postagens em que ocorriam parcerias com empresas, tratamos os dados por meio da sociologia econômica dos mercados, disciplina que tem pontuado o papel de variáveis não econômicas na fundamentação dos mercados (Bourdieu, 2000; Steiner, 2016; Jardim, 2018, 2019, 2021) com destaque para o conceito de intimidade, presente em Zelizer (2011), além de conceitos de Pierre Bourdieu, sobretudo o de *capitais*.

Para a realização da etnografia virtual, seguimos os conselhos de Leitão e Gomes (2017), autoras que fizeram uma revisão da literatura sobre pesquisa em ambiente virtual e afirmaram que o novo fenômeno sociológico pressupõe o deslocamento e a ressignificação da observação participante e da etnografia. No mundo virtual,

> o pesquisador estaria seguindo o fluxo das socialidades já existentes nesse ambiente, quase como um etnógrafo-*stalker*, já que dessa vez estaria acompanhando os passos de perfis/pessoas na própria plataforma e fora dela [em alguns casos], viajando junto com seus interlocutores (Leitão & Gomes, 2017, p. 54).

No que se refere ao conceito de capital, em Bourdieu, consideramos que esse não é apenas atrelado ao acúmulo de bens econômicos (capital econômico), mas também às relações sociais que podem ser convertidas em trunfos de dominação (capital social) e a saberes reconhecidos por diplomas (capital cultural) (Bourdieu, 2008). Nessa perspectiva, consideramos que o sucesso e o fracasso de um agente social não dependeriam apenas de desigualdades econômicas ou questões de sorte ou azar, mas também do acesso ou não a determinados bens simbólicos, bem como de características do espaço social em que esse agente está inserido. Assim, quanto maior o acúmulo desses capitais, maior o poder simbólico do agente. Em Bourdieu (2008), o poder simbólico é expresso por marcadores tais como escolaridade, classe social, cor da pele, região de nascimento, profissão do pai, dentre outros.

Para mapear capitais, no sentido estabelecido acima, a prosopografia passa a ser uma grande aliada. Segundo Jardim (2018), a prosopografia pode ser tida como uma "investigação das características em comum de um grupo de agentes em determinado campo ou recorte histórico, buscando articular trajetórias individuais e coletivas" e costuma ser bastante usada em diálogo com os conceitos de Bourdieu. A seleção dos quatro agentes estudados, foi feita a partir do *ranking* de *influencers fitness* apresentado pelo Instituto *Qualibest* (2018).

Além desta introdução e da conclusão, o artigo é composto por sete seções. Nas duas primeiras, apresentamos uma revisão acerca dos estudos sobre a sociologia digital, bem como o funcionamento do aplicativo Instagram. Nas seções seguintes (3, 4 e 5) apresentamos as pessoas influenciadoras do ramo *fitness*, seus dados prosopográficos e como essas pessoas se comportam e obtêm lucros nas redes sociais, além da regulamentação disponível para essa nova categoria de ofício. A seção seis traz o levantamento das marcas e parcerias firmadas pelos agentes no ano de 2020 – somado a uma amostra fotográfica, que busca apresentar as estratégias de *marketing* dessas personagens, atrelando produtos a fotos intimistas expostas no Instagram.

Um novo fenômeno: uma nova sociologia, a sociologia digital

A Sociologia Digital é uma área de pesquisa constituída por uma interdisciplinaridade que transcende as Ciências Sociais.[1] Assim como nossa pesquisa, que envolve redes sociais, imagem, alimentação e economia, a Sociologia Digital reúne diversas áreas do conhecimento e possui abordagem teórica variada. É uma área abrangente e em expansão, que busca não apenas considerar o estudo das práticas sociais, políticas e representações cujo desempenho depende do meio digital, mas também entender como esse meio implica no próprio ofício da Sociologia e na pesquisa no século XXI. Dessa forma, esses estudos também envolvem usos e não usos, conexões e desconexões, visto que o meio digital interfere até mesmo naqueles que não o utilizam.

O digital, como termo que comporta interações e relações sociais condicionadas pela tecnologia, interfere e desloca as práticas da vida social, gerando novas formas organizacionais, tensionando a sociologia de forma que não é possível ignorar o advento das plataformas *online* e de redes sociais na internet (Facioli & Padilha, 2020). Assim, é correto afirmar que o meio digital e seus aparatos tecnológicos não nasceram apenas do esforço científico individual – estão imersos nas relações sociais e de poder. O papel da Sociologia Digital consiste em repensar, a partir de modelos teóricos-metodológicos, as configurações sociais diante da presença da tecnologia.

A mídia digital é tida como um "espaço relacional", pois considera o local de acesso e a constante relação com outros espaços, que também dispõe de fronteiras como classes sociais, gênero, nível de instrução, entre outras questões. Portanto, a observação das condições de acesso a essa tecnologia se torna indispensável, visto que elas envolvem processos sociológicos e econômicos fora do meio digital. Na intermediação que as plataformas digitais possibilitam, também é possível averiguar seu posicionamento como possibilidades de transações. O meio digital se expandiu de uma ferramenta de conexão entre um ponto e outro para uma rede de posições e interferências no mundo social.

[1] Para ver compilação da produção em sociologia digital, ler o dossiê da revista *Estudos de Sociologia, 25* (48), dedicado ao tema (Faccioli & Padilha, 2020).

O primeiro aspecto empírico das redes e plataformas sociais é que elas funcionam como pontos de trocas, em maior ou menor escala. A relação entre a participação social e os recursos de conectividade também produz valor, econômico e simbólico. O valor de uma plataforma é medido pela quantidade de usuários que lá efetuam essas trocas e, em simultâneo, abastecem algoritmos de informações. Portanto,

> as plataformas são grandes devoradoras de dados e, como se fossem ruminantes digitais, os entregam em amostras específicas para cada um dos anunciantes ávidos por obter, se possível em tempo real, um bom resultado em sua transação, seja ela a oferta de um táxi, a resposta à busca de um namorado ou namorada, o aluguel de um imóvel na praia ou a venda de um móvel antigo etc. O capitalismo de plataforma é um capitalismo de dados tratados por algoritmos (Silveira, 2019 *apud* Facioli & Padilha, 2020, p.29).

A Sociologia Digital busca entender a caracterização dos fenômenos culturais dentro dos sistemas algorítmicos – esses sistemas, que operam "por uma longa série de operação de triagem, de maneira a fornecer a melhor combinação possível entre demanda e oferta de diversos serviços, tais como arrumar um aluguel, conseguir um hotel, um tratamento médico, um emprego, uma escola/universidade e até relações amorosas" (Jardim, 2019), permeiam e influenciam as relações no âmbito digital, fabricando uma noção moduladora, distribuindo conteúdos e propagandas, resultados de infinitos "*matches*" matemáticos. Nesse sentido, a tecnologia digital tem impacto e é impactada pelo cotidiano. Além de questões de compartilhamento de dados e *softwares* algorítmicos, nela são construídas redes de socialidade.

Os estudos das/nas plataformas digitais muito se devem aos estudos urbanos, pois a cidade está presente no imaginário e na própria constituição desses estudos (Leitão & Gomes, 2017), nos quais a internet é considerada também um "lugar" onde parte da vida acontece – porém, permeada por dispositivos tecnológicos. Portanto, as pesquisas sobre o mundo digital tratam as plataformas considerando os inúmeros contextos de usos.

Não podemos deixar de citar que, nesse cenário, há uma ressignificação e o deslocamento de técnicas de pesquisa como a etnografia e a observação participante – já que essas não foram pensadas e criadas, originalmente, para o meio digital. Assim, o novo fenômeno sociológico exige revisões, para

trazer e adaptar essas metodologias aos ambientes digitais – por exemplo, o uso de dados públicos sem a prévia autorização dos agentes sociais estudados, o que pressupõe maior cuidado ético no uso dessas informações (Jardim, 2019).

O Instagram e as redes sociais: regulamentação das celebridades

O Instagram é uma rede social criada em 2010 com a proposta de compartilhamento de imagens por perfis criados na rede. Ela possuía, em outubro de 2021, um bilhão de usuários ativos. A interface do Instagram é apresentada da seguinte maneira: o usuário cria seu perfil e compartilha fotografias ou vídeos com pessoas adicionadas em sua rede, onde suas fotografias podem receber filtros de cores e outras modificações através do próprio aplicativo. As imagens podem ser capturadas através do aplicativo, ou escolhidas diretamente da galeria de imagens do celular do usuário, possibilitando que fotos antigas também sejam postadas. Como opção, as postagens no Instagram também podem ser compartilhadas em outras redes sociais, como o Facebook e o Twitter, maximizando seu alcance, e aparecendo nessas redes como um *link* direto para o aplicativo.

Ao longo do desenvolvimento do aplicativo, novas ferramentas possibilitaram uma transformação do Instagram para um aplicativo mais orientado por uma combinação entre *marketing* e construção de *self* – bem como sua própria expansão como empresa no ramo midiático.

O Instagram é um espaço em que, através das imagens, predomina aquilo que é passível de ser visto e onde a intimidade dos usuários torna-se ferramenta para que as marcas encontrem em *influencers* uma maneira rápida e eficaz de *marketing* e de formar opiniões positivas sobres seus produtos. Por exemplo, através dos chamados "recebidos" – prática em que empresas enviam seus produtos a influenciadores para que os "testem" e reproduzam opiniões positivas sobre eles, expondo a marca para milhares ou milhões de seguidores. Somada à exposição da intimidade, a influência de influenciadores digitais origina-se da relação de identificação do seu público-alvo com o conteúdo produzido. Estabelece-se, assim, entre as pessoas influenciadoras e seus seguidores "uma relação de confiança, visto que estas são as formadoras de opinião, que irão dar conselhos acerca do que deve ser usado ou feito" (Campos *et al.*, 2004, p. 323).

> O que diferencia uma celebridade convencional de um influenciador, de acordo com Karhawi (2016), é justamente o EU, que é preservado por este último. O influenciador transita nas plataformas de mídias sociais de maneira próxima aos que o acompanham. A explicação na preferência por influenciadores tanto pelas audiências quanto na escolha das marcas é a busca por um "rosto" (Karhawi, 2016) para aquilo que consomem (Terra, 2017, p. 93).

A literatura tem pontuado o uso da intimidade na venda de produtos e de ideias nas redes sociais. Por exemplo, Thibes (2017) ressalta que a intimidade ao longo das décadas entrou em ressignificação, saindo de um lugar reservado ao convívio dentro dos lares para também ser objeto de exposição e, por conseguinte, de venda, ocasionando uma cultura fundada em traços narcisistas. No Instagram, padrões de beleza e bom gosto estão atrelados à popularidade de *influencers*. Ao colocarem determinado produto em suas imagens de estilo de vida, esse se integra àquela vida e ao bom gosto, desejados e consumidos pelos seguidores.

Em pesquisa do Instituto *Qualibest* (2019), intitulada *O* post *é pago, e aí?*, a separação entre os conceitos de influenciador digital e "celebridade com presença digital" são abordados. Nas redes sociais, famosos e pessoas públicas – atores, esportistas, políticos, músicos e modelos, por exemplo – também possuem perfis que, devido à sua fama fora da internet, também possuem uma grande quantidade de seguidores, adquirindo influência digital e fechando contratos de publicidade para seus perfis.

A influencer, propriamente dita, é aquela personagem que adquiriu fama dentro da internet, e cria conteúdo visando um retorno monetário, fazendo dessa prática sua profissão. Assim, a exposição da intimidade através das imagens gerou também uma profissionalização do ato de criar conteúdo para as redes sociais (Thibes, 2017).

É possível que o uso da intimidade no mercado do Instagram esteja em diálogo com as teorias de Zelizer (2009), de que não existe a separação entre intimidade e mercado, no sentido de que vida pessoal e pública tornam-se combinadas. Nesse contexto, como afirma Thibes (2017), "uma legião de influenciadores divulga seu bom-gosto em moda, decoração e gastronomia. Os pertences, cuidadosamente arranjados e fotografados em composições que mostrem o estilo e a autenticidade do proprietário, tornam-se objetos de desejo para seguidores" (Thibes, 2017, p. 322).

Para a autora, há um padrão estético que dita a beleza e o bom gosto e os coloca nas redes como uma vitrine na *flâneurie* virtual, onde a pessoa influencer parece sentir-se habituada diante dos milhares de olhos virtuais que a podem ver, assim como o *flâneur* sentia-se em casa em meio à multidão da metrópole. Ela percorre os meandros da rede exibindo os objetos que garantirão a admiração e as curtidas, selecionados cuidadosamente em meio ao repertório dos símbolos de sucesso e *coolness* (Thibes, 2017).

Considerando a importância da intimidade nas redes sociais, nossa pesquisa busca avançar na literatura e identificar de que tipo de intimidade estamos falando, além de mapear concretamente os contratos e valores movimentados por quatro *influencers*. Mas, antes de entrarmos nos dados da nossa pesquisa, é importante conhecer a regulamentação do setor.

Regulamentação da publicidade via redes sociais: CONAR

Devido à preponderância das redes sociais, as leis que regem a publicidade foram se modificando para abarcar novas formas de propaganda. O modo mais intimista em que *influencers* fazem publicidade em suas redes, testando e expondo produtos em seus perfis próprios, pode muitas vezes passar desapercebido como uma publicidade propriamente dita. Apesar de ser esse o diferencial do *marketing* de influência, no Brasil essa forma de fazer propaganda foi abrangida pelo Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, criado pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, o Conar.

O Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária (CBAP), instituído em 5 de maio de 1980 (Conar, 1980), rege todas as formas de propaganda publicitária em geral, sem especificação de ramo ou segmento. Portanto, toda forma de publicidade dentro do Instagram que não contenha uma sinalização ou descrição informando ao consumidor que se trata de uma parceria comercial entre empresa e influencer pode se enquadrar na Seção nº 6 do CBAP, na qual influenciadores costumam obter destaque na quantidade de condenações pelo Conar.[2] A seção dispõe de artigos com o objetivo de fazer com que o consumidor esteja ciente, através da marca, de que está diante de uma publicidade.

O CBAP foi redigido no começo dos anos 1980, ou seja, em um período em que *smartphone*s e redes sociais não existiam. Para acompanhar tal

[2] Por exemplo, matéria de 2019 do *site de marketing* Meio & Mensagem mostra que *influencer*s e marcas patrocinadoras estavam no topo de punições do CONAR em 2018 (Lemos & Sacchitiello, 2019).

fenômeno, foi criado o Grupo de Trabalho Digital como parte do Conar, lançando o *Guia de publicidade por influenciadores digitais* (Conar, 2021) que contém a "Tabela prática para influenciadores", no ano de 2021 – o que ressalta a urgência do Conselho em acompanhar a publicidade via *influencers*. O Conar considera como publicidade por influenciadores a "mensagem de terceiro destinada a estimular o consumo de bens e/ou serviços, realizada pelos chamados Influenciadores Digitais, a partir de contratação pelo Anunciante e/ou Agência." (Conar, 2021, p. 3).

Segundo o *Guia de publicidade* (Conar, 2021), três elementos caracterizam as publicidades nas redes sociais: i) a divulgação de produto, serviço, causa ou outro sinal associado; ii) a compensação ou relação comercial com o anunciante (podendo ser de natureza financeira ou não); iii) a interferência por parte do anunciante sobre o conteúdo da mensagem.

Visando maior transparência e organização de dados, o Conar estabeleceu determinados termos para a identificação publicitária (Quadro 1). Esses termos procuram cumprir a premissa de revelar a intenção publicitária das postagens dos *influencers*:

Quadro 1 - Termos para identificação publicitária ou para a revelação da conexão com as marcas

	Publicidade influenciador	Mensagem ativada
Expressões claras (recomendadas) *Hashtags*: Promovem maior destaque à informação, portanto são recomendadas.	#publicidade #anúncio #patrocinado #conteúdo pago #parceria paga	#recebido [viagem/*show*/evento] a convite de [marca] Obrigado(a) à [marca] pelo [produto/viagem/convite] #promoção, #promo (ativações mediantes brindes e prêmios)
Expressões compreensíveis conforme o texto	#embaixador #publipost #publi	obrigado (a) [marca]
Expressões não esclarecedoras para o público em geral	#ad* #adv* #advertisement* #ambassador* #parceiro #marcaXYZ #colaboração #colab	mera menção da marca (ou marcação: *tag*)

*termos em língua estrangeira: análise da compreensão depende do contexto, do segmento e temas abordados pelo Influenciador.

Fonte: Tabela prática para influenciadores (Conar, 2921, p. 18-19).

Nesse contexto, as redes sociais se comportam como sociedades digitais, em que o resultado da construção do *self* criou influenciadores digitais, que são, em alguma medida, a "classe alta" da internet. No Instagram, algoritmos beneficiam usuários com mais seguidores e interações. Influenciadores, dispondo de milhares ou milhões de seguidores na rede, funcionam como uma vitrine de comunicação em massa, que dissemina padrões, *status*, estilos de vida e crenças, servindo de ferramenta também como propaganda. Portanto, *influencers* é a nomenclatura dada para pessoas com uma quantidade elevada de seguidores, que criam conteúdo na internet e captam recursos financeiros de empresas como patrocínio – aproximando-se de uma ideia de trabalho por meio digital. Na próxima seção, conheceremos mais sobre quatro dessas personagens influenciadoras e sua intimidade vendida nas redes sociais.

Influencers fitness: reconhecimento e trajetórias

Primeiramente, é importante afirmar que os produtos *fitness* diferem de outros ramos que povoam o Instagram, como moda e maquiagem. São produtos com impactos diretamente ligados à saúde do consumidor. As publicidades desses produtos são relacionadas à imagem saudável e vida regrada de um ou uma influencer, bem como à produção de crenças sobre a saúde, o bem-estar e um estilo de vida com objetivos a serem alcançados.

As crenças disseminadas pela cultura *fitness* movimentam um mercado global, em que o Brasil ocupa o terceiro lugar mundialmente, tendo o maior mercado *fitness* da América Latina (Sousa, 2020). Em nossa perspectiva, essas crenças só possuem eco no Instagram porque são disseminadas em orquestração com a intimidade de agentes engajados. Nossa hipótese é que as intimidades, por si sós, nada dizem – precisam estar atreladas a agentes com capital valorizado, possibilitando que esse capital seja revertido para o mercado *fitness*. Assim, além da estética de intimidade descrita por Thibes (2017) – os pertences, cuidadosamente arranjados e fotografados em composições que mostrem o estilo e a autenticidade do proprietário –, nossa novidade é evidenciar a centralidade da intimidade expressa via corpo. Ou seja, o corpo, considerado íntimo, passa a se tornar objeto público de desejo.

Nesta seção nos aproximamos da nossa pesquisa empírica por meio da prosopografia[3] de quatro *influencers* selecionadas. O objetivo é identificar o que torna essas pessoas extraordinárias, isto é, para além de pessoas comuns. Chegamos até elas por meio da pesquisa "Influenciadores Digitais" do Instituto *Qualibest* no ano de 2018. Os nomes em destaque foram: Gabriela Pugliesi[4], que possui 4,3 milhões de seguidores (Quadro 2 e Figura 1); Juliana Salimeni, com 15,5 milhões de seguidores (Quadro 3); Gracyanne Barbosa, com 8,9 milhões de seguidores (Quadro 4) e Felipe Franco, com 3,5 milhões de seguidores (Quadro 5).[5] A fonte para a prosopografia dessas influenciadoras e influenciador foi a consulta a trechos biográficos escritos por pesquisadores e jornalistas, entrevistas em vídeo, perfis em redes sociais e em enciclopédias tais como a Wikipedia. O objetivo é conhecer empiricamente essas personagens que surgem no mundo social e que fazem uso da intimidade para angariar mercado.

1. Gabriela Pugliesi

Quadro 2 – Gabriela Pugliesi no Instagram



Fonte: Instagram Gabriela Pugliesi.

[3] O uso da prosopografia visa fugir do que Bourdieu chamou de "perigos da ilusão biográfica", o estudo de agentes isolados do campo onde estão inseridos. A prosopografia insere o agente em seu espaço social, considerando uma construção diacrônica da trajetória (Jardim, 2018).

[4] É interessante também analisar a diferença entre o número de seguidores dos *influencers*: o fato de Gabriela Pugliesi aparecer em primeiro lugar como destaque entre influenciadores *fitness* é inversamente proporcional ao seu número de seguidores perante os números de Juliana Salimeni e Gracyanne Barbosa. Isso se explica (também, considerando o fato de Gabriela ter perdido seguidores durante a pandemia, como relatado) pelo fato de que Juliana e Gracyanne são celebridades com presença digital, ou seja, já eram famosas antes do Instagram.

[5] Número de seguidores referente à data de acesso em 19 jan. 2021.

Figura 1 - Gabriela Pugliesi[6] (4,3 milhões de seguidores) em sua casa



Fonte: Instagram Gabriela Pugliesi, 8 nov. 2020.

Gabriela Pugliesi[7] nasceu em 1985 em Salvador, na Bahia. Mudou-se para São Paulo com dois anos de idade, com a mãe, que sempre trabalhou no comércio e hoje também é uma influencer *fitness* (ver Amaral, 2019, 7 dez.). O pai biológico de Pugliesi nunca foi revelado aos meios de comunicação, mas a influenciadora foi criada pelo segundo marido de sua mãe, o estilista Bruno Minelli, que é diretor de produto do Grupo Via Veneto, e criador das roupas da marca Brooksfield. O Laboratório de Análise de Acontecimentos da UFMG (GrisLab) descreve, na biografia de Pugliesi, que ela foi uma criança "padrão de classe média alta" que ao longo de sua infância sofreu *bullying* pois era considerada "gordinha". Aos 13 anos, a influencer se matricula em uma academia de ginástica com intuito de perder peso. Quando entrou para o Instagram, em 2012, Pugliesi havia se formado na faculdade de Desenho Industrial e trabalhava em uma loja de joias alto padrão. Após um ano, em 2013, ela lança o blog "Tips4life" e decide largar seu emprego formal, trabalhando apenas com redes sociais (GrisLab, 2018, 6 set.).

Além do Instagram, Gabriela Pugliesi tem um canal no YouTube, criado no final de 2015, onde recebe convidados famosos. Sua visibilidade nas redes a levou a alcançar outros ramos econômicos, sendo dona de um restaurante

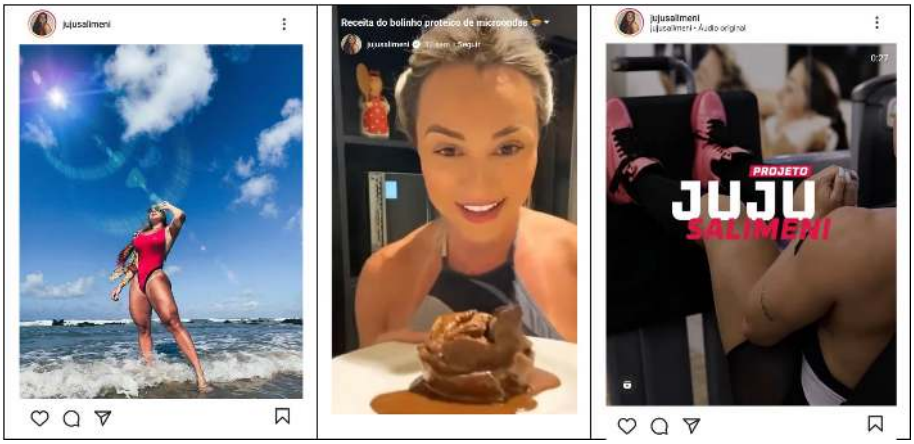
[6] Gabriela Pugliesi é a influencer do ramo *fitness* com mais seguidores na rede social Instagram.

[7] Gabriela Ferreira é seu nome de solteira. O sobrenome artístico foi herdado do primeiro marido da influencer, o *personal trainer* Thiago Pugliesi.

em um shopping em São Paulo, bem como de uma linha de roupas para ginástica e sócia de uma academia de spinning, também na capital paulista.

2. Juliana Salimeni

Quadro 3 - Juliana Salimeni no Instagram



Fonte: Instagram Juju Salimeni.

Juliana Salimeni nasceu em 1986 em São Paulo, capital. Salimeni é uma influencer *fitness* de "presença digital", ou seja, sua carreira provém de fora do âmbito digital, o que trouxe seguidores para suas redes sociais. Sua carreira começou na televisão em 2008 – no programa *Pânico na TV*, onde integrava o elenco das chamadas Panicats – assistentes de palco do *show*. Salimeni começou a praticar exercícios físicos na época da escola, aos 15 anos de idade, depois de sofrer *bullying* dos colegas de classe por ser considerada extremamente magra. Seu sonho, então, era ter um corpo considerado "bonito" – foi o que revelou em série de vídeos de seu canal no YouTube. Filha única de um casal de administradores (Bonini, 2019, 15 ago.),[8] antes de estrear na televisão, Salimeni formou-se no curso superior de Administração de Empresas em uma faculdade particular e trabalhou no comércio. Em 2015, casou-se com seu *personal trainer*, Felipe Franco, que também aparece nesta pesquisa. Após trabalhar em algumas emissoras de televisão, Salimeni comandou seu próprio programa estilo *reality show*, em TV fechada.

[8] Cabe também ressaltar que a mãe de Juliana Salimeni, Dora Salimeni, é proprietária de uma linha de roupa *fitness*, e o pai, segundo pesquisa na rede social Facebook, é formado pela PUC – USP.

3. Gracyanne Barbosa

Gracyanne Barbosa nasceu em 1983 em Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul. Sua infância foi difícil, segundo a própria influencer, ao relatar que a mãe deixava de comer para alimentar as duas filhas (Extra, 2017, 14 maio). Barbosa também cita que começou a se interessar por exercícios físicos aos 13 anos – ao ingressar no time de vôlei da escola. Aos 17 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro sozinha, onde trabalhou como faxineira até ingressar na Faculdade de Direito, na UFRJ. A influencer nunca chegou a exercer a profissão depois que se formou, pois, na época da faculdade, foi contactada por um "olheiro" que ofereceu uma vaga como dançarina da banda de axé Tchakabum, quando Barbosa entrou definitivamente para o meio artístico. A fama como dançarina a tornou uma das personalidades dos desfiles do Carnaval brasileiro, onde foi rainha de bateria de várias escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ao sair do grupo Tchakabum em 2008, Gracyanne Barbosa dedica-se ao fisiculturismo,[9] tornando-se uma modelo de referência no ramo.

Quadro 4 - Gracyanne Barbosa no Instagram



Fonte: Instagram Graoficial.

[9] Segundo a definição da enciclopédia *online* Wikipédia, o termo fisiculturismo – também chamado de *bodybuilding*, designa-se ao uso progressivo de treinamento físico para controlar e desenvolver a musculatura para fins estéticos. A modalidade profissional do fisiculturismo envolve competições onde juízes decidem com base na simetria, muscularidade, tamanho e condicionamento dos corpos, o vencedor (Fisiculturismo, 2020, 14 dez.).

Assim como Juliana Salimeni, Gracyanne Barbosa é uma influencer de "presença digital", obtendo fama fora da internet, para depois se tornar uma celebridade digital. Seu reconhecimento como figura dos desfiles de escolas de samba atrelado a aparições eventuais na televisão, ensaios sensuais em revistas e seu casamento com o cantor de pagode Belo, acarretaram fama para Barbosa antes da internet. Já no Instagram, Barbosa demonstra sua rotina de fisiculturista, bem como sua intimidade em um casamento "famoso". Nos últimos anos, a influencer tem se dedicado à carreira de atriz, participando de algumas séries do canal privado *Multishow*.

4. Felipe Franco

Felipe Souza Murakami de Franco nasceu em 1985 na cidade de São Paulo. A mãe do influencer *fitness* foi funcionária de banco até largar o emprego para ajudar o pai, que teve alguns comércios até se estabelecer com uma mecânica automotiva. Franco começou a praticar exercícios físicos com 14 de anos de idade, inspirado pelos filmes de Arnold *Schwarzenegger*. Formou-se em Educação Física pela Universidade São Judas, também é graduado pela Federação Paulista de Musculação e é pós-graduado em Fisiologia pela Universidade Gama Filho. Franco trabalhou sempre no meio *fitness*, como *personal trainer* e professor de educação física e obteve destaque da mídia pela prática do fisiculturismo – o que lhe trouxe vários prêmios em competições renomadas no ramo (Quem *Online*, 2018, 15 abr.).

Quadro 5 - Felipe Franco no Instagram



Fonte: Instagram fefrancooficial

Felipe Franco ficou conhecido na mídia ao participar de alguns programas de televisão, especialmente com sua ex-esposa Juliana Salimeni, que também aparece nessa pesquisa. Por sua popularidade, tornou-se *personal trainer* de celebridades, o que também trouxe mais visibilidade para seu perfil. No ano de 2020, Franco tentou o cargo de Vereador na cidade de São Paulo, obtendo 18.848 votos – não o bastante para ser eleito. Além de empresário do ramo *fitness*, o influenciador também possui um canal no YouTube, onde descreve sua rotina de exercícios. Franco se destaca entre os *influencers fitness* por atrair sobretudo seguidores do gênero masculino.

O perfil social dos influenciadores *fitness*

A partir das imagens referentes aos quadros 1 a 4, podemos constatar que três das pessoas cujo perfil analisamos possuem a pele de cor clara. É possível que Gracyanne Barbosa tenha passado por cirurgias plásticas, sobretudo no afinamento do nariz, visando adaptar-se ao padrão de beleza vigente no Instagram.

Há homologia[10] também entre a faixa etária: as pessoas *influencers* pesquisadas por nós estão na casa dos 30 anos. O corte geracional vai ao encontro de outro dado apresentado na pesquisa do Instituto *Qualibest* (2018), o de que o público que acessa os perfis de influenciadores do ramo *fitness* é menor entre adolescentes – isso reforça o caráter de representação e aproximação na relação entre influencer e o público.

O local onde as, e o, *influencers* nasceram ou foram criadas aproxima seus caminhos individuais: suas trajetórias de vida se situam predominantemente no eixo Rio-São Paulo, as duas capitais de maior poder econômico da federação. Assim, salvo a saída de Gracyanne Barbosa de Campo Grande para tentar a vida no Rio de Janeiro, as demais personagens foram criadas na capital mais rica do país, São Paulo.

Segundo Bourdieu e Passeron (2014), o núcleo familiar é o responsável por transmitir, além de capital econômico, o capital cultural para seus herdeiros. O acúmulo desses capitais é também aumento de oportunidades nos campos.

[10] O conceito de homologia aparece na obra de Bourdieu para tratar das correspondências entre um campo e outro, entre um agente e outro, ou entre um agente e um campo. Para o autor, existe uma homologia estrutural nos campos, no sentido de que existem propriedades homólogas que regulam o funcionamento dos mais diversos campos (Jardim, 2018).

Nesse quesito, chama a atenção que a influencer Gabriela Pugliesi, que provém da infância e núcleo familiar com maior capital econômico também é a que ocupa o primeiro lugar no *ranking* de *influenciadores fitness*. Fora o primeiro lugar, as demais personagens estudadas são provenientes de classe média ou baixa – como filhos de funcionários de empresas ou comerciantes.

Em nosso levantamento fica evidente a similaridade do modo de entrada dessas agentes no ramo *fitness*: todas começaram a praticar exercícios físicos e musculação na adolescência, entre 13 e 15 anos, com destaque para Pugliesi e Salimeni, que decidiram frequentar a academia com o intuito de modificar o corpo após sofrerem *bullying* na escola. Quanto à formação superior, todas as quatro pessoas pesquisadas ingressaram em universidades privadas e concluíram suas graduações, mesmo que não as tenham exercido como profissão – salvo o influencer Felipe Franco, que é graduado e pós-graduado em Educação Física.

Através da análise da trajetória dessas agentes, é possível identificar que há uma combinação entre capital social e trajetórias das quatro pessoas. Além disso, há um padrão na intimidade divulgada. Portanto, argumentamos que não é qualquer intimidade (ou qualquer corpo) que é transformada em mercado, mas especialmente a de pessoas jovens, pele clara, classe dominante no sentido econômico e cultural e, no caso específico do ramo *fitness*, com corpos ditos belos.

Influenciadores ensinam ou demonstram sua rotina de exercícios físicos e expõem sua alimentação não convencional; corpos quase sempre seminus objetificam o corpo como resultado do que Bourdieu (2009) chama de uma "exaltação ascética da sobriedade e do rigor dietético" (p. 201) – uma preocupação com o seu corpo para o outro, a partir do esforço pelo cuidado com a aparência. Sobretudo entre as mulheres, Bourdieu destaca – assim como na passagem sobre as imagens mitológicas da autora Helena Jacob (2014) – que essas práticas com o corpo são correspondentes às distinções de classe.

> Se é conhecido que, de acordo com a demonstração da psicologia social, a pessoa se aceita tanto melhor quanto mais distraída estiver de si – essa é a própria definição de naturalidade –, mais disposta a desviar a atenção de si mesma, mais capaz de escapar ao fascínio por um corpo próprio possuído pelo olhar dos outros tão frequente, atualmente, entre as mulheres da burguesia que não podem envelhecer – compreende-se que as mulheres da pequena burguesia estejam

> dispostas a sacrificar muito tempo e esforços para terem acesso ao sentimento de serem conformes às normas sociais da apresentação de si que é a condição do esquecimento de si e de seu corpo para o outro (Bourdieu, 2008, p. 201).

Em análise geral dos perfis das *influencers*, podemos destacar as imagens dos corpos (quase sempre, seminus) como intimidade predominantemente utilizada para publicidade. Esses corpos possuem um padrão inquestionável atrelado ao setor *fitness*: o corpo "magro" – aquele que não possui gordura saliente, forte e com músculos aparentes.

> A criação de estereótipos publicitários é também precursora do ideário de corpo como objeto de desejo e consumo; procura-se criar uma associação entre o produto consumido e um estilo de vida idealizado. Dessa forma, a diversidade de produtos e seus respectivos padrões estéticos agregados sempre seguem uma fórmula semelhante: a transformação ou a modificação da vida pela compra de alguma coisa, ou seja, a criação de uma nova identidade atrelada ao produto (Merengué, 2002). Essa lógica mercadológica atua com mecanismos semelhantes em "nossas" carências mais profundas, o horror à morte, o medo da velhice e da impotência aparentemente sempre podem ser combatidos ou amenizados com novos produtos ou técnicas estéticas que são infinitamente renováveis em sua aparência, mas que permanecem as mesmas em seu conteúdo (Pelegrini, 2004).

Outras cenas de intimidade são expressas em nosso levantamento fotográfico: momentos com a família, a ida ao salão de beleza, as refeições e os treinos na academia são também intimidades escolhidas para a publicidade. Interiores das próprias residências das *influencers* quase sempre são os cenários das imagens – móveis de luxo, piscinas e escadarias remetem às casas de classe alta.

Nossa pesquisa indica que não é qualquer intimidade que *influencers* utilizam, mas aquela com a intenção de despertar a ideia de *glamour*, de magia e inspiração sobre como o alcance de corpos perfeitos gera vidas felizes, utilizando os produtos como intermediários desse caminho de sucesso. Em *As estruturas sociais da economia*, Pierre Bourdieu aborda os "efeitos poéticos" da publicidade. Mobilizando as palavras e as imagens capazes de fazer ressurgir (ou, nesse caso, reforçar) estruturas cognitivas herdadas e evoca o universo de conotações privadas, como o desejo pelo corpo ou estilo de vida ideais.

> O efeito simbólico do anúncio é o produto de uma colaboração entre o autor, que vai buscar ao seu patrimônio cultural palavras e imagens capazes de despertar no seu leitor experiências únicas, e o leitor, que contribui para conferir ao texto indutor o poder simbólico, ou melhor, o encanto o mesmo exerce sobre si: com base em todas as suas experiências anteriores do mundo ordinário e também do mundo literário, este último projeta sobre o texto-pretexto a aura de correspondências, de ressonâncias e de analogias que lhe permitem se reconhecer-se a si próprio; e é porque ele se reencontra, como se costuma dizer, na pequena mitologia privada do mundo doméstico que lhe é proposta que ele pode fazer sua, apropriar-se, deixando-se possuir por ela. [...] A magia e o encanto das palavras participam diretamente na magia e no encanto das coisas que elas evocam (Bourdieu, 2006, p. 44).

Nesse sentido, defendemos que agentes que transformam a intimidade e o corpo em objeto de desejo, assim como atraem valiosos contratos de trabalho, são aqueles com capitais distintos (econômico, cultural, social), os quais estão dissimulados na dita espontaneidade das imagens e na *performance* por trás das câmeras.

Ao fazer uso do corpo como elemento central desse mercado, o corpo (e sua intimidade) passa a ser objeto de diversas crenças, como, por exemplo, da necessidade de alimentação regrada para a obtenção de um corpo ideal e saudável – produzindo assim também um padrão de imagem que se encaixe nessas crenças. No Instagram, *influencers fitness* utilizam a exposição das imagens para ensinar exercícios físicos, receitas, divulgar produtos do ramo – atrelados a um discurso de esforço para a obtenção de resultados, em que seus próprios corpos são a idealização de resultados a serem alcançados.

> A facilidade de conexão digital e o alto engajamento de participação que as redes sociais ensejam torna a viralização de formatos e de regras alimentares ainda mais forte hoje do que acontecia nas mídias chamadas "analógicas". Assim, ao invés de termos um padrão a seguir da capa da revista da moda, hoje temos milhares de perfis de mulheres e pessoas incríveis que sabem comer e se exercitam na medida certa, que devem ser exemplos de pessoas que "fizeram tudo certo" e "que têm força, fé e foco", tudo isso com o uso de *hashtags* que exploram uma obsessão corporal de contornos praticamente religiosos (Jacob, 2014, p. 90).

A linguagem *fitness* se insere tanto no cenário gastronômico quanto no culto a um corpo tido como belo – levando a uma interpretação em torno do que é saudável e, portanto, de objetivos a serem atingidos em busca de uma vida melhor. Essa linguagem, apesar de ter por propósito a ação em prol da melhoria do corpo e da mente, carrega diversas simbologias de pertencimento, que são potencializadas e disseminadas pelas imagens nas redes sociais; portanto, a balança do estilo *fitness* no Instagram pesa mais para a estética do que para a busca pela saúde, tornando-se "uma cultura que se alimenta iconofagicamente" (Baitello Jr., 2005 *apud* Jacob, 2014, p. 94) de imagens de corpos especialmente modelados para serem perfeitos.

Essa dicotomia entre a busca por uma vida saudável ou apenas uma estética comercial de *influencers fitness* teve como exemplo o episódio em que a influencer *fitness* Gabriela Pugliesi fez uma festa durante a pandemia de COVID – 19 e postou em seu Instagram cenas da festa em que desrespeitava as condutas de isolamento social frente à pandemia, e brindava fazendo brincadeiras com a doença (Barrucho, 2020, 27 abr.). Após o ocorrido, Pugliesi perdeu mais de 100 mil seguidores na rede, bem como seus contratos com patrocinadores – depois de um pedido público de desculpas, seu perfil ficou desativado por três meses (G1, 2020, 20 jul.).

Como mostra esse exemplo, o uso da intimidade como *marketing* pode tanto consagrar, como desqualificar. Tais exibições da intimidade – como dar uma festa durante uma pandemia que exigia isolamento social – foram consideradas negativas pelos seguidores e levaram à sua desqualificação ou, na linguagem do senso comum virtual, ao seu cancelamento.[11]

No que se refere à relação da cultura fitness no Instagram, existe um debate sobre até que ponto a busca pela saúde é ultrapassada pela estética e a modelização dos corpos de imagem na internet. Sobre esse ponto, Jacob (2014) aponta que a maioria dos perfis *fitness* que alcançam destaque no Instagram são aqueles de mulheres em boa situação de vida e que, se não são ricas, estão muito perto de tal estágio socioeconômico; ou seja, mulheres que dispõem, sobretudo, de tempo para cuidar da alimentação e do corpo, como ir à academia e possuir acompanhamento médico e estético – o que difere da realidade da maioria das mulheres brasileiras. Assim, "a condição dessas mulheres em se constituírem

[11] A prática do "cancelamento" surgiu na internet em meados de 2017, com a finalidade de boicotar uma personalidade ou empresa após uma atitude interpretada como negativa pelo público.

como exemplos para milhões de seguidoras já cria uma imagem estranha e de pura mitologia para esse público" (Jacob, 2014, p. 99).

Para nós, não interessa se os receituários dos influenciadores sobre o cuidado com o corpo são corretos ou não; interessa-nos mais saber que, ao utilizar o corpo como variável nesse mercado, os *influencers* passam a produzir crenças sobre o mesmo, ajudando a produzir uma realidade sobre o espaço *fitness*.

Bourdieu (2008) destaca que o gosto está presente também nas questões do corpo como valor distintivo, dependendo e variando de acordo com a classe social, discussão que também aparece em Elias (2011), quando afirma que a classe alta dita os padrões de "bom gosto" e que as classes populares priorizam o "ser", enquanto as classes médias, o "parecer"; exemplo disso é como a alimentação é considerada subsistência para as classes populares, enquanto para as classes médias ela carrega valores simbólicos.

> Cultura tornada natureza, ou seja, incorporada, classe feita corpo, o gosto contribui para fazer o corpo de classe: princípio de classificação incorporado que comanda todas as formas de incorporação, ele escolhe e modifica tudo o que o corpo ingere, digere e assimila, do ponto de vista tanto fisiológico, quanto psicológico. Segue-se que o corpo é a objetivação mais irrecusável do gosto de classe, manifestado sob várias maneiras. Em primeiro lugar, no que tem de mais natural, na aparência, ou seja, nas dimensões (volume, tamanho, peso, etc.) e nas formas (redondas ou quadradas, rígidas ou flexíveis, retas ou encurvadas) de sua conformação visível, em que se exprime de inúmeros modos uma verdadeira relação com o corpo, ou seja, a maneira de tratá-lo, cuidar dele, sustentá-lo, que é reveladora das disposições mais profundas do *habitus* [...]. (Bourdieu, 2008, p. 179).

Nesse cenário, não podemos deixar de pontuar que os produtos, que possuem impacto não só na saúde física como na saúde mental de seus consumidores, são elevados à potência das imagens no Instagram, criando formas de renda para agentes que fazem da exposição de seus corpos seu ofício. Vamos conhecer um pouco sobre esses contratos na próxima seção.

Marcas, parcerias e a intimidade: o mercado funcionando por meio dos símbolos

Utilizando as quatro personagens *influencers* estudadas na pesquisa, realizamos o levantamento das marcas patrocinadoras desses perfis públicos no Instagram, no ano de 2020. Ao todo, foram identificadas 73 marcas e empresas de diferentes segmentos.[12]

Em matéria do portal Uol Economia, intitulada "Sabe quanto um influenciador digital ganha por mês?" (Pereira, 2019, 22 nov.), um levantamento foi feito acerca do valor monetário cobrado por *influencers* por publicidade em seus perfis. O faturamento é medido pelo número de seguidores do perfil em questão, sendo que *posts*, *stories* e vídeos têm preços diferentes por publicidades. Segundo o levantamento feito pelo portal, o ganho mensal de um "megainfluenciador" – aquele que possui mais de 1 milhão de seguidores – chega a R$ 500 mil reais por mês; em seguida, os "macroinfluenciadores" – entre 200 mil e 1 milhão de seguidores – obtêm ganhos mensais na média de R$ 100 mil reais por mês; e os influenciadores "médios" – entre 20 mil e 200 mil seguidores – chegam a faturar R$ 30 mil por mês. Ainda existem "microinfluenciadores" que costumam ser influenciadores locais, para os quais a renda pode chegar até R$ 15 mil por mês.

Ao compararmos esses valores com o salário-mínimo brasileiro, que no ano de 2021 é de R$ 1.100,00, podemos verificar a desproporção entre o trabalho de geração de conteúdo na internet, mesmo que informalizado, e o valor do trabalho de um trabalhador comum.

Em nosso levantamento, a influencer Gabriela Pugliesi foi a mais procurada pelas empresas (Tabela 1), porém, outras oportunidades publicitárias e vínculos rentáveis foram encontradas para as demais pessoas influenciadoras em nosso levantamento. A influenciadora Gracyanne Barbosa, por exemplo, possui outro perfil no Instagram chamado "Cozinha Saudável da Gra", onde posta vídeos de receitas *fitness*, também divulgando marcas do ramo. Barbosa ainda é atriz do canal de televisão *Multishow*, interpretando uma personagem na *sitcom* "Tô de Graça", que foi ao ar em 2020. Felipe Franco também possui outro perfil no Instagram para seu programa de ganho de

[12] O número de marcas não quer dizer o número de publicações de publicidade. Observou-se que as marcas acompanham *influencers* ao longo do ano, patrocinando as pessoas influenciadoras de forma regular ou frequentemente.

hipertrofia e musculação e Juliana Salimeni possui uma clínica de estética na cidade de São Paulo, também atuando como apresentadora do canal de televisão E!, em que conduziu em 2020, um *reality show* de desafios para escolher uma musa *fitness*.

Tabela 1 - Total de marcas patrocinadoras por Influencer em 2020

Gabriela Pugliesi	29
Gracyanne Barbosa	22
Felipe Franco	14
Juju Salimeni	10

Fonte: Dados desta pesquisa.

Nossos dados também mostram que, embora os *influencers fitness* sejam patrocinados, em sua maioria, por empresas do ramo e similares, marcas de segmentos variados como construtoras, cartões de crédito e lojas de eletrônicos apostam no alcance desses agentes para a publicidade de seus produtos (Tabela 2). Cabe salientar que algumas marcas patrocinaram mais de uma das pessoas influenciadoras da nossa pesquisa, como é o caso da Desinchá – empresa fabricante de chás com proposta saudável/diurético – e Evolution Coffee – bebida energética com a proposta de acelerar o metabolismo – que patrocinaram Gabriela Pugliesi e Juliana Salimeni, assim como a New Hair Caps – marca de complexos vitamínicos para o cabelo – que firmaram parceria com Juliana Salimeni e Gracyanne Barbosa em 2020.

Podemos verificar a variedade de contratos publicitários firmados com esses agentes no período de um ano, movimentando o mercado de influências. É consolidada, assim, a visão de influenciadores digitais como veículos para a exposição de produtos, de modo a construir um caminho de confiança cujo retorno é o aumento das vendas das empresas patrocinadoras.

A seguir, apresentaremos uma amostra de imagens dispostas no perfil público desses *influencers*, elas remetem ao levantamento de publicidades executadas por essas agentes no ano de 2020. Observa-se que se tem não apenas a exposição da intimidade, expressa na rotina (ida ao cabelereiro, leitura de um livro, degustação de um chá) mas a centralidade do corpo (em alguns casos, seminus) nessa exposição.

Tabela 2 - Quantidade de marcas patrocinadoras por ramo/segmento

Ramo da Empresa	Quantidade	Ramo da Empresa	**Quantidade**
Alimentício Saudáveis/*Fitness*	9	Gel Redutor	1
Vitamina	7	Restaurante Saudável/*Fitness*	1
Roupas *Fitness*	6	Construtora	1
Suplementos alimentares	6	Maquiagem	1
Roupas	4	Crédito Imobiliário	1
Utensílios Domésticos / Casa	3	Empresa de higienização	1
Academia	3	Delivery	1
Médicos	2	Programa de TV	1
Bebidas	2	Eletrodomésticos	1
Agência de Turismo	2	Farmácia	1
Chocolates	2	Loja de eletrônicos	1
Calçados	2	Roupas e Equipamentos *Fitness*	1
Cosméticos	2	Joias e Relógios	1
Restaurante Vegetariano	2	Bolsas	1
Alimentício	2	Lingeries	1
Loja *online*	1	Cartão de Crédito	1
Produtos para Cabelos	1	Livro	1
Medicamentos e Cosméticos Naturais	1	Investimentos Financeiros	1

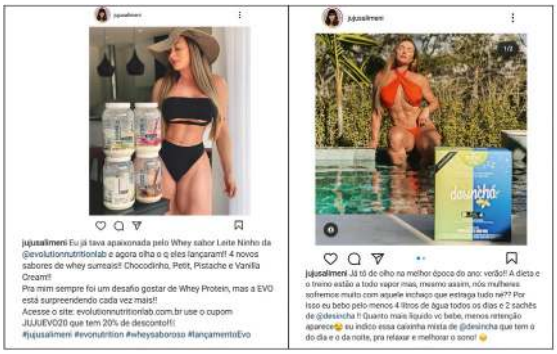
Fonte: Dados desta pesquisa.

Quadro 6 - Publicidades de Gabriela Pugliesi no Instagram



Fonte: Instagram gabrielapugliesi.

Quadro 7. Publicidades de Juliana Salimeni no Instagram



Fonte: Instagram jujusalimeni.

Quadro 8 - Publicidades de Gracyanne Barbosa no Instagram



Fonte: Instagram graoficial .

Quadro 9 - Publicidades de Felipe Franco no Instagram



Fonte: Instagram fefrancooficial.

Os quadros de números 6 a 9 dispostos acima tiveram suas imagens selecionadas a partir do nosso levantamento de publicidades dos agentes no Instagram no ano de 2020. As fotografias vão ao encontro do argumento exposto por Viviana Zelizer.

> Num amplo espectro de relações íntimas, na provisão de cuidados pessoais e nas complexidades da vida familiar, as pessoas gerenciam a mistura da vida econômica com a intimidade através da criação, execução e renegociação de uma extensa diferenciação entre os laços sociais, seus limites e combinação apropriada com os meios comerciais e transações de produção, consumo e distribuição (Zelizer, 2011, p. 43).

Para Dubois (1993), para uma fotografia deixar de ser mera ilustração, é preciso que ela seja previamente construída por seu autor. Seu caráter informativo nunca estará na imagem estática em si, mas nos imaginados, desde a mensagem que se quer passar, até no cognitivo do espectador. A fotografia carrega, entre variadas posições epistemológicas, a de *espelho do real* (Dubois, 1993) – mesmo sendo construída desde o momento em que seu autor seleciona o que estará inserido em seu quadro ou não, a fotografia é tida como retrato fiel da realidade. Portanto, as imagens selecionadas mostram a combinação – que é premeditada – da intimidade dos *influencers* com o meio de gerar renda por publicidade.

Como tentamos demonstrar neste texto, não é qualquer intimidade que é comercializada no Instagram, mas a intimidade de agentes sociais que possuem distinção, ou seja, a intimidade de viagens luxuosas, casas de alto padrão e exposição de itens de alto valor financeiro (iates, carros etc.). Somado a isso, pessoas de pele branca e de corpos magros ocupam os principais lugares de influenciadores-celebridade no Instagram. Trata-se de pessoas distintas e de intimidades distintas.

Considerações finais

O presente artigo teve a intenção de apresentar um desenho inicial da atividade econômica via Instagram, mediada pelos influenciadores digitais. Através da etnografia virtual e a prosopografia de quatro influenciadores, buscamos demonstrar que estes influenciadores possuem capital social, econômico e cultural acumulado e que esse capital simbólico questiona a

crença do senso comum de que *influencers* são pessoas que alcançaram *status* de celebridades dentro das redes sociais por sorte ou acaso.

Bem utilizado, esse capital daria uma aura mágica e luxuosa à rotina dos agentes engajados, conferindo valor simbólico e econômico à sua intimidade exposta, que passa a ser disputada por grandes marcas. Assim, no mercado das redes sociais, a intimidade e a vida pública estão entrelaçadas e seu valor simbólico é objeto de distinção. Demonstramos, também, que a intimidade valorizada simbolicamente possui um padrão – pessoas brancas, corpos esculturais (brancos) e jovens povoam as imagens; influenciadores que trazem a marca de origens sociais não valorizadas (como Gracyanne Barbosa, que possuía, no início da carreira, um nariz mais avantajado) passam por cirurgias plásticas para se adaptarem aos padrões estéticos da rede social. O corpo, dentro do padrão estético valorizado, assim como fotografias em lugares que explicitam bom gosto tornam-se uma boa combinação de sucesso nesse mercado; não menos importante, o ensino superior garante legendas e interações bem formuladas, muitas vezes em língua estrangeira.

Durante nossa pesquisa, identificamos, como dito por Elias (2011) em O processo civilizador, que os padrões de bom comportamento a serem seguidos são vindos da classe alta. Em uma rede social baseada no número de seguidores e interações, *influencers* fazem esse papel, convidando seus seguidores a contemplar seu estilo de vida por imagens que capturam sua intimidade.

Diante do exposto, esta pesquisa dialoga com a sociologia econômica dos mercados, evidenciando a importância da intimidade, especialmente o uso dos corpos, na construção desse novo mercado. Este artigo pode ser resumido como uma tentativa de pensar e articular um novo mercado munido de varáveis sociais, que está em rápida e constante transformação. Ao que tudo indica, essas transformações caminham para a expansão de uma nova, porém já prevista, forma de remuneração e trabalho: a criação de conteúdo para a internet – tão nova, que não acompanha o estabelecimento de diretrizes e direitos do mundo *offline*, abrindo espaço para novas análises e reflexões.

Referências

Amaral, Rafaela. (2019,7 dez.) Mãe de Gabriela Pugliesi, Vera Minelli conversa com a coluna. Coluna Claudia Meireless. *Metrópoles*. Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas-blogs/claudia-meireles/mae-de-gabriela-pugliesi-vera-minelli-conversa-com-a-coluna. Acesso em 18 fev. 2021.

Barrucho, Luís. (2020, 27 abr.). Caso Gabriela Pugliesi: por que é perigoso fazer uma festa em meio à pandemia de coronavírus. *BBC News Brasil*. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-52442522. Acesso em:18 jan. 2021.

Bonini, Marina. (2019, 15 ago.). Juju Salimeni celebra sucesso em sua mansão: "Conquistei tudo na minha vida com o meio *fitness*". *Quem*, Casa dos famosos. Disponível em: https://revistaquem.globo.com/Casa-dos-Famosos/noticia/2019/08/juju-salimeni-celebra-sucesso-em-sua-mansao-conquistei-tudo-na-minha-vida-com-o-meio-fitness.html. Acesso em: 22 fev. 2021.

Bourdieu, Pierre. (2009). *A distinção: crítica social do julgamento*. Edusp; Zouk.

Bourdieu, Pierre. (2006). *As estruturas sociais da economia*. Campo das Letras.

Bourdieu, Pierre, & Passeron, Jean-Claude. (2014). *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Editora da UFSC.

Campos, Gabriela, Faria, Hila, & Sartori, Isabela D. (2019). Cultura da estética: o impacto do Instagram na subjetividade feminina. *Cadernos de Psicologia, 1*(2), 310-334.

Conar - Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária. (2021). *Guia de publicidade por influenciadores digitais*. Conar. Disponível em: http://conar.org.br/pdf/CONAR_Guia-de-Publicidade-Influenciadores_2021-03-11.pdf Acesso em: 13 jan. 2021.

Conar - Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária. (1980). Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária. Conar. Disponível em: http://www.conar.org.br/ Acesso em: 13 jan. 2021.

Dubois, Philippe. (1994). *O ato fotográfico e outros ensaios*. Papirus.

Elias, Norbert. (2011). *O processo civilizador* (Vol. 1: Uma história dos costumes. 2. ed.). Zahar.

Extra. (2017, 14 maio). Gracyanne Barbosa recorda infância dura com a mãe: 'ela deixava de comer para dar a nós'. *Extra*. globo.com. Disponível em: https://extra.globo.com/famosos/gracyanne-barbosa-recorda-infancia-dura-com-mae-ela-deixava-de-comer-para-dar-nos-21334392.html. Acesso em 23 fev. 2021.

Facioli, Lara, & Padilha, Felipe. (2020). Apresentação. Sociologia digital – tópicos e abordagens teórico-metodológicas da pesquisa social no século XXI. *Estudos de Sociologia, 25*(48). https://doi.org/10.52780/res.13978

Fisiculturismo. (2020, 14 dez.). In: Wikipedia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Fisiculturismo.Acesso em 24 fev. 2021.

G1. (2020, 20 jul.). Gabriela Pugliesi volta ao Instagram após críticas por festa durante a pandemia. G1, Pop & Arte. Disponível em: https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/07/20/gabriela-pugliesi-volta-ao-instagram-apos-criticas-por-festa-durante-a-pandemia.ghtml. Acesso em 18 jan. 2021.

GrisLab - Laboratório de Análise de Acontecimentos. (2018, 6 set.). Gabriela Pugliesi. *GrisLab*, Celebridades. Disponível em: https://grislab.com.br/celebridades/gabriela-pugliesi/ Acesso em:18 fev. 2021.

Igarza, Roberto. (2010). Nuevas formas de consumo cultural: por qué las redes sociales están ganando la batalla de las audiencias. *Comunicação, Mídia e Consumo, 7*(20), 59-90, 2010. http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v7i20.205

Instituto Qualibest. (2018). Os maiores influenciadores do Brasil – 2018. Disponível em: https://www.institutoqualibest.com/wp-content/uploads/2018/07/InstitutoQualiBest_Estudo_InfluenciadoresV4.pdf

Instituto Qualibest. (2019). O post é pago, e aí? Desvendando e quantificando a relação entre os internautas e as ações de marcas com influenciadores digitais. Dispon[ivel em: https://www.institutoqualibest.com/wp-content/uploads/2019/11/O-post-e-pago.-e-ai.pdf.

Jacob, Helena. (2014). Redes sociais, mulheres e corpo: um estudo da liguagem *fitness* na rede social Instagram. *Revista Comunicare*, 14(1), 88-105.

Jardim, Maria C. (2021). A construção do mercado de afeto: o caso das agências de casamento. *Revista Pós-Ciências Sociais, 18*(1), 43-62. https://doi.org/10.18764/2236-9473.v18n1p43-62

Jardim, Maria C. (2019). Para além da fórmula do amor. *Revista Política e Sociedade, 18*(1), 43-76. https://doi.org/10.5007/2175-7984.2019v18n43p46

Jardim, Maria C. (2018). *Governo Cardoso (1995-2002) e Governo Lula (2003-2010): homologia entre trajetórias dos ministros e crenças econômicas estatais vigentes* [Tese de Livre Docência, Universidade Paulista Júlio Mesquita]. Não publicada.

Leitão, Débora K, & Gomes, Laura G. (2017). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Revista Antropolítica, 1*(42), 41-65. https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884

Lemos, Alexandre Z., & Sacchitiello, Bárbara. (2019, 25 jan.). Por publicidade velada, influenciadores lideram condenações do Conar. *meio&mensagem*. Disponível em: https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2019/01/25/por-publicidade-velada-influenciadores-lideram-condenacoes-do-conar.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

Pelegrini, Thiago. (2004). Imagens do corpo: reflexões sobre acepções corporais construídas pelas sociedades ocidentais. *Revista Urutágua*, (8).

Pereira, Vinicius. (2019, 22 nov.). Sabe quanto pode ganhar um influenciador digital por mês? Uol, Economia. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/22/influenciadores-digitais-trabalho-faturamento-digital-influencer.htm Acesso em 25 fev. 2021.

Prickett, Sarah. N. (2013, 6 nov.). Look out, it's Instagram envy. *The New York Times* [Style Magazine].

Quem Online. (2018, 15 abr.). Felipe Franco vence competição de fisiculturismo nos EUA e ganha homenagem de Juju Salimeni. *Globo.com*, Quem News. Disponível em: https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2018/04/felipe-franco-vence-competicao-de-fisiculturismo-nos-eua-e-ganha-homenagem-de-juju-salimeni.html. Acesso em 24 fev. 2021.

Steiner, Philippe. (2016). *Altruísmo, dons e troca simbólica*. UNESP.

Setton, Maria da Graça J. (2017). Crença. In A. M. Catani *et al.* (org.), *Vocabulário Bourdieu* (1. ed., p. 134). Autêntica Editora.

Simões-Gomes, Letícia, Roberto, Enrico, & Mendonça, Jônatas. (2020). Viés algorítmico – um balanço provisório. *Estudos de Sociologia, 25*(48), 139-166. https://doi.org/10.52780/res.13402

Sousa, Ingridy. (2020). O mercado fitness no Brasil segundo o Report Global IHRSA 2020. Pacto Blog. Disponível em: https://blog.sistemapacto.com.br/o-mercado-fitness-no-brasil-segundo-o-report-global-ihrsa-2020/. Acesso em 20 jan. 2021.

Statista. (2021). Number of Instagram users worldwide from 2020 to 2025. https://www.statista.com/statistics/183585/instagram-number-of-global-users/

Terra, Carolina. (2017). Do broadcast ao socialcast: apontamentos sobre a cauda longa da influência digital, os microinfluenciadores. *Revista Communicare, 17*(ed. esp.), 80-101.

Thibes, Mariana Z. (2017). O mercado da intimidade: a relação entre vida pessoal e esfera econômica. *Estudos de Sociologia*, 22(43), 321-341. https://doi.org/10.52780/res.10262

Zelizer, Viviana A. (2011). *A negociação da intimidade* (Coleção Sociologia). Vozes.

Recebido: 13 dez. 2021
Aceito: 19 abr. 2022

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0